



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO
SOCIAL

DAIANE DAINE DE OLIVEIRA GOMES

DA PRIVAÇÃO DE DIREITOS À PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: TECENDO
TRAJETÓRIAS DE ADOLESCENTES NEGRAS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

FORTALEZA – CEARÁ

2016

DAIANE DAINÉ DE OLIVEIRA GOMES

DA PRIVAÇÃO DE DIREITOS À PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: TECENDO
TRAJETÓRIAS DE ADOLESCENTES NEGRAS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Dissertação submetida à banca examinadora do Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de concentração: Serviço Social

Orientadora: Prof.a. Dr.a. Maria Zelma de Araújo
Madeira

FORTALEZA – CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Gomes, Daiane Daine de Oliveira

Da privação de direitos à privação de liberdade:
tecendo trajetórias de adolescentes negras em
cumprimento de medida socioeducativa de internação
[recurso eletrônico] / Daiane Daine de Oliveira Gomes
Gomes. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico com 169 folhas, acondicionado em
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais
Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social,
Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Serviço Social.

Orientação: Prof. Dr. Maria Zelma de Araújo
Madeira.

1. Adolescentes negras. 2. Ato infracional. 3.
Medida socioeducativa de internação. 4. Relações
étnico-raciais. 5. Relações de gênero. I. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social,
Trabalho e Questão Social



Daiane Daine de Oliveira Gomes

Da privação de direitos à privação de liberdade: tecendo trajetórias de adolescentes negras em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de concentração: Serviço Social

Aprovada em: 18 / 7 / 2016

BANCA EXAMINADORA

Maria Zelma de Araújo Madeira

Profa. Dra. Maria Zelma de Araújo Madeira (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Rejane Batista Vasconcelos

Profa. Dra. Rejane Batista Vasconcelos (Membro)
Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza (FAMETRO)

Tereza Cristina Esmeraldo Bezerra

Profa. Dra. Tereza Cristina Esmeraldo Bezerra (Membro)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Às mulheres que no passado influenciaram na formação de meu caráter e até hoje inspiram minhas decisões: Ana Célia (mãe), Francisca de Fátima (avó – *in memoriam*), Maria da Conceição (avó). E a menina que por existir me motiva a lutar por um futuro com caminhos menos espinhosos para todas as meninas e mulheres negras: Maria Érica (irmã).

AGRADECIMENTOS

Esse é um importante espaço, em que posso registrar, em palavras, minha gratidão a todas as pessoas que compartilharam comigo dos momentos de euforia e dos momentos de insegurança durante a produção desta dissertação, por me incentivarem e acreditarem em meu compromisso e potencial para realizar esse estudo.

Começo agradecendo a minha mãe, Ana Célia Vieira, minha amiga e maior torcedora. Você é meu exemplo de compromisso e perseverança. Obrigada por existir e sempre me indicar o melhor caminho;

À toda minha família, principalmente meu pai Rosemberg Gomes da Silva e meus irmãos Maria Érica Gomes, Antônio Gustavo Gomes, Gutemberg Gomes, pela compreensão nos momentos em que estive ausente, por todo o carinho que recebo quando estamos juntos, que me renova para seguir em frente;

A meu namorado, Ailton da Silva Chagas, meu porto seguro que esteve ao meu lado a cada passo dessa construção e me ajudou em muitos momentos, foi paciente e sempre com as palavras certas me fez acreditar que conseguiria;

À minha irmã de alma, Elayne Cristina da Costa, por compartilhar desde a graduação o que a vida nos oferece de melhor e de pior. Com você por perto minha amiga, os dias são mais leves e os obstáculos são mais fáceis de ultrapassar. Obrigada por todo o apoio nesta dissertação e em todo o resto;

À Professora Zelma Madeira, minha orientadora e amiga, por sua paciência, compromisso, e por acreditar em meu potencial desde os primeiros semestres na graduação. Por ser a pessoa que me ofereceu a oportunidade de me apaixonar pelo ato de pesquisar e mais ainda por me dar a oportunidade de crescer como ser humano. Muito do que sou hoje, devo ao que você compartilhou comigo;

À minha turma de mestrado, que me permitiu cotidianamente trocar experiências e conhecimento, foi uma jornada árdua e cheia de desafios que se tornou melhor na companhia de vocês.

À Elane Conde com quem aprendo cada dia um pouco mais sobre honestidade, sinceridade e amizade. Eu não sei o que o futuro nos reserva, mas sei que os momentos do passado em sua companhia foram presentes que vou levar sempre comigo, obrigada pelas loucuras divididas e somadas;

À Pedro Rafael, pelo apoio e amizade em todo esse caminho, desde a graduação, repleto de desafios e objetivos que tanto lutamos para alcançar;

Às interlocutoras da pesquisa, que gentilmente me concederam as entrevistas e muito contribuíram com meus achados, tornando-se co-autoras deste trabalho;

Ao Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará, por investir e acreditar em minha proposta de estudo;

Aos membros da banca de qualificação e de defesa pela disponibilidade e por suas valiosas contribuições, as professoras Teresa Cristina Esmeraldo e Rejane Batista Vasconcelos.

À equipe de Serviço Social do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota, em particular à assistente social Jalusa Magalhães, por me disponibilizar todo o apoio e informações solicitados além das ricas trocas de experiências que sempre me estimularam a retornar.

“A voz da minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. Ecoou lamentos de uma infância perdida.

A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela.

A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome.

A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato.”

(Vozes-mulheres, de Conceição Evaristo)

RESUMO

O presente estudo analisa como a especificidade de gênero e étnico-racial influenciam na trajetória de vida e na prática de atos infracionais das adolescentes negras que cumprem medida socioeducativa de internação na única unidade de atendimento para o público feminino do Ceará, o Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota. A prática infracional e o cumprimento de medidas socioeducativas se destacam na atualidade por sua complexidade, pelas grandes proporções que tomaram no contexto da sociedade capitalista e pelo estreito vínculo que possuem com as desigualdades econômicas, sociais e raciais que incidem sobre o público de adolescentes. Esta dissertação oportunizou a compreensão imperativa da necessidade de entendimento da rede de políticas públicas que atendem às adolescentes negras, da totalidade e unidade entre as categorias classe social, raça/etnia e relações de gênero, materializadas na contemporaneidade, pois, quando se trata desse segmento, as experiências que constituem sua infância e adolescência são diferenciadas e denunciam o projeto de nação estruturado por meio da exploração, opressão e discriminação das mulheres – adolescentes e/ou adultas – negras. Essas são alvos de um duplo movimento de ação e omissão do Estado e da sociedade: são invisibilizadas quando seus direitos são violados e, ao mesmo tempo, são vítimas de uma visibilidade perversa que as estigmatiza como perigosas, hipersexualizadas, e fragiliza sua construção identitária como mulheres negras, o que se intensifica após seu envolvimento na prática infracional.

Palavras-chave: Adolescentes negras. Ato infracional. Medida socioeducativa de internação. Relações étnico-raciais. Relações de gênero.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the specificity of gender and racial influences the trajectory of life and practice of illegal acts of black teenagers who fulfill socio-educational measure of internment in a single unit of Ceará feminine care. The criminal behavior and compliance with social and educational measures, stand out today because of its complexity, the major who took in the context of capitalist society and the close bond they have with the economic, social and racial inequalities that affect the public adolescents. For this, bibliographical research, documentary and field research. This work provided an opportunity the imperative understanding of the need to understand the network of public policies that cater to black teenagers, the totality and unity among the categories social class, race / ethnicity and gender relations, embodied in contemporary times, as when it comes to this segment experiences that constitute his childhood and adolescence are differentiated and denounce the national project organized under the yoke of exploitation, oppression and discrimination against women, adolescents and / or adults, black. These are the targets of a double movement of action and omission of the state and society: they are made invisible when their rights are violated, and at the same time are victims of a perverse visibility that stigmatizes as dangerous hipersexualizadas, and weakens their identity construction while women black, which intensifies after their involvement in criminal behavior.

Keywords: Black adolescents. Misdemeanors. Socio-educational measure of detention. Ethnic-racial relations; Gender relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCED	Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente
CEABM	Centro Educacional Aldaci Barbosa
CECAL	Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider
CEDB	Centro Educacional Dom Bosco
CESF	Centro Educacional São Francisco
CF	Constituição Federal
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DCA	Delegacia da Criança e do Adolescente
DCA	Direitos de Crianças e Adolescentes
DEAMS	Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher
DIU	Dispositivo Intrauterino
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ESG	Escola Superior de Guerra
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FEBEMCE	Fundação Bem-estar do Menor do Ceará
FNB	Frente Negra Brasileira
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA	Liberdade Assistida
LGBT	Lésbicas Gays Bissexuais Travestis Transexuais e Transgêneros
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MNU	Movimento Negro Unificado
MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
NUAFRO	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidades, Gênero e Família
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PIA	Planos Individuais de Atendimento
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNBEM	Política Nacional de Bem Estar do Menor
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SDHPR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SERV	Secretaria Executiva Regional V
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	OLHAR DE MÚLTIPLOS ÂNGULOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	18
2.1	A PESQUISADORA: O REFLEXO E O INVERSO	18
2.2	VISUALIZANDO AS INVISIBILIZADAS: A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	23
2.3	ENTRE CONTROLE E PROTEÇÃO: O CAMPO DE PESQUISA.....	30
2.3.1	Uma tragédia anunciada: a situação atual de execução das medidas de restrição de liberdade no Ceará	34
2.3.2	O Aldaci: Ultrapassando o aparente	38
2.4	INDICAÇÃO METODOLÓGICA.....	44
2.5	AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA: APRESENTANDO AS ENTREVISTADAS.....	50
3	AS PROTAGONISTAS E OS CENÁRIOS DE ATUAÇÃO	55
3.1	UM CONTEXTO COMUM A TODAS: O (S) LUGAR (ES) DESTINADO (S) A MULHER NEGRA NO BRASIL.....	55
3.2	ADOLESCÊNCIA MÚLTIPLAS VIVÊNCIAS E SIGNIFICADOS PARA AS ADOLESCENTES NEGRAS.....	65
3.2.1	Estruturas e dinâmicas familiares	70
3.2.2	Ser adolescente	73
3.2.3	Trabalho e escola	74
3.3	RELAÇÕES DE GÊNERO E VIVÊNCIAS COTIDIANAS: O “TORNAR-SE MULHER” TRATA-SE DO MESMO OU DE NOVAS PERSPECTIVAS?.....	79
3.4	AZUL E ROSA OU PRETO E BRANCO: O PERTENCIMENTO ÉTNICO RACIAL E O RACISMO NA VIDA DAS ADOLESCENTES.....	90
4	NARRATIVAS DAS ADOLESCENTES SOBRE SIGNIFICADOS E CONSEQUÊNCIAS DO ATO INFRAACIONAL	103
4.1	O ATO INFRAACIONAL: CONTRAPOSIÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO ENTRE A NARRATIVA DAS ADOLESCENTES E OS REGISTROS DOCUMENTAIS DA INSTITUIÇÃO.....	104
4.2	RELACIONAMENTOS AFETIVOS E DESTRUTIVOS.....	113
4.3	O CONSUMISMO, AS DROGAS E O TRÁFICO.....	118

5	O TRATAMENTO JURÍDICO E SOCIAL DIRECIONADO AOS/ÀS ADOLESCENTES AUTORES/AS DE ATOS INFRAACIONAIS.....	128
5.1	O PERÍODO COLONIAL E OS ARQUÉTIPOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POBRES: OS/AS INDÍGENAS, OS/AS NEGROS/AS E OS/AS BASTARDOS/AS.....	128
5.2	A REPÚBLICA, A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RACISMO E O ASSISTENCIALISMO.....	131
5.3	INSTRUMENTOS JURÍDICOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.....	135
5.4	A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E AS EXPECTATIVAS DE FUTURO.....	145
6	CONCLUSÃO.....	155
	REFERÊNCIAS.....	159
	APÊNDICE	165
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA.....	166
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	169
	ANEXO.....	170
	ANEXO A – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO.....	170

1 INTRODUÇÃO

Teoria, método e criatividade são os três ingredientes ótimos que, combinados produzem conhecimentos e dão continuidade à tarefa dinâmica de sondar à realidade e desvendar seus segredos (MINAYO, 2001, p. 9).

Escrever é uma arma, tenho consciência disso. A mulher negra que escreve para desvendar os segredos da realidade tem uma arma apontada para o previamente estabelecido e para as opressões que a cercam – ela é uma transgressora. A pesquisa, a reflexão e a produção de textos – da poesia ao trabalho acadêmico – permitem à mulher negra navegar por mares e firmar portos para que outras mulheres tenham onde atracar seus barcos durante as fortes tempestades e se prepararem para lançarem-se novamente mar adentro (de si e do mundo). A mulher negra que escreve, o faz contra o esperado e isso é transgredir. Ela transgride no ato de propagar, por meio da escrita, o que conhece quando integrou a grande maioria populacional de analfabetos; transgride ao falar de si e de outras com as quais se identifica e deseja vê-las avançarem em suas lutas cotidianas contra as desigualdades e discriminações.

Assim, como mulher negra transgressora, apresento reflexões sobre as especificidades de gênero e étnico-racial na trajetória de vida e na prática de ato infracional das adolescentes negras socioeducandas do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM), em Fortaleza. Para isso, tecei análises sobre algumas particularidades vivenciadas pelas interlocutoras desta dissertação, dentre estas: o perfil socioeconômico das adolescentes negras em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado; a forma como operam as relações de gênero e étnico-raciais em suas vidas; as percepções das adolescentes sobre si e seu lugar na sociedade; as circunstâncias e motivações que as levaram à prática do ato infracional; e o cotidiano institucional do CEABM.

É de conhecimento amplo que os/as adolescentes e jovens negros/as “têm sido as principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, os jovens negros lideram o *ranking* dos que vivem em famílias consideradas pobres e dos que recebem os salários mais baixos do mercado” (BENTO; BEGUIN, 2005, p. 194). Mas também são esses/as adolescentes e jovens que têm protagonizado ocupações em suas escolas na luta por um ensino de qualidade, assumindo a liderança em manifestações por condições dignas de moradia, mobilidade urbana coletiva, gratuita e qualificada, dentre outras pautas. Por isso o universo dos/as adolescentes negros/as é tão amplo.

Por sua vez, o termo adolescente em conflito com a lei, essa abrange a pessoa de 12 a 18 anos que tenha cometido qualquer ato infracional, ou seja, o que pode ser descrito

como crime ou contravenção penal (Lei nº 8.069 de 1990), se apresenta aos/às pesquisadores/as de forma múltipla e multifacetada. Nesse sentido, a reflexão sobre as relações étnico-raciais e de gênero e os impactos das discriminações na trajetória de vida das adolescentes em conflito com a lei está presente na ordem do dia e desafia diversos setores da sociedade. A problemática se revela bastante atual, uma vez que as discussões em torno dos/as adolescentes em conflito com a lei e o sistema socioeducativo encontra-se em efervescência no estado do Ceará, devido às graves violações dos direitos humanos dos/as adolescentes internos/as nos centros socioeducativos.

Contudo, o debate sobre a maioria absoluta de negros e negras (adolescentes, jovens e adultos) encarcerados/as nos presídios ou em cumprimento de medida socioeducativa de internação precisa avançar. No caso das adolescentes em conflito com a lei incide ainda a invisibilidade social desse segmento, não sendo foco de atenção de estudiosos, juristas, políticos, etc. Deste modo, mesmo existindo produção considerável sobre adolescentes em conflito com a lei, meu intuito é trazer à centralidade das reflexões as particularidades étnico-raciais, de gênero e geração que articuladas agem em processo contínuo de fragilização e/ou fortalecimento identitário de sujeitos singulares que praticaram atos infracionais.

Ao estudar a mulher negra, é importante considerar que se trata de um contingente invisibilizado e cercado de estereótipos em todas as regiões do mundo. Sua inferiorização se desenvolve a partir de um contexto onde assumem relevância características como cor da pele e sexo, que vão fundamentar sistemas de hierarquização social denominados racismo e sexismo.

A vida e as relações estabelecidas pelas adolescentes não se constroem em meio a um ambiente harmônico ou consensual, mas sim entre tensões econômicas, sociais, políticas e culturais. Em meio a construtos sociais “ser mulher”, “ser negra” e “ser adolescente” carregam marcas que atravessam nossa formação socio-histórica. Assim também ocorre com as políticas sociais que as atendem, em especial a política de atendimento socioeducativo.

Portanto, este estudo estrutura-se em cinco seções principais e suas respectivas seções secundárias. Na primeira seção principal apresento a **Introdução** deste estudo, em seguida na segunda seção principal, intitulada **“Olhar de múltiplos ângulos: aspectos metodológicos da pesquisa”**, elucido as aproximações iniciais com o tema desta dissertação e abordo a intrínseca relação entre o objeto de estudo e a pesquisadora que procura conhecê-lo. Assim, deixo evidenciada minhas motivações na escolha da problemática a partir de meu percurso pessoal e profissional trilhado até aqui. Nessa mesma seção, trago à tona a delimitação do objeto, sua complexidade e a relevância de refletir sobre um grupo que tem

suas necessidades invisibilizadas e ao mesmo tempo são alvos de visibilidade estereotipada sobre seu modo de viver.

Foi oportuno apresentar ainda nesta seção, brevemente, a delimitação do campo onde se desenvolveu a pesquisa: sua organização, objetivos e a intrínseca relação com o contexto atual dos Centros Socioeducativos do Ceará. A metodologia e as técnicas, a forma de coleta e análise dos dados e o caminho transcorrido para a concretude deste estudo também são apresentados. Por fim, apresento as interlocutoras da pesquisa que foram entrevistadas, seus dados gerais, renda, idade, ato infracional, composição familiar.

Na seção número três, intitulada “**As protagonistas e os cenários de atuação**”, realizo reflexões sobre a trajetória da mulher negra no contexto sócio-histórico brasileiro para possibilitar a compreensão do que sofreu ruptura e do que se repõe na vida das adolescentes negras em conflito com a lei na cena contemporânea. A partir daí trago discussão em torno da compreensão do ser adolescente, negra e mulher dentro das dinâmicas familiares, experiências escolares e de trabalho vivenciadas por estas. Desse modo, busco analisar de que forma o racismo e o machismo atuam em seu cotidiano e qual a influência destes na forma delas se verem e olharem o mundo.

Na quarta seção principal, intitulada “**Narrativas das adolescentes sobre significados e consequências do ato infracional**”, analiso o ato infracional, as circunstâncias e os significados atribuídos pelas adolescentes em conflito com a lei sem perder de vista as particularidades que constituem esses atos e as interseções entre gênero, classe social e raça/etnia. Logo, lanço mão de discussão sobre os principais elementos motivadores ou complicadores de suas participações na prática do ato infracional.

Na quinta seção, “**O tratamento jurídico e social direcionado aos/às adolescentes autores/as de atos infracionais**”, apresento análise sobre as narrativas das adolescentes no que se refere ao período de internação, uma vez que este é também um fenômeno que age sob sua construção identitária e, portanto, é fundamental para entender as negociações das adolescentes com as múltiplas instituições sociais que as influenciam e por elas são influenciadas.

Por fim, apresento a “**Conclusão**”. Os resultados desse estudo demonstram que as experiências que constituem a infância e adolescência das interlocutoras deste estudo são diferenciadas e denunciam o projeto de nação estruturado sob o jugo da exploração, opressão e discriminação das mulheres, adolescentes e/ou adultas, negras.

2 OLHAR DE MÚLTIPLOS ÂNGULOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O pesquisador, antes de tudo, precisa ter coragem para fazer escolhas durante todo o percurso de construção de conhecimento. Nessa seção, busco apresentar de onde surgiram minhas escolhas para que chegasse ao estudo que ora apresento. Para isso trago reflexões sobre as contradições e identificações entre pesquisadora e objeto de análise, as configurações atuais e a relevância de conhecer a realidade social das adolescentes negras e sua participação na prática de atos infracionais, bem como o cenário atual do atendimento socioeducativo em que desenvolvi a pesquisa e o percurso metodológico utilizado.

2.1 A PESQUISADORA: O REFLEXO E O INVERSO

“Medos e incertezas espelham, entre um vértice e outro, a intrínseca relação entre o sujeito que conhece e o fenômeno que procura compreender, investigar”. São as palavras de Maria Lúcia Rodrigues (2000, p. 109), que acredito se encaixarem bem em alguns dos paradoxos encontrados no decorrer da elaboração e da prática de uma pesquisa científica, ao menos são para mim, pois foi o que pude observar durante a construção dessa dissertação. Em meu diário de campo, já após algumas visitas ao lócus de pesquisa, escrevi:

Enquanto aguardava a próxima socioeducanda, sentada em uma das salas onde se realizam as oficinas no CEABM, para aplicar os questionários, fui perguntada por um dos instrutores, dos que ficam responsáveis por supervisionar o comportamento delas (adolescentes), se gostaria que ele ficasse ali. A interrogação foi no intuito de saber se eu sentia segurança de ficar sozinha naquela sala com uma das adolescentes. Respondi que não seria necessário. Ora, eu já havia aplicado o questionário com mais de 15 delas, algumas em uma sala acompanhada, outras sozinha, mas não havia pensado sobre isso, em nenhum momento daquela manhã. Pensei sobre o perigo, sobre estar com medo. E, naquele momento, escrevi, em meu bloco de anotações: *do que tenho medo?* Foi uma pergunta direcionada para esta pesquisa, para este objeto. Acabo de folhear os outros registros do diário de campo e não encontrei a palavra medo. Falo de ansiedade, angústias, mas onde estão os medos, as incertezas? (Diário de campo)

Apesar de não ter escrito com todas as letras em meus registros, eles estavam ali, no fato de que, após a primeira visita ao campo, em setembro de 2014, demorei mais de três meses para retornar, na dificuldade em delimitar o objeto de estudo, nas preocupações sobre a escolha do problema de pesquisa. Surgiram medos e incertezas, que demorei a compreender e saber lidar, mas que, com o tempo, passei a utilizar como força impulsionadora para desenvolver esta investigação da melhor forma possível. O que não significa que pesquisar *as*

adolescentes negras em cumprimento de medida socioeducativa de internação foi uma proposta de estudo simples de se definir. Esta foi, e ainda é, fonte de muitos questionamentos.

Sobre as emoções e sentimentos que permeiam o exercício profissional, mas que penso serem válidos para o ato de pesquisar, Rodrigues (2000, p. 108) observa:

Indagar os sentimentos que se desdobram destas emoções, localizar com franqueza nossas dificuldades – que transitam entre o pessoal e o profissional – e buscar esclarecê-las, reconhecer os próprios limites e saber pô-los a nu em reflexões partilhadas ainda que em meio a opiniões divergentes, continua sendo um exercício pouco comum e delicado.

Esse foi um exercício delicado que fiz, por diversas vezes silenciosamente, algumas até sem perceber. Saber se existe clareza no que me proponho, se o estudo a ser desenvolvido tem relevância teórica e social, se tenho a competência necessária para tal desafio, enfim, são diversos os dilemas que foram em diversos momentos fonte de reflexão até a materialização deste texto. Sei que alguns continuam e continuarão a ser até após a conclusão desta dissertação. Mas, talvez, outras certezas e confianças deram o impulso necessário para prosseguir e encarar os diferentes sentimentos.

A escolha deste objeto de estudo emerge dentro de uma trajetória mais ampla no campo acadêmico e pessoal, na qual assumi um compromisso social e político de aprofundar e contribuir para a construção do conhecimento sobre questões de gênero e étnico-racial, incluindo meu próprio processo identitário de afirmação e de luta como mulher jovem e negra.

Esse posicionamento é oriundo a partir da trajetória percorrida no espaço da universidade e posteriormente com as experiências profissionais. Aproximar-me desse conhecimento se tornou possível por meio das discussões realizadas nos espaços de formação profissional para além da sala de aula, tais como atividades de extensão, pesquisa, seminários, encontros e demais eventos científicos.

Durante a graduação em Serviço Social, na Universidade Estadual do Ceará (UECE),¹ dois ambientes foram primordiais para a escolha dessa área de estudo, sendo estes: o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidades, Gênero e Família (NUAFRO) e o estágio supervisionado em Serviço Social no Distrito de Assistência Social da Secretaria Executiva Regional V (SER V), da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). O primeiro, o NUAFRO, é um espaço singular, na universidade, contribuindo para o fortalecimento

¹ Cursei a graduação em Serviço Social no período de 2008.2 a 2012.1. Nesse período, iniciei no NUAFRO, no semestre de 2011.1.

identitário dos membros que dele fazem parte e que o constroem, bem como lugar de rica produção de conhecimento e desenvolvimento de pesquisas sobre as questões que permeiam a realidade social da população negra no Ceará e no restante do país. Neste laboratório, pude participar de pesquisas e projetos de extensão sobre a condição de vida das mulheres negras em Fortaleza, e foi, a partir de um deles, que elaborei e desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso.²

O segundo espaço relevante para o mergulho no mar de questões que circundam a realidade das mulheres negras brasileiras foi o estágio supervisionado em Serviço Social, que ocorreu no ano de 2011, em um Distrito de Assistência Social da Secretaria Executiva Regional V (SER V), da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). Nesse lócus, foi possível identificar o perfil principal das pessoas que buscavam os serviços e programas da Política de Assistência Social, majoritariamente mulheres negras. Superando a aparência imediata das demandas apresentadas no cotidiano profissional, estas apresentavam e apresentam particularidades na sua inserção e participação na sociedade, exigindo maior atenção dos/as estudiosos/as e dos/as formuladores de políticas públicas.

Após essas experiências e com a graduação concluída, a inserção no espaço profissional como assistente social em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Fortaleza, localizado na Comunidade Lagamar, serviu como elemento fundamental para “o despertar” sobre a relevância da discussão acerca das adolescentes negras. Nesse processo de desenvolvimento profissional, muitas demandas referentes ao segmento dos/as adolescentes surgiam cotidianamente, exigindo respostas concretas a este grupo populacional e suas famílias. Situações atinentes à ruptura de vínculos sociais e familiares e às violações de direitos de crianças e adolescentes deixavam muitas indagações. As problemáticas apresentadas pelas famílias acompanhadas, relacionadas aos adolescentes e à prática de atos infracionais, emergiam no cotidiano profissional de forma a gerar, mais do que curiosidade, uma necessidade, como assistente social, de qualificar minha atuação.

Um fator que despertou ainda maior interesse foi a participação crescente de meninas cometendo atos infracionais. De início, eram as mães, mulheres negras, chefes de família, que chegavam ao CRAS com uma carga de demandas para atender a esse público adolescente. A prática do ato infracional, o cumprimento de medidas socioeducativas e o universo de questões que os envolviam eram motivos de preocupação dessas mulheres que

² GOMES, Daiane Daine de Oliveira. **Discriminações de gênero e étnico-raciais**: um olhar sob a interface com a política de assistência social na perspectiva das mulheres acompanhadas no CRAS Castelão em Fortaleza-Ceará – 2012. CD-ROM. 111 f.

não compreendiam a Política Pública que atendia seus filhos e filhas. Essas mulheres sabiam para além do fato desses adolescentes terem cometido alguma infração. Elas tinham conhecimento de suas outras necessidades e buscavam esclarecimentos no CRAS.

A atuação profissional me permitiu conhecer questões básicas para atender de imediato estas famílias, mas não deixava de despertar maiores inquietações quanto ao aspecto interseccional que circunda as mulheres negras, em diferentes fases de suas vidas. As adolescentes são os maiores alvos de muitos tipos de violência e violações de direitos, trazendo com elas demandas de respostas profissionais diferenciadas.

Juntamente a estas inquietações, os debates intensos na mídia e na sociedade brasileira, de modo geral, acrescentaram importância em realizar este estudo. Observei o direcionamento dado pela mídia, que insiste em criminalizar os adolescentes e os jovens pobres do país, bem como o ataque direto feito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – questionando sua capacidade de cumprir o estabelecido em suas linhas no que se refere aos e às adolescentes em conflito com a lei, bem como, colocando em risco o reconhecimento desse segmento como sujeitos de direitos plenos e em situação peculiar de desenvolvimento.

Os apelos crescentes à redução da maioria penal³, junto à forte associação da adolescência e da juventude pobre à violência, dão impulso à formulação do objetivo principal deste estudo, que foi se formulando a fim de contribuir na luta pela garantia dos direitos sociais deste segmento social e também na luta por melhores condições de vida e de exercício de cidadania das mulheres negras em suas diversas fases da vida. Esta situação, para ser analisada e discutida, em nossa sociedade, não pode ser feita sem considerar questões como classe social, gênero e raça.

Mas, não há como esconder, nas entrelinhas, a ligação mais íntima de desenvolvimento deste objeto de estudo, pois, antes de ser pesquisadora – e ao mesmo tempo em que sou – em minha construção constante de ser jovem, mulher e negra, em uma sociedade permeada por contradições e desigualdades econômicas, sociais e culturais, como é

³ Conforme Nota Técnica nº 27/2015 da SPAA/SEPPPIR-PR, de 29 de Junho de 2015, tramitam no Congresso Nacional mais de 30 (trinta) propostas de emendas constitucionais que buscam reduzir o limite da responsabilidade penal, algumas propõem a redução até 12 anos de idade, como é o exemplo da PEC nº 345, de 2004. Em 2015, os grupos que se utilizam de discursos e manobras políticas baseados numa suposta impunidade infringida aos/as adolescentes em conflito com a lei para esta mudança, deram um importante passo, a Proposta de Emenda Constitucional 171/1993, realizada pelo ex-deputado federal do Distrito Federal, do Partido Progressista, Benedito Domingos, que propõe modificar a redação do artigo 228 da Constituição Federal, para que sejam imputáveis os/as maiores de 16 anos que cometeram crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte foi aprovada em 1º de julho de 2015, na Câmara dos Deputados e atualmente a proposta está para apreciação do Senado Federal.

a sociedade capitalista, sou também marcada pelo sexismo, machismo e racismo e exposta aos mesmos riscos que subjagam essas meninas; e percebo a reduzida possibilidade de inclusão, representatividade e participação.

Duvido que qualquer pesquisador possa afirmar com total convicção que seu trabalho não é a priori e a posteriori para si. Isto não significa a caracterização de uma atitude meramente egocêntrica, no sentido da ausência e distinção entre a realidade pessoal e a realidade objetiva, ou de uma atitude ingênua, onde prevaleçam as crenças em certezas subjetivas. Em outras palavras, parece-me necessário, antes de mais nada, desconfiar de si, para desconfiar dos outros e colocar limites naquilo que representam nossos sentimentos. E, assim, poder alcançar os outros como fragmentos daquilo que sempre somos e também daquilo que por vários motivos, jamais poderíamos vir a ser (BENEVIDES, 2008, p. 23).

Ao passo que me deparo com uma identificação com o objeto, ao olhá-lo como um espelho e pensar ver um reflexo, talvez surja uma imagem inversa, ainda que com características comuns, algumas, ou melhor, muitas *nuanças* podem divergir. São outros sujeitos, com outras histórias, visões de mundo, experiências, percepções sobre si e sobre o seu lugar no mundo. Um objeto que poderia ser “eu”, mas que por um misto de diferentes experiências, oportunidades, circunstâncias e escolhas, contrariei algumas das estatísticas que cercam o caminho traçado para a população jovem e negra deste país. Mas, ainda assim, me vejo nelas, por experienciar também parte do que vivenciam: exclusão, subalternização, inferiorização e o enfrentamento cotidiano do que nos oprime, nos deixa à margem, nos transforma em marginais.

Vejo com clareza que não há objeto que se explique por si, sem que se instaure uma relação, sobretudo quando pesquisador e objeto têm a mesma natureza. Na trajetória do pesquisador, os significados não são apreendidos isoladamente e todo conhecimento só é possível na integração sujeito-objeto. Isto não implica uma tendência psicologizante ou meramente relativizadora do real, a ponto de destituí-lo de existência. É, antes de mais nada, marca do caráter intersubjetivo de uma relação, onde as informações colhidas são fragmentadas e as perguntas feitas pelo pesquisador, da mesma forma, fragmentam aquilo que ele quer saber, não somente pela forma como são colocadas, mas também por aquilo que ocultam do pesquisador. (BENEVIDES, 2008, p. 23-24)

Fica então, diante dessa realidade, o desafio de conhecer. O que significa se propor a “enfrentar o inesperado com uma predisposição consciente para apreender tudo quanto se desdobra da interação entre o que já sabemos sobre determinado objeto e o que esse objeto proporciona de inusitado” (RODRIGUES, 2000, s/p), pois, construir conhecimento, ou trocá-lo nas porções que tenho com a grande quantidade que a realidade oferece, pode ser

libertador ao fundamentar uma premissa individual e um desejo pessoal, que guarda em si parcela de razão, mas, também, como já falei, emoção.

Com base nessas premissas busco apresentar meu objeto de estudo. A pergunta de partida, norteadora desta dissertação: Como as especificidades de gênero e racial influenciam nas trajetórias de vida e na prática de atos infracionais das adolescentes negras socioeducandas do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota, em Fortaleza? Essa questão foi utilizada como bússola no percurso que segui, às vezes árido e agoniador, outras abundante e animador, mas, ainda assim, sem perder de vista os passos dados antes e o motivo de busca ao trilhar esse percurso.

Destarte, ao abordar as especificidades que despertaram em mim, enquanto pesquisadora, interesse em tal debate e os desafios e sentimentos que me acompanham no processo de pesquisar, serão apresentadas, no tópico seguinte, algumas questões referentes ao campo de pesquisa.

2.2 VISUALIZANDO AS INVISIBILIZADAS: A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A realidade social do segmento infantojuvenil no Brasil e no mundo tem colocado esse grupo geracional no cerne do debate atual sobre a questão social,⁴ a violência, a cultura, a justiça e os direitos humanos, principalmente a partir de um conjunto de transformações de fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos, no âmbito do capitalismo.

Têm se aprofundado as desigualdades já existentes nas sociedades regidas pelo capital, fenômeno ocasionado, nas últimas décadas, pela acumulação flexível⁵ e pela ideologia neoliberal,⁶ trazendo consigo transformações significativas.

⁴ A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É inseparável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas forças vitais. Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche (IAMAMOTO, 2000, p. 156).

⁵ “A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, criando por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas” (HARVEY, 2002, p. 140).

⁶ “O neoliberalismo consiste em uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista, opondo-se fortemente a qualquer forma de planejamento da economia. Condena toda a ação do Estado que limite os

Os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de contra-reforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência. A afirmação da hegemonia neoliberal no Brasil tem sido responsável pela redução dos direitos sociais e trabalhistas, desemprego estrutural, precarização do trabalho, desmonte da previdência pública, sucateamento da saúde e educação (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 147).

Essas transformações repercutem fortemente nas condições de vida dos/as adolescentes brasileiros/as, que têm sido foco de muitos debates em torno de sua atuação, tanto quando são considerados/as sujeitos fundamentais para o desenvolvimento do país, seja como também considerados fonte de problemas e alvos de políticas públicas específicas.

De acordo com a Nota Técnica elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA-2015), em 2013, os adolescentes do Brasil, correspondiam a aproximadamente 21,1 milhões, o equivalente a 11% da população brasileira. No que concerne ao sexo, ainda no mesmo ano, a proporção era de 51,19% homens e 48,81% mulheres. Já quanto à afirmação étnico-racial, 58,9% se autodeclararam pretos e pardos em 2013; 40,4% se autodeclararam brancos; e menos de 1% se declarou amarelo ou indígena. Em relação às residências dos/as adolescentes, 80% vivia em domicílios situados em áreas urbanas e os demais em áreas rurais.

Outro dado relevante elucidado pelo IPEA (2015) diz respeito aos números sobre educação e trabalho inter cruzados com sexo, raça/etnia e condição econômica. Em 2013, entre os 10,6 milhões de adolescentes de 15 a 18 anos incompletos, mais de 1,0 milhão não estudavam e estavam fora da população economicamente ativa; 584,2 mil só trabalhavam⁷; e aproximadamente 1,8 milhão conciliavam estudo e trabalho. Dos que não estudavam e não trabalhavam: 64,87% eram adolescentes negros/as, 58% eram mulheres e 83,5% viviam em famílias com renda *per capita* inferior a um salário mínimo.

Quando se desagregam os dados da população por classe social, sexo, raça/etnia e geração são revelados aspectos primordiais para análise e para ações na arena política e nas políticas públicas. Conforme Castro (2004, p. 291), “entre diferentes identidades na classe, está a merecer mais alerta a situação dos jovens, em particular das classes populares e dos e das jovens negros e negras”. Para a autora, quando se combina gênero e raça/etnia entre os

mecanismos de mercado, denunciando-as como ameaças à liberdade, não somente econômica, mas também política. [...] Portanto, a essência do pensamento neoliberal baseia-se na defesa do livre curso do mercado, colocando-o como mediador fundamental das relações societárias e no Estado mínimo como alternativa e pressuposto para a democracia” (RIZOTTO, 2008, p. 275-276).

⁷ Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069 de 13/07/1990, artigo 60, “é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz”.

adolescentes, emergem singularidades que demonstram a ampliação de desigualdades e discriminações.

A adolescência, desse modo, deve ser considerada período essencial de análise, uma vez que é um processo de mudanças no corpo, de definições identitárias, em que se assume novas responsabilidades e de experimentar novas “cobranças sociais”, bem como, de se vivenciar as relações e as diferentes configurações da família na contemporaneidade. Como explicita Calligaris (2014, p. 15),

Em outras palavras, há um sujeito capaz, instruído e treinado por mil caminhos – pela escola, pelos pais, pela mídia – para adotar os ideais da comunidade. Ele se torna um adolescente quando, apesar de seu corpo e seu espírito estarem prontos para a competição, não é reconhecido como adulto. Aprende que, por volta de mais de dez anos, ficará sob a tutela dos adultos, preparando-se para o sexo, o amor e o trabalho, sem produzir, ganhar ou amar; ou então produzindo, ganhando e amando, só que marginalmente.

Por isso, faço essa tentativa de olhar para adolescentes que praticaram ato infracional por meio de uma lupa que busca detalhes em suas vivências escolares, sociais e familiares de forma interseccional, acessando gênero, raça/etnia e geração. Minha intenção, com este estudo, não é a de unir o ato infracional com suas trajetórias de vida como se fosse uma relação causal absoluta. A história das mulheres negras, em suas diversas fases geracionais, é rica em elementos para a formulação de políticas sociais, para intervenções profissionais nas múltiplas expressões da questão social, para a compreensão da história e para o reconhecimento desses sujeitos na sociedade contemporânea.

A escolha desse público, em meu estudo, se destaca, uma vez que a condição juvenil na contemporaneidade das mulheres negras implica o enfrentamento de uma série de obstáculos sociais para se alcançar a emancipação e garantir o exercício de direitos. As barreiras impostas a essas adolescentes impactam diretamente em sua possibilidade de escolarização, ingresso no mercado de trabalho, exercício do prazer e participação nas diferentes esferas políticas (movimentos sociais, partidos e demais organizações).

Diante disso, esse investimento em leituras, coleta e análise de dados e demais estratégias de pesquisa e construção de conhecimento, realizo com o intuito de contribuir, e quem sabe ir além das elaborações já feitas sobre esse assunto. As discussões em torno do “ser mulher e negra” não têm ganhado espaço nas análises teóricas da questão dos adolescentes em conflito com a lei, deste modo, o que busco é analisar as diferenças dessas esferas identitárias sem perder de vista os caminhos em que estas se entrecruzam.

A análise da especificidade das jovens negras faz-nos constatar a posição de intersecção em que se encontram. Entrelaçados de forma indissociável em uma complexa trama estão seus pertencimentos de raça, gênero e geração. Tais elementos mediam em diferentes espaços de socialização, a vivência, em maior ou menor medida, de violências físicas e simbólicas que afetam sua construção identitária no que se refere às percepções de si e de seu lugar na sociedade. (ZANETTI; SACRAMENTO, 2009, p. 26)

Conforme Madeira (2013, p. 3), a “conjugação do sexismo e racismo têm se constituído no grande impedimento para o desenvolvimento das potencialidades das mulheres negras.”. Esse processo de hierarquização e discriminação trata-se de uma construção e definição de lugares sociais que circundam as mulheres negras em sua trajetória individual, nos diferentes ciclos geracionais.

Uma particularidade destaca-se para esta dissertação no que se refere às interlocutoras desta pesquisa: a prática de atos infracionais⁸ e a responsabilização destas, por meio do cumprimento de medida socioeducativa⁹ de internação. Esses aspectos trazem outra importante questão: o debate em torno da adolescência em sua associação com a violência. Como assinala Sales (2007), tem sido formulado no imaginário social, um medo da juventude. Medo, que construído e reproduzido através da mídia e do senso comum, apresenta os/as adolescentes que praticaram atos infracionais como símbolos da criminalidade.

Ainda para a autora, analisando a atuação violenta de alguns setores da juventude em seus vínculos societárias, é possível descobrir responsabilidades públicas e coletivas sobre as condições de vida e participação na prática considerada delituosa desses sujeitos, a médio e longo prazos.

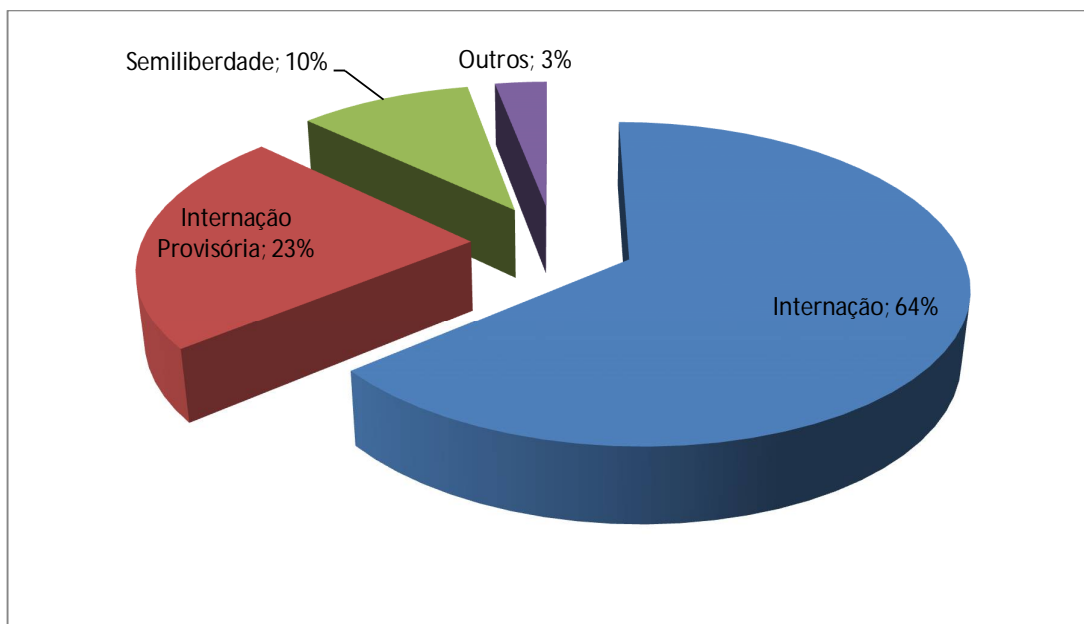
Neste caso, não se pode falar realmente de uma violência apolítica ou pré-política. Ela está apoiada sobre apreciações que tornam público o não reconhecimento de direitos iguais a setores inteiros da sociedade por parte de forças políticas identificáveis. [...] Os jovens de periferias urbanas [...] deixam ver que a violência potencial [...] deriva da necessidade de reconhecimento pessoal e social, dos apelos da sociedade de consumo, da consciência (e de eventual experiência) das menores possibilidades de entrar e manter-se no mercado de trabalho, da expectativa de gangorra social e da desproteção social crescente e ameaçadora, dos preconceitos a serem enfrentados, e de energias físicas e psíquicas não utilizadas. (PAIVA; SENTO-SÉ, 2007, p. 9)

⁸ De acordo com a Constituição Federal (art. 228), o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 104) e o Código Penal Brasileiro (art. 27), o adolescente autor de ato infracional é inimputável penalmente, ou seja, não tem responsabilidade penal e por isso é submetido a uma responsabilização jurídica especial.

⁹ As medidas socioeducativas estão previstas na lei 8.069, de 13 de julho de 1990, esta objetiva: desaprove e responsabilizar o adolescente por seu ato considerado infração, assim como garantir que seus direitos individuais e sociais sejam garantidos. Mais questões que constituem esse aspecto serão apresentadas na Seção Principal número cinco.

Em meio a essa forte associação feita na contemporaneidade entre juventude e violência, cresce o debate em torno dos/as adolescentes em conflito com a lei, das formas de responsabilização destes por seus atos e da efetividade do sistema socioeducativo. De acordo com o Levantamento Anual de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (2015), em novembro de 2013, 23.066 adolescentes estavam em cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade. No Ceará, o total era de 1.126, valor superior aos anos anteriores.

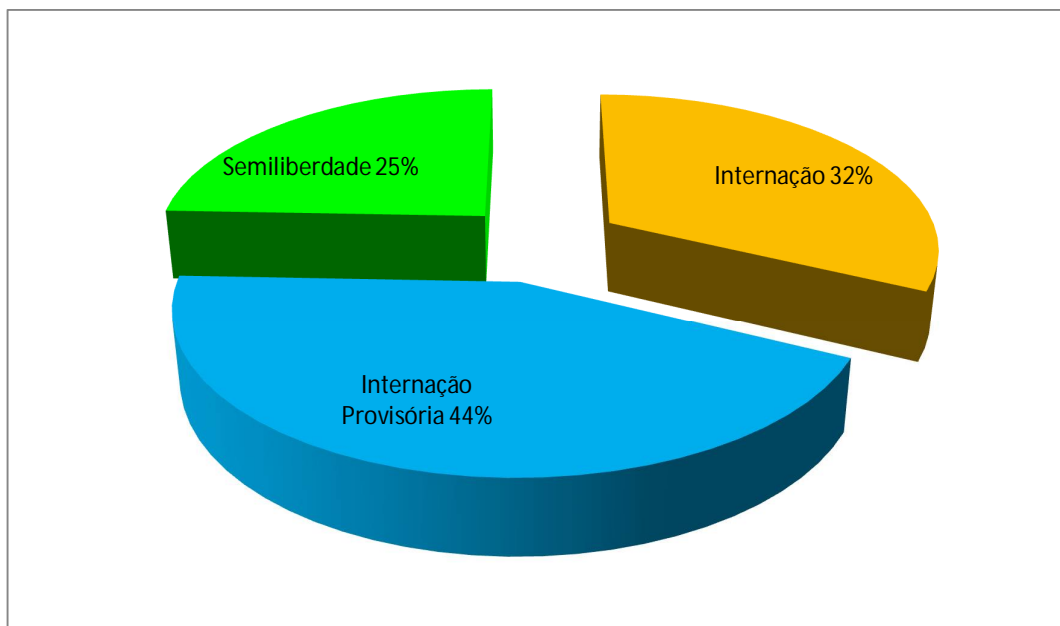
Gráfico 01 – Porcentagem de internação, internação provisória e semiliberdade no Brasil em novembro de 2013



Fonte: Levantamento anual de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (2015).

Observando os dados expressos no gráfico 01, nota-se que o maior percentual de adolescentes cumprindo medida socioeducativa de restrição ou privação de liberdade no Brasil todo em 2013 estava na internação provisória. Contudo, os dados do Ceará apresentam proporções diferentes, como se pode notar a seguir:

Gráfico 02 – Porcentagem de Internação, internação provisória e semiliberdade no Ceará em novembro de 2013

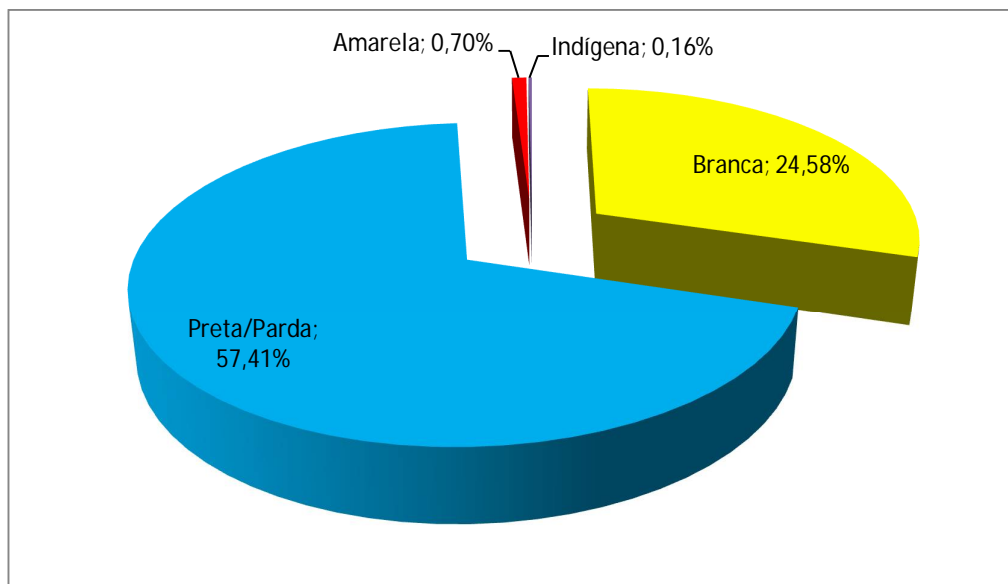


Fonte: Levantamento anual de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (2015).

A maioria dos/as adolescentes cumprindo medida socioeducativa de restrição ou privação de liberdade encontrava-se na faixa etária entre 16 e 17 anos, somando 13.165 no total (57%); acima de 18 anos eram 5.096 adolescentes (22%); entre 14 e 15 anos, 4.296 (19%); e 459 adolescentes entre 12 e 13 anos. O levantamento apresentou, ainda, pela primeira, dados sobre raça/etnia, demonstrando que 57,41% dos/as adolescentes foram considerados¹⁰ pardos e pretos, 24,58% brancos e 0,16% indígenas. Na região Nordeste, os números apresentados são: 14,7% brancos, 44,1% pretos e pardos, 0,3% amarelos, 0,1% indígenas e 40,8% sem informação. O documento não apresenta dados separados por unidades federativas. O número que se refere a categoria sem informação corresponde a quase metade do total o que levanta preocupação sobre a falta de atenção ou negligência em torno de informação tão crucial.

¹⁰ Saliente-se que a informação sobre raça/cor foi atribuída pelos gestores, conforme solicitação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) a partir das categorias de classificação de cor ou raça do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gráfico 03 – Porcentagem de adolescentes por raça/cor em restrição e privação de liberdade total do Brasil em novembro de 2013



Fonte: Levantamento anual de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (2015).

É inegável o número majoritário de adolescentes negros/as (pretos e pardos) no sistema socioeducativo, mas ressalto uma preocupação quanto ao critério de definição, uma vez que o levantamento explicita que a pertença étnico-racial foi atribuída pelos/as gestores, seguindo as definições do IBGE, o que nos impede de visualizar como os/as próprios/as adolescentes se autoafirmam.

Em todo o Brasil, nesse mesmo período, o número de adolescentes do sexo masculino cumprindo medida socioeducativa em meio fechado correspondia a 22.081, ou seja 96% do total, e as adolescentes compunham um total de 985 (4%). O número de unidades exclusivamente femininas, para cumprimento de medidas em meio fechado, é de 35 no Brasil, de um total de 452. É possível notar uma grande diferença no número de adolescentes do sexo feminino em relação aos do sexo masculino em conflito com a lei. Isso levanta questionamentos relacionados às particularidades das condições de vida das mesmas.

Logo, avaliar os comportamentos e as estratégias que essas diferenças consolidam nas unidades de socioeducação, com vistas a promover a proteção integral da população interna, e fortalecer a identidade e a participação social desse segmento, exige uma análise a partir da ótica de gênero e de raça/etnia. As políticas públicas devem ser formuladas de modo a traçar objetivos para eliminar as desigualdades sociais entre estes. Os estudos das relações

de gênero propiciam pautar as discriminações e as desigualdades que vivenciam as mulheres, bem como, suas estratégias de luta e resistência.

Assim, percebendo que gênero, raça/etnia são estruturantes das relações sociais e sofrem influência do modelo econômico adotado por uma sociedade, proponho este estudo. Reconhecendo, ainda, a relevância de pautar tal temática diante da necessidade de reflexão sobre as demandas apresentadas no atendimento de adolescentes mulheres negras enquanto autoras de ato infracional; cabe subsidiar os estudos para a compreensão das demandas e das potencialidades das adolescentes.

Fica evidente que toda a equipe encarregada do trabalho com as adolescentes institucionalizadas deve atentar para o recorte de gênero no cotidiano do centro de socioeducação, nas relações de poder que subjazem a realidade dessas meninas e na maneira como tais relações se colocam como fundamentais no momento em que se propõe uma discussão sobre a proteção integral daquelas. (MACHADO; VERONESE, 2010, p. 5)

Por conseguinte, as adolescentes negras, em conflito com a lei ou não, se apresentam como objeto de pesquisa, estudo e intervenção do/a serviço social, que devem ser tratadas como sujeitos sociais envolvidas em complexas problemáticas sociais com bases concretas no modelo de sociedade capitalista no qual estamos inseridos/as.

Assim, o objetivo principal deste estudo é analisar as especificidades de gênero e étnico-racial na trajetória de vida e na prática de ato infracional das adolescentes negras socioeducandas do Centro Educacional Aldaci Barbosa (CEABM) em Fortaleza. O campo em que se desenvolve esta pesquisa é, como já dito, o CEABM, que se localiza na travessa Costa Rica, s/n, no bairro Antônio Bezerra, em Fortaleza. Trata-se da única unidade do Estado do Ceará que atende adolescentes do sexo feminino nos regimes de internação provisória, privação de liberdade e semiliberdade¹¹.

Para alcançar o objetivo deste estudo, delineiam-se alguns questionamentos, dentre estes: Qual o perfil socioeconômico das adolescentes negras em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado? Como operam as relações de gênero e étnico-raciais na vida das interlocutoras da pesquisa? Que percepções as adolescentes pesquisadas têm de si e de seu lugar na sociedade? Quais circunstâncias e motivações as levaram à prática do ato infracional? No cotidiano institucional, como se manifesta essa especificidade? Como elas percebem? Como elas a enfrentam?

¹¹ Conforme a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), as unidades devem executar apenas uma das modalidades de restrição de liberdade (semiliberdade, internação), portanto tal configuração fere a legislação.

Após explicitar os elementos delimitadores deste objeto de estudo, apresento elementos sobre o campo de pesquisa.

2.3 ENTRE CONTROLE E PROTEÇÃO: O CAMPO DE PESQUISA

A Constituição Federal (CF) de 1988, assegura, em seu texto, prioridade absoluta à garantia dos direitos da infância e da juventude no âmbito da formulação das políticas, aplicação de recursos até a prioridade nos atendimentos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por sua vez, apresentou alteração de concepções em relação às legislações anteriores, que delimitavam o significado social da infância e da adolescência pobre, ao final do século XIX e no decorrer do século XX, como um perigo ou ameaça a ordem social.

A partir da década de 1980, a Doutrina da Proteção Integral ganha força. Reconhecendo todas as crianças e adolescentes¹² como sujeitos cujos direitos devem ser atendidos na integralidade de suas demandas, o arcabouço jurídico elaborado proporcionou o estabelecimento de direitos, diretrizes e atribuições gerais dos procedimentos judiciais e de atendimento a este público.

Foi instalado um Sistema de Proteção Geral de Direitos, com o intuito de efetivamente implantar a Doutrina de Proteção Integral, materializada através do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) – que determina normas e princípios de direcionamento à Política de Atenção Integral (SINASE, 2006). Foi instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase),¹³ por meio da Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e recentemente aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado aos adolescentes que se encontram submetidos à ação do Estado, em razão do cometimento de atos infracionais.

A Política de Atendimento Socioeducativo – âmbito de atendimento no qual estão inseridas as interlocutoras da pesquisa aqui delineada –, dentro do conjunto de políticas de atenção integral aos/às adolescentes, compreende o conjunto de diretrizes, princípios,

¹² Conforme o Art. 2º do ECA, “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Ainda conforme a mesma lei no Parágrafo único do artigo 2º aponta, “nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade”.

estruturas, procedimentos e arranjos institucionais voltados para o atendimento aos/às adolescentes autores/as de ato infracional.

Do ponto de vista do tratamento definido aos/às adolescentes em conflito com a lei, o ECA prevê a possibilidade de aplicação de medidas socioeducativas que evoluem das mais brandas às mais rigorosas. Segundo o Estatuto, art. 112, a partir dos 12 anos completos um/a adolescente, ao ser constatada a prática de ato infracional, pode sofrer diferentes sanções, que podem ser: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Esta última pode ir até no máximo três anos de restrição de liberdade.

Existe, deste modo, dois grupos de medidas socioeducativas – as realizadas em meio aberto) e as em meio fechado (restritivas de liberdade: semiliberdade e internação). Estas últimas são responsabilidade do governo estadual e as primeiras devem ser executadas pela esfera municipal. (DANTAS; AQUINO, 2013)

As medidas em meio aberto, prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida, são operacionalizadas pelo Sistema Único de Assistência Social. Estas encontram-se dentro dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, executados pelos municípios, e são acompanhadas pelos Centros de Referência de Assistência Social conforme demandas.

As medidas de internação e semiliberdade são as que devem ser cumpridas nos Centros Socioeducativos. Conforme o ECA (artigo 120), “o regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, sendo possibilitada a realização de atividade externa independente de autorização judicial”. Por sua vez, a medida de internação “constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.”.

O artigo 121, do Estatuto da Criança e do Adolescente, determina ainda que “a medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses”, “e em nenhuma hipótese esse período excederá três anos”. No caso do/a jovem completar 21 anos de idade, a liberação será compulsória.

Sobre a medida de internação, esta, conforme legislação que a define, só poderá ser aplicada quando “tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves, por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta”. Por fim, o artigo 123, da mesma lei, assinala que “a internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes,

em local que seja diferente do destinado a abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.”.

O estado do Ceará apresenta na sua capital, Fortaleza, nove centros socioeducativos, subdivididos em unidades de internação e de permanência provisória, além de uma Unidade de Recepção. Os de internação atendem adolescentes em conflito com a lei que cumprem sentenças determinadas pela justiça, sendo estes: Centro Educacional São Francisco, Centro Educacional São Miguel, Centro Socioeducativo Patativa do Passaré, Centro Socioeducativo Canindezinho, Centro Educacional Dom Bosco, Centro Educacional Patativa do Assaré, Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider e Centro Educacional Aldaci Barbosa (que recebe adolescentes tanto para regime de semiliberdade quanto para internação).

As unidades de permanência provisória recebem adolescentes que devem ficar internos por um período máximo de 45 dias em aguardo de sentença. Além do Centro Educacional Aldaci Barbosa, como já citado, também existe em Fortaleza o Centro Educacional Mártir Francisca. No interior do estado encontram-se mais seis (6) unidades: Centro de Semiliberdade de Iguatu, Centro de Semiliberdade de Crateús, Centro de Semiliberdade de Sobral, Centro de Semiliberdade de Juazeiro do Norte, Centro Socioeducativo Dr. Zequinha Parente, em Crateús, e Centro de Internação Provisória de Juazeiro do Norte.

No Ceará, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) é o órgão responsável pela execução das medidas restritivas de liberdade e de semiliberdade nos municípios em que estão implantados os Centros de Semiliberdade regionais. Dentro desta Secretaria, a Coordenadoria da Proteção Social Especial é a responsável direta pelo acompanhamento da rede de unidades que formam o Sistema Socioeducativo Privativo de Liberdade e Meio Aberto, por meio da Célula de Atenção às Medidas Socioeducativas e da Célula de Atenção à Média Complexidade.

A 5ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza é a responsável por todos os processos de execução de medidas socioeducativas, além de acompanhar os processos de execução de medidas socioeducativas de adolescentes sentenciadas nas outras quatro Varas da Infância e Juventude da capital.

As informações acentuadas nas linhas anteriores foram assinaladas por mim por considerá-las relevantes para a compreensão do campo de pesquisa, contudo, o fato de estarem expressas em lei não significa que se aplicam à realidade. No próximo ponto me esforço para ilustrar essa questão, a situação dos Centros Socioeducativos no Ceará. Longe de

trazer todos os elementos necessários, busco contextualizar o sistema complexo e caótico em que está inserida a instituição onde desenvolvi a pesquisa: o Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota.

2.3.1 Uma tragédia anunciada: a situação atual de execução das medidas de restrição de liberdade no Ceará

“Jovem baleado durante rebelião nos centros educacionais morre no Ceará”, essa foi a chamada do portal de notícias online G1 CE¹⁴, veiculada em 07 de novembro de 2015. A notícia relata a rebelião ocorrida nos Centros Educacionais São Francisco e São Miguel, localizados no bairro Passaré, em Fortaleza, em que as instituições são separadas apenas por uma parede. Funcionários tiveram ferimentos leves; colchões e eletrodomésticos foram incendiados; e um adolescente foi baleado e, não resistindo ao ferimento, morreu na noite do mesmo dia do conflito.

A notícia revela mais um incidente dentre os vários que vêm ocorrendo nos Centros Socioeducativos do Ceará. Fontenele (2015)¹⁵ registra, que, de janeiro de 2014 a janeiro de 2015, foram contabilizadas mais de 30 rebeliões, além de inúmeras denúncias de maus tratos em três unidades socioeducativas interditadas pela Justiça¹⁶. O mês de outubro de 2015 serviu como sirene, alarmando um incêndio que se alastrou, de modo que não poderia mais ser ignorado. Também de acordo com a autora, em outubro ocorreram os seguintes episódios nas unidades do Ceará:

- 1) 13.10 - tentativa de fuga no Centro Educacional São Miguel. Os adolescentes serraram as grades, mas foram contidos.
- 2) 13.10 - rebelião no Centro Socioeducativo Passaré deixou a Unidade significativamente danificada. Dos 24 dormitórios apenas sete permaneceram em funcionamento, abrigando 207 adolescentes, quando a capacidade máxima é para 90 jovens. Parte dos adolescentes foi transferida para outras Unidades.
- 3) 14.10 - novo episódio na Unidade Passaré devido ao agravamento da superlotação e o amontoamento nos dormitórios.

¹⁴ G1 CE. Jovem baleado durante rebelião nos centros educacionais morre no Ceará. 07 de novembro 2015. **G1**, Globo, Ceará. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/11/jovem-baleado-durante-rebeliao-nos-centros-educacionais-morre-no-ceara.html>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

¹⁵ FONTENELE, Cristina. Ceará tem a pior situação dos centros socioeducativos no Brasil. **Adital**: notícias da América Latina e Caribe, 22 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=86991>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

¹⁶ Por meio de decisão do Ministério Público do Estado do Ceará, os Centros Socioeducativos de Internação Provisória São Francisco, São Miguel e Passaré foram interditados por não cumprirem as definições básicas de estruturação física, de recursos humanos e serviços oferecidos aos adolescentes.

- 4) 14.10 – rebelião no Centro Educacional Dom Bosco (CEDB), com a queima de colchões em protesto contra o enclausuramento (ausência das atividades externas, fora dos dormitórios). Parte da equipe da unidade foi remanejada para o Canindezinho (unidade recém-inaugurada), deixando o Centro com a equipe defasada e sem direção.
- 5) 15.10 – tentativa de fuga de 15 adolescentes no Centro Educacional São Francisco (CESF). Na contenção, os instrutores golpearam os adolescentes na cabeça com barras de ferro.
- 6) 16.10 - tumulto no Centro Educacional Dom Bosco, devido à realização de uma vistoria pela polícia, sem o conhecimento de qualquer órgão do Sistema de Justiça. Denúncias revelam que os adolescentes foram colocados nus, de joelhos, no cimento áspero e no sol quente por quase uma hora.
- 7) 16.10 - rebelião no Centro Educacional Passaré, de onde fugiram seis adolescentes que estavam há dois dias sem tomar banho e a Unidade estava sem energia elétrica.
- 8) 17.10 - dois adolescentes fugiram do Centro Educacional Dom Bosco.
- 9) 17.10 – o Centro Educacional São Miguel foi praticamente destruído. Dos 16 dormitórios, restaram apenas cinco. No momento, 156 adolescentes estão alocados nesses cinco dormitórios.
- 10) 19.10 - adolescentes fizeram greve de fome no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider (Cecal), em virtude das condições e do tratamento ao qual são submetidos. Há 103 adolescentes na Unidade, que tem capacidade para 60. (FONTENELE, 2015, s/p)

As situações descritas no trecho acima não são incomuns nas instituições de restrição de liberdade do Ceará. Desde 2008 o Fórum Permanente de Organizações Não Governamentais (ONGs) de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes (Fórum DCA) vem realizando Monitoramento do Sistema Socioeducativo no estado, por meio do Relatório de Monitoramento da Medida Socioeducativa de meio fechado (internação) em Fortaleza 2013 – 2014.

Este documento traz um comparativo com os anteriores, as mudanças observadas e as problemáticas que ao invés de serem resolvidas foram ampliadas. Dentre os aspectos apontados, em 2011 foi observado que as unidades não atendiam aos padrões de estrutura física de acordo com o que é estipulado pelo Sinase; no ano de 2013 foi verificado que essa situação pouco mudou. Sobre a superlotação, o documento apresenta a seguinte tabela comparativa:

Tabela 1 – Número de adolescentes internos e porcentagem de superlotação nas unidades de internação de Fortaleza em 2013

Unidades de Internação de Fortaleza	Capacidade da Unidade	Nº de adolescentes internos	% de superlotação em 2013
U.I. Patativa do Assaré	60	139	267%
U.I. Passaré	94	66	147%

U.I. Provisória São Francisco	60	140	238%
U.I. Dom Aloísio Loscheider	60	164	250%
U.I. Aldaci Barbosa	40	24	158%
U.I. São Miguel	60	140	253%
U.I. Dom Bosco	60	194	247%
Total	434	867	

Fonte: Monitoramento da Medida Socioeducativa de meio fechado (internação) em Fortaleza 2013 – 2014.

O monitoramento mostrou que todas as unidades àquela época apresentaram superlotação, chegando a uma porcentagem expressiva de 273%. Em 2015, a situação de superlotação não deixou de ocorrer também, chegando, em alguns períodos, a mais de 400%. Em seguida, apresento a situação das unidades relacionando suas capacidades com o número de adolescentes internos no último mês do ano, após algumas medidas emergenciais tomadas a partir do mês de outubro.

Tabela 2 - Número de adolescentes internos e porcentagem de superlotação nas unidades de internação de Fortaleza em dezembro de 2015

Unidades de Internação de Fortaleza	Capacidade da Unidade	Número de adolescentes internos	% de superlotação em Dez/2015
U.I. Patativa do Assaré	60	24	40%
U.I. Passaré	90	116	128%
U.I. Provisória São Francisco	60	94	156%
U.I. Dom Aloísio Loscheider	60	0 ¹⁷	
U.I. Aldaci Barbosa	40	40	100%
U.I. São Miguel	60	56	93%
U.I. Dom Bosco	60	182	303%
U.I. Semiliberdade Mártir Francisca	40	98	245%
U.I. Canindezinho	90	82	91%
Unidade de recepção Luiz Barros Montenegro	30	40	133%
Total	590	638	108%

Fonte: Pesquisa Direta/ 2015.

¹⁷ Nesse período, o Centro Socioeducativo Aloísio Loscheider estava em reforma devido às rebeliões ocorridas, por isso, encontrava-se sem nenhum adolescente.

Os dados de 2015, já ao fim do ano, são resultado das mudanças ocorridas no último bimestre para tentar reduzir os danos da falta de estrutura física e organizacional dos Centros Educacionais. Observe que, mesmo com a ampliação do número de centros educacionais, as superlotações não deixam de existir, demonstrando que existem outros fatores que ultrapassam a questão de maior número de adolescentes cometendo atos infracionais para que se chegue a essa lotação, tais como: cultura de internação ao invés de priorizar as medidas em meio aberto, desrespeito à legislação que regula a execução de medidas socioeducativas, de modo a não oferecer estrutura para ressocialização dos adolescentes, elevando o índice de reincidência e aumentando o tempo de permanência dos que já estão no Centro Socioeducativo.

A superlotação não é o único problema dentro das unidades. O monitoramento do Fórum DCA do Ceará apontou outros, tais como: dormitórios e sanitários insalubres, ausência de ventilação, ausência de luz e de acesso à água. Mesmo após a pesquisa já apontar, desde 2008, tais problemáticas, elencando recomendações de adequações, em 2013, 72% das unidades ainda não haviam realizado nenhuma reforma para adequar-se aos parâmetros do Sinase.

As questões estruturais esbarram ainda nos problemas com recursos humanos. Foi observado em 2008, 2011 e 2013 número insuficiente de profissionais da equipe técnica para atender ao quantitativo de adolescentes internos/as. Também foi identificada ausência de planos pedagógicos em 28% das unidades, com 14% delas sem oferecer informações sobre o assunto. Foi verificada ausência de planos individuais de atendimento, com 57% dos centros sem executar o Plano Individual de Atendimento (PIA). À época, 100% das unidades estavam em desconformidade com o Sinase, que determina uma equipe técnica para cada 40 adolescentes.

Como explicitarei nas linhas anteriores, a dita crise do sistema socioeducativo no Ceará não foi algo gestado e concretizado somente no ano de 2015. Ela deita raízes em um processo bem mais longo e complexo que constitui essa política. Diante do quadro crítico, impossível de ser ignorado, em que se chegou a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCCED) junto ao Fórum DCA/CE e ao Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará, foi elaborada uma petição internacional contra o Estado Brasileiro, com denúncia de violações de direitos de adolescentes privados de liberdade no estado do Ceará.

A petição foi encaminhada à Comissão Interamericana de Direitos¹⁸ Humanos, vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), compondo ainda o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. No Sumário Executivo da Petição, de 03 de março de 2015, é possível observar algumas das denúncias realizadas:

O contexto apenas piora. Nas unidades interditadas, as rebeliões são semanais, devido à tortura e maus tratos cometidos por agentes públicos. Nas unidades não interditadas, a superlotação supera 400%, com fugas e motins diários, todas as salas de aula e até o refeitório foram transformados em dormitórios – nome dado às “celas” onde permanecem reclusos.

A petição destaca, ainda, a administração dessa política por parte do Governo do Estado, bem como os recursos empregados. “Os recursos para a pasta foram reduzidos, uma vez que o reajuste do orçamento estadual de 2015 em relação a 2014 não se manteve sequer no mesmo patamar da inflação do período, o que aponta, na prática, uma redução no orçamento” (DCA Ceará, 2015, s/p). A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) enviou, em dezembro de 2015, uma resolução exigindo ao estado brasileiro resoluções aos problemas apresentados na petição¹⁹, por meio de medidas urgentes para garantir a proteção dos/as adolescentes privados de liberdade que tiveram seus direitos e integridade física e psíquica violados.

Os conflitos crescentes nas Unidades de Internação revelam a execução de ações para adolescentes em conflito com a lei de forma absolutamente ilegal, uma vez que viola a legislação nacional e internacional. O uso de ações repressivas, violentas, torturas para disciplinamentos dos/as adolescentes reproduz práticas não tão recentes em nossa história no que diz respeito ao tratamento destinado a adolescentes pobres.

De modo geral, é evidenciado um sistema permeado por conflitos de interesse, relações de poder e demais questões problemáticas que têm sido ponto de pauta dos debates no âmbito político e no cotidiano da maioria das pessoas. Contudo, o CEABM guarda algumas particularidades relevantes que irei apontar nas páginas seguintes.

¹⁸ Criada em 1959, a Comissão é órgão autônomo de promoção e proteção dos Direitos Humanos nas Américas; a mesma possui caráter jurisdicional e suas sentenças são obrigatórias perante os Estados. O Estado brasileiro ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos por meio do Decreto nº 678/1992, estando assim submetido à competência da Comissão e à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

¹⁹ Ver Resolução 71/2015 da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos de 31 de Dezembro de 2015.

2.3.2 O Aldaci: ultrapassando o aparente

Figura 1 – Foto de Adolescentes do CEABM



Fonte: Jornal O Povo²⁰.

“Exemplos do sistema socioeducativo do Ceará que funcionam: Duas unidades de Fortaleza são consideradas referência para o sistema socioeducativo do Ceará e se destacam em contexto de crise”, esta foi o título de matéria do portal de notícias O Povo Online, em 21/11/2015. Fazendo contraste com a chamada da notícia que apresentei anteriormente, essa foca em duas unidades consideradas modelo, para alguns, no Ceará, – além do CEABM, o Centro de Semiliberdade Mártir Francisca, no bairro Sapiranga. O jornal chama atenção ao fato de não ocorrerem, nessas unidades, os conflitos que ocorrem nas demais, como ilustrado nas páginas anteriores, e também destaca o funcionamento efetivo.

De fato, no ano de 2015 não foi registrado nenhum conflito de proporções próximas aos ocorridos nos demais Centros Socioeducativos, além de não se encontrem em superlotação ou com condições estruturais tão ruins como os demais. Contudo, o fato de não apresentarem os mesmos problemas não significa a garantia da efetividade do cumprimento das medidas ou que não possuam conflitos e problemas a serem analisados.

A compreensão das contradições que preenchem esse campo permite o melhor entendimento de como se deu minha aproximação e diálogo com as interlocutoras da

²⁰ Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/11/21/noticiasjornalcotidiano,3537580/exemplos-do-sistema-socioeducativo-do-ceara-que-funciona.shtml>>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2016.

pesquisa, bem como os entraves ou facilidades para o desenvolvimento do trabalho. Além disso, um olhar mais cuidadoso revela alguns elementos a serem questionados quanto à real materialização do que é definido por lei.

Os comparativos com os outros centros elevam o CEABM ao status de paraíso pelo fato de não apresentar os mesmos problemas dos demais, mas algumas idas ao campo seguidas de reflexões me levaram a perceber que este paraíso pode ser apenas uma miragem no deserto, ou um alento para quem está em desespero com um sistema que não tem se sustentado. Apesar da análise sobre a execução da medida socioeducativa não ser o objetivo principal deste estudo, considero relevante pautar, no decorrer da dissertação, alguns aspectos observados, afinal de contas foi nesse espaço que realizei a pesquisa de campo.

Conhecer o lócus da pesquisa é necessário para direcionar o olhar com maior cuidado, portanto, nesta seção destinada aos aspectos metodológicos, apresentarei os caminhos percorridos pelas adolescentes até a chegada a única unidade destinado ao atendimento de adolescentes-mulheres em conflito com a lei em todo o Ceará; trago ainda algumas informações do histórico da instituição e funcionamento que considero relevantes.

A pesquisa de campo teve início em setembro de 2014, em que primeiramente foi realizado contato e visita à instituição a fim de entender seu funcionamento e solicitar autorização para a coleta de dados. No transcorrer da primeira visita, me foi permitida a visita apenas para observação simples. A realização das entrevistas²¹ com as socioeducandas foram autorizadas somente após a apresentação da solicitação via ofício à 4ª Vara da Infância e Juventude, esclarecendo os objetivos e a metodologia da pesquisa ao juiz responsável. Após autorização²² e articulação com a instituição para acertar horários e definir como seria realizada a pesquisa, iniciei a mesma em fevereiro de 2015.

Ao me inserir no campo, senti um misto de sensações, alternando entre ansiedade e tensão. As primeiras impressões e o próprio objetivo institucional já revelavam as contradições que os centros educacionais guardam em si, pois, ao passo que a legislação os define como lócus de proteção integral para adolescentes, são principalmente construídos para o controle dos corpos e comportamentos dos/as dos mesmos, buscando responsabilizá-los por seus atos. Conforme Dantas e Aquino (2013, p. 43), “os centros educacionais são instituições sociais complexas, daí porque precisamos olhar para vários aspectos e envolver diferentes sujeitos: gestores, técnicos, socioeducadores, professores e socioeducandos.”.

²¹ Ver Apêndice A

²² Ver Anexo A

Antes de chegar ao CEABM, as adolescentes passam por um percurso comum a todos os demais adolescentes que é importante ser explicitado. No ato da apreensão do/a adolescente, este é encaminhado à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) e, posteriormente, à Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro, onde o/a jovem deve permanecer no máximo 24 horas.

Após dar entrada na Unidade de Recepção, o/a adolescente passa por atendimento social e com a direção. Os familiares ou responsáveis são contatados para que possam acompanhar todo o processo legal. A partir daí, o/a adolescente é encaminhado a participar da oitiva com representante do Ministério Público e com o juiz da Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza.

Depois, os/as adolescentes são encaminhados/as às unidades de internação provisória e devem permanecer no máximo 45 dias para então iniciarem o cumprimento da medida definida pelo juiz. Trata-se de uma complexa rede de atendimento que tem como um de seus pontos chave os Centros Socioeducativos. No caso das meninas, estas são encaminhadas ao CEABM. Sua criação ocorreu em julho de 1979 e de lá até os dias atuais passou por muitas modificações de estrutura, nomenclatura e público.

Inicialmente, a unidade era ligada à Fundação Bem-estar do Menor do Ceará (FEBEMCE)²³ e se chamava Centro de Reeducação Feminino, sua capacidade era para receber cem (100) meninas com idade entre 10 e 18 anos, que eram encaminhadas pelo Juizado de Menores ao serem consideradas em situação irregular, ou seja, em situação de abandono, carência ou conduta considerada antissocial. (DANTAS; AQUINO, 2013)

Conforme Dantas e Aquino (2013), em 1981, a FEBEMCE passou por alterações em sua estrutura e foi então criado o Centro de Triagem Feminino Aldaci Barbosa Mota, com capacidade para 44 adolescentes. Só com o advento do ECA, o CEABM passou de centro de triagem para unidade de internação de adolescentes em conflito com a lei. Como ainda existia a necessidade de uma instituição que atendesse às adolescentes em semiliberdade, o centro educacional acumulou também essa função a partir de 1998. Dessa forma, sua estrutura institucional e dinâmica de funcionamento não está em consonância com o ECA, no seu art. 123, que assim define:

[...] a internação deve ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. PARÁGRAFO

²³ Aprofundarei aspectos históricos sobre a FEBEMCE na seção primária número cinco.

ÚNICO: Durante a internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas. (BRASIL, 1990)

Assim, o CEABM atende ainda adolescentes, de Fortaleza e do interior do Estado, do sexo feminino que se inserem para cumprir regimes de internação provisória, privação de liberdade e semiliberdade. As socioeducandas são recebidas com o intuito de realizar sua reinserção no convívio comunitário e familiar após o cumprimento da medida socioeducativa.

Conforme o Sinase, instituído pela lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012, as unidades destinadas a semiliberdade devem apresentar algumas especificidades quanto à estrutura e à finalidade, tais como: considerar um número de até vinte adolescentes, quartos ocupados por até quatro adolescentes, prover espaço que siga um modelo residencial. Por sua vez, a restrição de liberdade, conforme Resolução do Conanda nº 46/96 em que assinala que deve ser observado o número de até quarenta adolescentes, formada por divisões em módulos residenciais com até 15 adolescentes. Assim, é possível concluir que são unidades diferentes que, apesar de terem pontos em comum, possuem aspectos divergentes que impactam na forma como são executadas as medidas socioeducativas.

Assim, o Sinase define a necessidade de “assegurar separação do atendimento e das atividades pedagógicas da internação provisória da internação nos casos de construção de mais de uma Unidade no mesmo terreno.” (p. 68), demonstrando que a aglutinação de funções na mesma unidade descumpra parâmetros normativos.

Atualmente, a instituição conta com um Setor Pedagógico com duas pedagogas; Setor Social, com duas assistentes sociais e quatro estagiárias do serviço social; Setor Jurídico, com uma advogada e um estagiário; Setor Médico, com uma técnica em enfermagem e um estudante de enfermagem; e a Diretoria. Os profissionais de nível superior são terceirizados, contratados pela STDS, portanto, possuem vínculos frágeis de trabalho e baixos salários, contudo, a rotatividade da equipe não é tão recorrente. O conjunto de instrutores educacionais, responsáveis pela segurança e pelo acompanhamento interno, e instrutores das oficinas de artes e ofícios, é composto por 50 pessoas, das quais 33 são homens e 27 mulheres, que trabalham em plantões de 24 horas, em escalas de dez instrutores por plantão, dos quais ao menos três devem ser mulheres.

Quando a adolescente chega ao CEABM, ela é recepcionada por um/a instrutor/a educacional e recebe um kit de material de higiene pessoal. Passa ainda por conversa com a Diretoria para conhecer as normas da instituição e pelo Setor Pedagógico, que realiza avaliação para saber seu grau de escolaridade e aptidões para as oficinas; pelo setor social que faz entrevista inicial para saber detalhes de sua trajetória de vida, composição e relações

familiares, condições socioeconômicas e tipo e forma como ocorreu o ato infracional; além do setor jurídico, responsável por esclarecer o andamento do processo e demais questões jurídicas.

Ao adentrar na unidade, o ambiente físico é aparentemente bem estruturado, com paredes pintadas em amarelo e rosa, dividida em dois andares. No andar de cima ficam as salas de aula, onde são realizadas as oficinas, além dos gabinetes da equipe técnica e da diretoria. No andar de baixo ficam os dormitórios, o refeitório e a área de lazer. Os dormitórios não se diferenciam das celas de presídios - ao invés de portas, eles são fechados com grades; as camas são de concreto com colchões finos por cima.

Existe ainda a sala de visitas das famílias. Os familiares podem visitá-las de segunda a sexta-feira ou no final de semana pela manhã. O dia de visita é estabelecido junto ao setor social. A unidade conta também com um espaço pequeno, escuro, denominado “tranca”, onde são colocadas as adolescentes para ficarem isoladas, quando têm algum comportamento considerado pela instituição como inadequado. Quem define a necessidade de ir para a tranca são os/as próprios/as socioeducadores/as. O isolamento não é apontado em nenhuma das legislações vigentes como sanção a ser aplicada aos/às adolescentes como regime disciplinar nos centros educacionais. Apesar de ser uma prática abolida no papel, continua em uso no CEABM.

As atividades desenvolvidas no CEABM são voltadas para a escolarização e profissionalização. A modalidade de ensino ofertada na unidade é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que abrange EJA I, II e III - da alfabetização até o ensino médio. Os professores são contratados por intermédio de seleção pública via Secretaria de Educação, estes sendo temporários sem concurso efetivo na área. Quanto à profissionalização, esta ocorre através de oficinas: bordados, corte e costura, música e dança, artes, higiene e beleza, todas em funcionamento até minha última visita a campo.

O número de adolescentes segue uma rotatividade, uma vez que podem permanecer alguns dias, como no caso da internação provisória que vai até 45 dias, ou meses, no caso da privação de liberdade que pode ocorrer até no máximo três anos. Atualmente, a instituição tem capacidade total para quarenta (40) socioeducandas.

Diferentemente de outras unidades, destinadas ao atendimento do público do sexo masculino no Ceará, a imagem veiculada da instituição é que esta cumpre o que é proposto pela política de atendimento socioeducativo, por ali não ocorrerem as rebeliões que são recorrentes nos outros centros. Porém, para além do número de profissionais, salas, estrutura ou atividades, o centro socioeducativo feminino guarda em si contradições que ferem

frontalmente à legislação em vigor. Para elucidar esse aspecto, recorro mais uma vez ao diário de campo, por meio da fala de uma das socioeducandas do CEABM sobre a relação com alguns instrutores educacionais:

Mais ou menos, respeitam, assim na medida, assim eu não dou trabalho, mas tem meninas que são mais estressadas pelo tempo que estão na casa. Eu não tenho filho lá fora, nem mãe ou pai preso, mas tem meninas que têm problemas e elas se estressam. E eles se estressam com as meninas, aí eles começam a gritar com elas, aí vai ver (já) está na agressão, aí vai ver já leva a menina para contenção, que é a tranca. Graças a Deus eu não fui para tranca, mas as meninas contam... olha, é podre, é sujo é muito sujo. (BUSARA²⁴)

O clima de tranquilidade, do desenrolar das atividades cotidianas que havia observado, tinha sido revelado de modo superficial. Alguns aspectos da socioeducação aparentavam estar integrados a uma rotina normal de uma sala de aula ou de um atendimento rotineiro com profissionais da pedagogia, objetivos primordiais da política. Entretanto, o relato de Busara me fez lembrar que aquele também é um espaço de controle de corpos e comportamentos, que condena expressões de afeto entre as próprias meninas; que restringe seus direitos de ir e vir; e que é constituído por múltiplas relações de poder, hierarquias e interações, que precisam ser consideradas no decorrer do processo de pesquisa. É impossível desconsiderar que a proteção integral é suspensa a todo momento em favor do caráter punitivo, contrariando os preceitos legais.

Após a apresentação do lócus de investigação, em suas múltiplas contradições, que seguem desde o objetivo institucional à realidade social em que se insere – com seu duplo movimento de buscar efetivar a proteção integral e, ao mesmo tempo, cumprir sua função de controle – faz-se imprescindível apresentar a metodologia a ser desenvolvida para a materialização desta pesquisa, diante dos desafios que esse campo de estudo impõem.

2.4 INDICAÇÃO METODOLÓGICA

Assumir a tarefa de construir a análise proposta nesta dissertação demanda esforço de análise e compromisso no âmbito do pensamento crítico desta complexa e instigante questão, como bem coloca Carvalho (2014):

A rigor, pesquisar é aventurar-se nos caminhos íngremes e apaixonantes do conhecimento do que está escondido e/ou disperso nas aparências, nas evidências,

²⁴ Utilizarei nomes fictícios para as adolescentes para preservar suas identidades.

buscando delinear relações e determinações, reconstruir mediações que conferem sentido e significado aos fenômenos circunscritos no real. É pôr em questão fatos, fenômenos, representações, classificações, versões, é desnaturalizar o que é dado como natural, é desconstruir o que se apresenta como construído (CARVALHO, 2014, p. 24).

Ainda de acordo com Carvalho,²⁵ o exercício da pesquisa implica uma dinâmica metodológica, que dê direcionamento na demarcação de caminhos na aventura do conhecer, a partir de modelos amplos do fazer científico, que traçam caminhos abertos a orientar o processo de criação e vão definindo exigências básicas a serem trabalhadas pelo/a pesquisador/a.

Gil (2009, p. 26) define pesquisa social como um “processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.”. À realidade social referem-se ainda a todos os aspectos relativos aos seres humanos em suas múltiplas relações entre si e com as instituições sociais. Sendo então a pesquisa social aplicada ao objetivo proposto nesta dissertação

Quanto à abordagem, realizei pesquisa qualitativa, uma vez que busco analisar a compreensão de sujeitos sociais que possuem suas dimensões coletivas, mas também suas singularidades. A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo que transpassa várias disciplinas, abrangendo as ciências humanas e sociais, adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e, enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno, quanto interpretar os significados que as pessoas dão a ele.

A utilização do termo qualitativo traz à tona intensa troca com pessoas, fatos, bem como locais, de modo a extrair desse convívio os significados mais evidentes, latentes, que às vezes parecem óbvios, mas guardam em si desafios para sua real compreensão e exigem uma visão sensível. Após esse exercício, o autor interpreta e traduz em um texto zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, evidenciando os significados patentes e ocultos do seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Posto isto, a pesquisa qualitativa tem como diferencial trazer a perspectiva valiosa dos sujeitos pesquisados, apreender a percepção dos mesmos, procurando entender os fatos a partir do olhar daqueles que os vivenciam. Conforme Martinelli (1999, p. 25), “no que se refere às pesquisas qualitativas é indispensável ter em mente que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos”. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 32)

²⁵ *Ibidem*

[...] o pesquisador deve estar atento para alguns limites e riscos da pesquisa qualitativa, tais como: excessiva confiança no investigador como instrumento de coleta de dados; risco de que a reflexão exaustiva acerca das notas de campo possa representar uma tentativa de dar conta da totalidade do objeto estudado, além de controlar a influência do observador sobre o objeto de estudo; falta de detalhes sobre os processos através dos quais as conclusões foram alcançadas; falta de observância de aspectos diferentes sob enfoques diferentes; certeza do próprio pesquisador com relação a seus dados; sensação de dominar profundamente seu objeto de estudo; envolvimento do pesquisador na situação pesquisada, ou com os sujeitos pesquisados.

Contudo, apesar de propor aqui uma investigação predominantemente qualitativa, não implica o abandono total da utilização de dados quantitativos no processo de análise. Ainda conforme os autores, a partir das características da pesquisa, poderão ser escolhidas diferentes modalidades, sendo possível aliar o qualitativo ao quantitativo.

Quanto aos objetivos da investigação, observo tratar-se de pesquisa explicativa, pois, conforme Gil (2009, p. 28), “têm como preocupação central identificar os fatos que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas.”.

Buscando analisar a totalidade na qual está inserido o objeto de estudo desta análise, fez-se necessária, no que concerne aos procedimentos a serem utilizados, a pesquisa bibliográfica referente à temática abordada nesta dissertação, em relação a qual Gil (2009, p. 50) assinala que esta “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. O autor ressalta a vantagem deste tipo de pesquisa, como o fato de possibilitar ao pesquisador conhecer um conjunto de fenômenos que o mesmo não poderia pesquisar diretamente, por exemplo, os dados históricos do fenômeno analisado.

Foi oportuno também o uso da pesquisa documental em relatórios quantitativos e qualitativos disponibilizados pela equipe técnica do Centro Educacional Aldaci Barbosa, assim como notícias de jornais que apresentavam, no momento da pesquisa, informações sobre a crise do sistema socioeducativo do Ceará, que ganhou visibilidade nacional pelas condições desumanas de tratamento aos/as adolescentes em conflito com a lei, ocasionando em um grande número de rebeliões, fugas e violência frequente contra os/as socioeducandos/as. A pesquisa documental difere-se da pesquisa bibliográfica pela natureza de suas fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica concentra-se nas contribuições de outros autores sobre a temática pesquisada, a documental volta-se a materiais que ainda não foram

analisados, como fontes primárias que não tiveram tratamento científico. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009)

Outro recurso necessário refere-se à pesquisa de campo. Em Ciências Sociais, tendo como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas principalmente de formular um conhecimento partindo da realidade do campo.

“Caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas”. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37). O contato direto no campo em que se encontra o objeto de investigação, o lócus para onde se direcionam os questionamentos e que pode nos aproximar das respostas, nos permite dialogar com a realidade de forma rica.

Minayo (2001, p. 54) demonstra que, embasado em uma análise teórica do objeto a ser pesquisado, “o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos”.

Além dos recursos da pesquisa bibliográfica e de campo, a pesquisa documental se apresenta como extremamente relevante para dar embasamento ao estudo proposto. De acordo com Gil (2009), a pesquisa documental se parece muito com a pesquisa bibliográfica, com a principal diferença entre ambas na natureza de suas fontes. Ao passo que a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre um assunto específico, a documental vale-se de material que não recebeu ainda um tratamento analítico, ou que pode vir a ser reformulado de acordo com os objetivos da pesquisa.

Considerando tais escolhas para o desenvolvimento deste estudo, as técnicas consideradas mais adequadas para sua materialidade são: observação simples, entrevista semiestruturada e questionário. Triviños (2011, p. 146) assinala, quanto à entrevista semiestruturada, que “[...] esta ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias [...]”. Santos, Osterne e Almeida (2014, p. 37) assinalam ainda que

As entrevistas semiestruturadas são realizadas mediante roteiro pré-estabelecido e flexível, com perguntas ou tópicos que estimulam os sujeitos a falar sobre o tema, possibilitando a flexibilidade do diálogo, por conseguinte, a obtenção, pelo entrevistador, de mais informações sobre os tópicos do roteiro e outros conteúdos da narrativa, mediante o aprofundamento dos comentários do entrevistado.

O emprego desta técnica permite maior espontaneidade nas respostas, possibilita também uma maior aproximação com o entrevistado para tratar de questões delicadas e complexas, e permite ao entrevistador, através da atenção no decorrer da entrevista, aprofundar determinadas questões à medida que sente necessidade, podendo se deparar com pontos novos e contribuições inesperadas que venham a enriquecer a pesquisa.

Diante das singularidades do campo de pesquisa e das interlocutoras deste estudo, a observação simples se mostra como outra formidável ferramenta no desenvolvimento da investigação.

Por observação simples entende-se aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator. [...]. Embora a observação simples possa ser caracterizada como espontânea, informal, não planejada, coloca-se num plano científico, pois vai além da simples constatação dos fatos. Em qualquer circunstância, exige um mínimo de controle na obtenção dos dados. Além disso, a coleta de dados por observação é seguida de um processo de análise e interpretação, o que lhe confere a sistematização e o controle requeridos dos procedimentos científicos (GIL, 2009, p. 101).

Assim, a observação simples facilita a aproximação inicial com o grupo pesquisado, de modo a estabelecer contatos não tão invasivos e que garantam romper com possíveis constrangimentos, receios em participar da pesquisa, etc. Ao realizar uma pesquisa com adolescentes em conflito com a lei, em uma instituição que está executando medidas para responsabilizá-las por seus atos, é natural que estas suspeitem dos propósitos do/a pesquisador/a, uma vez que se encontram em uma instituição de controle de seus comportamentos.

Quanto à utilização do questionário, além da entrevista, observei, no início da pesquisa de campo, que a instituição não continha levantamento elaborado com dados que permitissem traçar o perfil socioeconômico e de pertença étnico-racial das socioeducandas. Por este motivo, como técnica de pesquisa, propus aplicar um questionário com todas as adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa em meio-fechado no período de ida a campo, buscando dados sociais, econômicos e de pertença identitária. É importante ressaltar que, após iniciada a pesquisa, a equipe técnica do Centro Socioeducativo inseriu em seus instrumentais de atendimento inicial perguntas sobre pertencimento étnico-racial e orientação sexual das adolescentes que por ali passaram desde então.

Gil (2009, p. 45) salienta que o questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a sujeitos com o intuito de obter

informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações. No caso desta pesquisa, o uso do questionário volta-se como estratégia para traçar o perfil socioeconômico do maior número possível das socioeducandas do CEABM, pois, ainda conforme Gil²⁶, ele possibilita atingir grande número de pessoas, implica menores gastos e garante o anonimato, uma vez que “não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado”.

Diante do objetivo almejado com o questionário, o mesmo foi elaborado com questões fechadas, onde pedi às adolescentes que escolhessem uma das alternativas listadas. O uso da entrevista semiestruturada volta-se para o grupo menor de adolescentes, a fim de alcançar os demais objetivos desta investigação.

Quanto aos critérios para inclusão das interlocutoras envolvidas na pesquisa, salientam-se: adolescentes com boa participação e interessadas em falar de si; assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)²⁷; serem adolescentes entre 12 e 18²⁸; terem tez escura, podendo se autoafirmarem não brancas; estarem cumprindo medida socioeducativa de internação provisória, privação de liberdade ou semiliberdade na cidade de Fortaleza, Ceará.

Quanto aos critérios de exclusão desse processo investigativo, considera-se excluídas as adolescentes que não demonstraram interesse em responder o instrumental de entrevista ou participar da pesquisa. No que alude aos possíveis riscos durante o processo, mantive-me atenta e preparada para resolver os possíveis impasses. O sigilo quanto à identidade das entrevistadas foi assegurado, buscando resguardá-las de possíveis danos morais, socioeconômicos ou políticos.

Com a análise e a socialização dos dados concretos da pesquisa, busco contribuir para a efetivação de uma política social qualificada na pauta das relações étnico-raciais de gênero e juventudes, que gere melhoria nas condições de vida das adolescentes negras de Fortaleza, na participação política das adolescentes e no atendimento das políticas públicas direcionadas as mesmas.

A utilização desta metodologia foi feita com o intuito de atingir a apreensão da realidade, dando embasamento necessário para romper com o senso comum, bem como

²⁶ *Ibidem*

²⁷ Ver Apêndice B.

²⁸ Considerando as diferentes delimitações etárias realizadas por organizações e instituições do país e como critérios de análise demográfica, onde o Estatuto da Juventude, instituído pela lei nº 12.852/2013, considera como jovens o grupo de pessoas de 15 a 24 anos de idade; e o ECA, disposto na lei nº 8.069/1990, e Sinase definem como adolescente.

contribuir com as discussões que pautam esta temática. Isto posto, podemos adentrar nos dados sobre as interlocutoras da pesquisa.

2.5 AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA: APRESENTANDO AS ADOLESCENTES ENTREVISTADAS

Para concluir esta seção, busco apresentar dados dos perfis das entrevistadas de modo introdutório na dissertação. As informações coletadas na pesquisa aqui explicitadas foram mantidas em sigilo, com o intuito de garantir que as interlocutoras que participaram deste processo não passem por nenhum transtorno, dano ou prejuízo moral. Mantive também em sigilo a identidade dos sujeitos sociais pesquisados, utilizando nomes fictícios; utilizei nomes próprios de origem de diferentes países africanos, por meio de pesquisa de seus significados;²⁹ busquei ligar seus significados a algumas das características demonstradas pelas interlocutoras no decorrer de nossas conversas.

Chanecia (Esperta) – Tem 18 anos, tem 10 irmãos mais velhos que moram em suas próprias casas, nasceu em Aquiraz, cidade onde vivia antes de ser levada ao CEABM. No município, ela morava com a mãe e o namorado. cursou até a sexta série do ensino fundamental. Afirma ser bissexual. Sobre sua pertença étnico-racial, diz: “Morena. E *dentre as alternativas que eu lhe disse?* Nenhuma. *Por que você se considera morena?* Porque não tem cor definida.”. A adolescente está cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade devido ao envolvimento em um latrocínio. Declara-se solteira, apesar de informar que antes de dar entrada na unidade de internação estava em uma união estável. Atualmente Chanecia tem uma namorada que também está cumprindo medida socioeducativa no CEABM. A adolescente afirma que, desde antes de entrar no CEABM, já mantinha relações afetivas com homens e mulheres. A renda familiar da adolescente é de menos de um salário mínimo, fruto do trabalho da mãe com faxinas, além de receber benefício do Programa Bolsa Família. A adolescente não tem filhos. Sobre se considerar jovem, afirma: “Pelo meu jeito, meu corpo, essas coisas normais. Tem gente que já tem a maturidade no pensamento, agora já posso me considerar um pouco mais do que antes porque eu não parava para pensar em nada antes quando ia fazer”.

²⁹ Os nomes foram consultados na seguinte fonte: <http://arquivo.geledes.org.br/areasdeatuacao/educacao/lei-10-639-03-e-outras/22445-significados-dos-nomes-proprios-africanos>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2016.

Busara (Sabedoria) – Tem 17 anos, é filha única e morava com os pais no bairro Arvoredo, em Fortaleza cidade em que nasceu, depois passou alguns meses morando sozinha no bairro Parangaba. Coursou até o 2º ano do ensino médio e começou a trabalhar aos 16 anos numa locadora de carros. Ao perguntar o motivo de ter parado de ir à escola, disse: “Por causa justamente do trabalho. No início do ano, eu comecei, aí, para eu ir pro colégio ficava muito pesado, porque eu saia seis horas da noite do trabalho e o colégio começava às sete. Mesmo que eu morasse perto do trabalho, ficava puxado, aí eu deixei de ir.” Sobre sua orientação sexual, afirma ser heterossexual. Quanto à pertença étnico-racial, afirmou ser preta. O ato infracional pelo qual cumpre medida socioeducativa foi roubo, que afirma ter iniciado a praticar desde os 14 anos. A renda familiar era de dois salários mínimos e a família não recebia nenhum benefício do governo. Sobre suas expectativas de futuro, diz: “Quero concluir tudo, estudos, faculdade. Tenho uma dúvida cruel entre psicologia e veterinária, voltar a trabalhar e voltar a morar sozinha. Gosto de morar só, por que não tem bagunça, não tem zuada, quero morar só eu e o meu gato”.

Acai (Timidez) – Tem 16 anos. Morava com os pais e dois irmãos mais novos no bairro da Messejana, em Fortaleza, cidade onde nasceu. Estava cursando o 7º ano antes de ir para a internação. Sobre sua orientação sexual, afirma ser lésbica. Sobre a pertença étnico-racial, afirma-se morena. Foi levada ao CEABM devido ao envolvimento em um roubo. Explica que nunca cometeu nenhum ato infracional antes desse: “Foi só uma vez. Eu estava em casa, aí meu primo me chamou para ir ao shopping, aí eu fui, ele chamou um táxi e anunciou o assalto. Eu sabia que ele assaltava, mas não imaginava que ele ia fazer isso; e a gente bateu de frente com o carro da polícia e pronto”. A adolescente diz ser solteira e, no momento, namora outra adolescente em internação no Aldaci Barbosa. A renda de sua família é de um salário mínimo; a mãe é dona de casa e o pai entregador. Segundo informa a família, era beneficiária do Programa Bolsa Família, mas o benefício foi bloqueado. Acai não possui filhos e, sobre o futuro, deseja tornar-se jogadora de futebol. Ela diz que gostaria que o futebol feminino fosse valorizado como é o masculino, “que as meninas não fossem vistas como anormais por gostarem de futebol”.

Hazika (Inteligente) – Tem 17 anos, nasceu em Sobral, e depois se mudou com a mãe e a irmã mais nova para Horizonte. Parou de estudar no 5º ano, a mãe a matriculava, mas ela faltava às aulas. Começou a trabalhar aos doze anos, “em casa de família”. Sobre sua orientação sexual,

diz ser heterossexual. Sobre sua pertença étnico-racial, afirma-se parda. Quando perguntada sobre a existência do racismo, diz que: “Tem brancos que tratam negros diferentes. Assim tem uma branca e uma negra aqui, claro que o branco vai achar a branca mais bonita, às vezes a negra é mais bonita, mas só pela cor dela ele prefere a branca”. Está no CEABM por envolvimento em um homicídio, assim como tráfico de drogas. É solteira e, em sua narrativa, explica que namorava desde os 14 anos. Um mês antes de conceder a entrevista, seu namorado foi assassinado. Ao certo não sabe o motivo, mas aparentemente foi um desentendimento com um amigo por causa de drogas. A renda familiar é de um salário mínimo da mãe, que é diarista. Sua família recebeu uma casa por meio de programa de habitação social para famílias de baixa renda, contudo, mudaram de endereço após a prática do homicídio, com medo de alguma retaliação.

Kahfi (Quieta) - Tem 16 anos, nasceu em Fortaleza e residia no Parque São José com a mãe, os dois irmãos e a namorada. Parou de estudar no 8º ano do ensino fundamental. Sobre sua pertença étnico-racial, afirma ser parda. Questionada sobre o fato de se considerar negra, afirma: “Considero, né, porque eu sou, é a minha cor, e eu tenho orgulho do que eu sou”. A renda de sua família é um salário mínimo. Sobre ter vivenciado ou presenciado algum caso de racismo na adolescente, conta: “Já, com um colega meu na escola. Ele era da minha... é... mais moreninho que eu. Ele pediu uma coisa emprestada ao outro, não o outro que pediu a ele, e ele disse que não ia dar, porque ele não gosta de emprestar as coisas dele, e o outro disse: ‘pois então pode ficar com as tuas coisas, negro véi feio, negro preto’. Eu fiquei na minha, sabe. Eu achei que não era para o outro ter falado, né. Se ele não queria emprestar, não era para ele ter falado nada, porque também ele era mais moreno que eu. E lá onde eu moro todo mundo me chama de neguinha, mas eu não acho ruim não, é uma forma carinhosa”. O ato infracional em que se envolveu foi roubo. Relata ter sido a primeira vez que cometeu ato infracional.

Lisha (Misteriosa) – Tem 17 anos, chegou ao CEABM com 15 anos. Morava com os pais, tem dez irmãos, mas todos são casados. Nasceu em Carnaubal e residia lá. Não possui filhos. Cursou até o oitavo ano do ensino fundamental. “Parei de estudar porque eu vim presa, e eu tinha repetido uma série, mas não lembro qual foi”. Quanto a sua orientação sexual, afirma ser lésbica e namora com uma das adolescentes na unidade. Sobre sua pertença étnico-racial, declara-se parda, porém, diz não se considerar negra, por ser mais clara, por exemplo, que sua mãe, que para adolescente é negra por ser mais escura: “ela é morena, bem moreninha, e os

cabelos dela são bem cacheadinhos”. O ato infracional cometido pela adolescente foi homicídio. A renda de sua família é um salário mínimo. A família também recebia benefício do Programa Bolsa Família, que atualmente encontra-se bloqueado devido à adolescente não estar frequentando a escola.

Núbia (Negra, forte) – Tem 17 anos. Residia com a mãe e sua companheira com quem se relacionava há dois anos, em Quixeramobim, e também passava alguns dias com a avó de quem era cuidadora. O pai iniciou outro relacionamento no qual teve mais cinco filhos. Parou de estudar no 9º ano, sobre o motivo de deixar de estudar, narra ter sido por causa do uso abusivo de drogas ilícitas. Sobre sua orientação sexual, afirma ser lésbica. Sobre sua pertença étnico-racial, considera-se morena. Sobre se considerar racista, Núbia explicita: “Não, porque na minha família tem negros, e eu amo muito eles. *Quem são os negros na tua família?* Minha avó, meu tio, meu outro tio, meu outro tio e a minha tia. *E tua mãe?* Minha mãe é morena”. Sobre as desigualdades entre homens e mulheres, afirma: “As mulheres sofrem mais do que os homens para mim. Sofre para poder criar criança, os filhos sempre ficam nas costas das mulheres, os homens não querem ter responsabilidade”. Núbia é reincidente, passou pelo CEABM outras quatro vezes cumprindo internação provisória. Após julgados seus processos, foi levada ao CEABM pelo envolvimento em roubos. Sua renda familiar é entre um salário mínimo e dois. Sua família é beneficiária do Programa Bolsa Família.

Kinah (Obstinada) – Tem 17 anos, morava com a mãe, o padrasto, e dois irmãos no bairro Pirambu, em Fortaleza, depois passou a morar com o namorado e a família no mesmo bairro. Parou de estudar no 6º ano do fundamental. Afirma ser heterossexual. Sobre a pertença étnico-racial, considera-se morena. Cumpre sanção no CEABM devido ao envolvimento em tráfico de drogas. Em sua narrativa, explica que, após o namorado ser levado para privação de liberdade ao Centro Educacional São José por envolvimento em roubo, ela assumiu a venda de drogas no mesmo local que o companheiro vendia. É reincidente no cumprimento da medida; o motivo anterior foi lesão corporal. Sobre vivenciar ou ter conhecimento de casos de violência contra mulheres, relata a situação de prima, que era agredida pelo marido. A adolescente diz ter conhecimento, mas nunca interferiu, “porque ela gostava”. Diz também ter sofrido violência por parte do namorado, que após discussões tentava agredi-la e a mesma revidava. Está grávida de sete meses e relata fazer uso abusivo de drogas até antes de dar entrada na instituição. Sobre as expectativas para futuro, afirma que espera trabalhar: “[...]”

quando eu ficar de maior que a minha mãe vai me levar. *Tu vai trabalhar a onde?* Num motel, de camareira igual a ela também”.

Iruwa (Aquele que viu o mundo) – Tem 16 anos, nasceu em Fortaleza. A mãe de Iruwa faleceu quando ela tinha doze anos e, após o padrasto tentar abusar sexualmente da adolescente, ela foi embora de casa. Após isso, morou de favor com diferentes famílias. Antes de ir para o CEABM, residia no bairro Bom Jardim, na casa de uma família que, segundo ela, a acolheu quando não tinha para onde ir, conforme relata: “Eu não fui diretamente morar com ela não. Eu passava o dia na casa dela, ajudava ela, olhava os filhos dela, isso com 13 anos, depois, pronto, eu comecei a conviver ali com ela, ela começou a gostar de mim, porque ela só tem filho homem, e eu me apeguei a ela, ela se apegou a mim”. Iruwa engravidou de um dos filhos da senhora que a convidou para morar com ela. Relata que a criança de três meses e estava sob os cuidados da avó paterna. Atualmente, o ex-namorado está no presídio. Sobre sua pertença étnico-racial, afirma ser morena. Sobre a existência do racismo, declara: “Existe, né, mulher, o povo, a maioria daqueles pessoais que é branco, xingam nós que somos mais moreno”. É reincidente no cumprimento de medidas socioeducativas. A primeira vez, a sanção definida por envolvimento em roubo foi a Liberdade Assistida. A segunda, pelo mesmo motivo, a levou ao CEABM, onde cumpre privação de liberdade. Sobre ser adolescente, afirma: “Melhor ser é criança, porque, assim, criança não sabe de nada, e ninguém tem coragem de abandonar uma criança. Já um adolescente tem gente que tem [coragem], como eu fui abandonada”.

As reflexões fruto das informações colhidas com as adolescentes participantes desta investigação científica foram muito ricas. A pesquisa que deu base a esta dissertação apresentou diversos elementos para o conhecimento acerca da vida das adolescentes negras em conflito com a lei. Por sua complexidade, deixa ainda novas questões e desafios.

Posto isto, na seção seguinte serão apresentados os dados obtidos no decorrer da pesquisa, sua relação com o material bibliográfico já elaborado acerca da temática e minhas próprias elaborações sobre a realidade estudada. Convido-as a adentrar agora neste emaranhado de dados que em determinados momentos precisam ser separados e em outros precisam estar assim, entrelaçados, para serem compreendidos.

3 AS PROTAGONISTAS E OS CENÁRIOS DE ATUAÇÃO

Nas páginas que seguem, busco traçar a trajetória histórica das relações raciais tecidas desde o período da escravidão com o propósito de mostrar seus resquícios na sociedade atual, os quais se traduzem em desvantagens e desigualdades que sofre a população negra. Ao tempo em que foco na construção estereotipada da mulher negra na nossa história, busco também possibilitar melhor compreensão e interpretação dos achados de minha pesquisa junto às adolescentes negras cumprindo medida socioeducativa de internação.

Suas trajetórias individuais revelam experiências de vida comuns a muitas mulheres negras, permeadas por violações de direitos, violências e obstáculos no processo de desenvolvimento identitário individual e coletivo. Portanto, para compreender essa realidade complexa, realizo a seguir um mergulho na trajetória histórica do país, considerando os aspectos, sociais, culturais e históricos da infância e adolescência. Estes aspectos são plurais e diferenciados quando se trata de meninas e adolescentes negras, posto que denunciam o projeto de nação estruturado sob o julgo das desigualdades de gênero, geracionais, raciais e econômicas.

3.1 UM CONTEXTO COMUM A TODAS: O(S) LUGAR(ES) DESTINADO(S) À MULHER NEGRA NO BRASIL

A subordinação e a inferiorização das mulheres negras no país, dentro de suas diferenças e semelhanças à situação das mulheres brancas, pode ser compreendida por meio de análise do processo histórico e da configuração das relações sociais no Brasil. Nesse contexto, é possível observar de que forma características biológicas, como aspectos fenotípicos e sexo, irão embasar no cerne de nossa sociedade sistemas de hierarquização social, tais como o racismo, o sexismo e o machismo.

Por quase quatro séculos, de 1500 a 1822, o Brasil foi colônia portuguesa, período em que os colonos se utilizaram da dominação e da exploração para usufruir de mão de obra compulsória de indígenas e africanos. Foram aproximadamente 3,6 milhões de africanos/as trazidos/as ao dito “Novo Mundo” para trabalharem na construção de estradas, levantando cidades, cuidando de plantações, sem remuneração e em condições de vida degradantes. As mulheres, assim como os homens vindos de África, também eram trazidas em situações péssimas, sujeitas à fome e às doenças. (ANDREWS, 2007)

A escravidão, em primeiro lugar, legitimou a inferioridade, que de social tornava-se natural, e, enquanto durou, inibiu qualquer discussão sobre cidadania. Além disso, o trabalho limitou-se exclusivamente aos escravos, e a violência se disseminou nessa sociedade das desigualdades e da posse de um homem por outro. (SCHWARCZ, 2014, p. 37)

Com o encontro dessas diferentes culturas e modos de vida, diversas organizações familiares passaram a coexistir no Brasil, contudo, a formação que organizaria as estruturas de dominação das relações sociais, de forma geral, era caracterizada como patriarcal. A família nesse sistema não se restringia a formação pai, mãe e filhos, ou seja, nuclear. Abrangia também demais parentes, dependentes, afilhados, concubinas, escravizados, todos regidos pelo patriarca, o homem branco, senhor de engenho a autoridade nessa estrutura – famílias extensas.

Como cita Pinto (2010, p. 225), nesse período “o papel da mulher branca na família das classes dominantes é o da procriadora legal, restrita à vida do lar”. Quanto a essa realidade, os registros históricos revelam a luta das mulheres brancas contra as injustiças sofridas por elas e por outros, o que não evitou que por séculos vivenciassem a restrição de sua participação no espaço público, na política, sendo submetidas à dominação dos pais e dos maridos, assim como a situações diversas de violência. Quanto a essas questões, só pudemos sentir mudanças basilares a partir da atuação do Movimento Feminista³⁰.

Apesar da opressão sofrida pelas mulheres brancas vindas para o Brasil no período colonial, é importante frisar:

A saber, a mulher branca, que não tinha quase ou nenhuma autoridade nesse sistema social e, em específico, diante do homem branco (pai ou marido), exercia como função administrativa no lar, o controle dos escravos, reproduzindo assim o poder masculino. (PINTO, 2010, p. 226)

As mulheres brancas não estavam isentas de exercer o racismo sob negros e negras; e sobre estas últimas recaía múltiplas e complexas discriminações. Enquanto as mulheres brancas lutavam para desconstruir a ideia de que eram seres frágeis, lutavam para ter o direito de trabalhar, decidir sobre seus corpos e suas vidas; as mulheres negras já estavam

³⁰ O Movimento Feminista surge no bojo das ideias iluministas e da Revolução Francesa, voltado principalmente para os direitos sociais e políticos das mulheres. Sua primeira expressão é identificada, por várias estudiosas, em 1789, na França, por meio de mulheres organizadas que questionaram a ordem estabelecida em praça pública, reivindicando a igualdade e afirmando a liberdade. As feministas buscam construir e pôr em prática uma proposta ideológica que reverta a situação de subordinação e exclusão do poder a qual nós mulheres fomos e somos submetidas por séculos. O Movimento Feminista confronta o papel ideológico normativo de instituições como Estado, Família e Igreja na elaboração e reprodução de preconceitos e comportamentos baseados em uma hierarquia dos sexos, a qual a prática feminista busca eliminar. (CISNE; GURGEL, 2008)

nas ruas trabalhando como quituteiras, prostitutas, lavadeiras, lutando para sobreviver e para manter sua família. (CARNEIRO, 2003)

De acordo com Del Priore (2013), as mulheres negras no período colonial eram degradadas e desejadas ao mesmo tempo. A misoginia da sociedade colonial as classificava como fáceis, sempre prontas para o sexo, portanto, alvos naturais de investidas sexuais dos senhores de engenho. Nas palavras da autora, “o ditado popular parecia se confirmar: ‘Branca para casar, mulata para foder e negra para trabalhar’” (DEL PRIORE, 2013, p. 36). A identidade da mulher negra foi sendo edificada como um objeto, que deveria se submeter às sinhazinhas, servindo em nas casas grandes e cuidando dos filhos delas; e aos senhores de engenho para satisfação sexual. Ao mesmo tempo, tinham a família fragmentada, com a cultura desrespeitada e marginalizada.

Não era tarefa fácil para as mulheres negras constituir família no cenário adverso da escravidão. Logo ao desembarcar dos navios negreiros, muitas mulheres, homens e crianças eram separados, vendidos e levados para diferentes lugares. Nas senzalas, encaravam também a violência sexual dos senhores, da geração de filhos dos agressores. Sofriam com a falta de privacidade nas senzalas coletivas, que impunha obstáculos à organização familiar. Também para homens e mulheres negros/as libertos a oficialização do casamento era morosa e dispendiosa aumentava e aumentava a incidência de concubinatos.

Mas estas mulheres não viveram sem resistir. Desde os navios negreiros elas

Elaboraram formas de enfrentamentos, contrariando a ideia de que aceitavam a dominação com passividade. Uma das bases de poder verifica-se na luta pela manutenção da família negra. Agiam na proteção da integridade física e psicológica de seus filhos e companheiros, assim como de toda a comunidade da qual faziam parte. Na tentativa de impedir que filhos e esposos fossem vendidos separadamente, recusavam-se a trabalhar e ameaçavam os senhores com os suicídios e infanticídio. Fazendeiros tinham especialmente envenenamentos que poderiam ser praticados por mucamas. Num mundo cercado de opressão, construíram ambientes de autoestima e se tornavam decisivas, por exemplo, para possibilitar fugas ou obter informações a respeito de vendas e transferências indesejáveis (PAIXÃO; GOMES, 2008, p. 951).

Apesar das problemáticas, as famílias negras foram constituídas sem seguir a regra da consanguinidade. A população negra utilizava-se nesse período da via das religiões de matriz africana e formava as famílias de santo. Também eram recorrentes as famílias monoparentais, com mulheres negras chefiando-as. Para Paixão e Gomes (2008), a mulher no interior das senzalas exercia um papel fundamental de reconstrução e recriação permanente dos aspectos culturais das raízes. Por meio da transmissão oral das crenças e dos valores, elas eram capazes de elaborar formas de manutenção da família. Por meio das músicas e da

linguagem, ensinavam sua história e mantinham viva na memória dos descendentes a ancestralidade.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, que ocorreu em 1888, por meio da lei Áurea, esta se resumia a dois artigos: “Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil; Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”. Anteriormente, outras leis abolicionistas já haviam sido sancionadas: Lei do Ventre Livre (1871)³¹ e Lei dos Sexagenários (1885)³². Nenhuma destas leis previa condições de trabalho, alimentação, educação e moradia para aqueles que foram subjugados a condições degradantes de vida por quase quatro séculos.

Escravos e libertos eram transformados em ‘negros’ e ‘pretos’ numa perspectiva racial de classificação estigmatizantes das novas hierarquias sociais do século XX. A abolição não foi acompanhada de políticas públicas que garantissem terras, educação e direitos civis plenos aos descendentes de escravos libertos. Pelo contrário, políticas públicas urbanas e higienistas refundaram as diferenças sob novas bases sociais e étnicas. (PAIXÃO; GOMES, 2010, p. 47)

Não havia preocupação com o que seria de negros e negras após decretada a “liberdade”, mas existiu grande atenção em apagar, ou ao menos suavizar, na memória e na história, a escravidão do passado brasileiro. “Por um lado, era preciso fazer vistas grossas às promessas, não cumpridas, de indenização pelos escravos libertos feitas aos fazendeiros. Por outro, era necessário colocar panos quentes nas expectativas de acesso à terra nutridas pelos libertos” (PAIXÃO; GOMES, 2010, p. 51). O esforço era também para construir uma memória seletiva do processo de emancipação, deixando de lado as batalhas pela abolição travadas por escravizados; e romantizando a Lei Áurea, como se fosse uma dádiva concedida pela princesa Isabel na tentativa de enfraquecer as consequências reparatórias pós-abolição.

No período escravocrata, a presença da mulher negra na família das elites brancas era aceita com “normalidade”. Elas estavam nos espaços rurais, urbanos e também nos domésticos, trabalhando para os senhores de engenho e sinhazinhas; eram vistas e tratadas como mercadorias, por isso, eram sinônimo de status para as famílias brancas. Contudo, na

³¹ LEI Nº 2040 de 28.09.1871 - LEI DO VENTRE LIVRE: “A Princesa Imperial Regente, em nome de S. M. o Imperador e Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os cidadãos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: Art. 1.º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre. [...]”. Também conhecida como “Lei Rio Branco”, esta lei abolicionista não concedia a liberdade para os pais dos novos libertos, o que não deixava muitas possibilidades para as crianças.

³² LEI Nº 3.270 de 28 de setembro de 1885 - LEI DOS SEXAGENÁRIOS, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe. Estabelecia que todos os escravizados com mais de 60 anos de idade se tornariam livres a partir da data da mesma, mas, devido às precárias condições de vida, poucos sobreviviam à idade superior a 60 anos. Era uma lei que beneficiava mais os proprietários, que podiam se desfazer dos escravizados idosos pouco produtivos.

segunda metade do século XIX, essa condição passa a ser vista como desonra e descrédito perante a elite dominante, pois médicos, juristas, padres afirmavam que as mulheres negras não eram honestas, nem honradas. (PINTO, 2010, p. 229). Essa mudança se deu graças as intervenções da medicina social por meio do projeto higienista de disciplinamento da família oitocentista.

Segundo Costa (1979), a medicina utilizou-se de uma educação física, moral, intelectual e sexual para moldar a família colonial às exigências que o novo sistema de produção, o capitalismo, requisitava. Procuraram mudar as configurações familiares herdadas da colônia. Para os médicos higienistas, homens e mulheres deveriam ter participações definidas dentro da família. O pai deveria ser responsável pela proteção material do filho, e a mãe deveria ser responsável pela iniciação à educação infantil. A prática higienista era pautada em quatro tipos de educação: intelectual, física, moral e sexual. A partir dessa perspectiva, as mulheres negras contaminariam a constituição dessa família, levando, dentre outros males, à degradação ou à perversão dos costumes familiares.

As teorias raciais ganharam espaço no país somente com a proximidade da abolição da escravidão, momento em que a questão das raças assume centralidade nos debates. A teoria do darwinismo racial delimitava, a partir de características externas e fenotípicas, elementos essenciais definidores de moralidade e capacidade de desenvolvimento dos sujeitos. Os modelos darwinistas raciais foram assim utilizados para julgar povos e culturas, servindo para justificar e naturalizar as desigualdades. Características como tamanho do cérebro ou formato do nariz demarcavam diferenças entre os grupos e, dessa forma, foi possível que a promessa de igualdade jurídica, vinda com a República em 1889, caísse por terra já que fora “comprovado cientificamente” a desigualdade e hierarquização biológica dos grupos diferentes da humanidade.

Depois de uma ‘era de libertações’, da promessa do fim de todas as formas de cativeiro, o final do século XIX trazia agora o ‘embaraço da exclusão’ e o retorno, em bases renovadas (porque biológicas), de novos modelos de diferenciação social. Se a igualdade jurídica prometia o fim das divisões, essas novas teorias traziam divisões ainda maiores e mais fortes, pois pautadas na natureza. (SCWHARCZ, 2013, p. 38)

Andrews (2007), em seu livro *América Afro-Latina*, chama esse momento de “A guerra à Negritude”, uma vez que, ao acreditarem no determinismo racial, fizeram ligação causal e direta entre as trajetórias históricas, individuais e coletivas com a ascendência racial. “Não se podia questionar os achados da ciência europeia, sobretudo quando esses achados

estavam de acordo com a própria crença inabalável das elites latino-americanas, derivadas de 300 anos de escravidão colonial e do Regime de castas (...)” (ANDREWS, 2007, p. 152).

A pergunta, neste momento, então, torna-se: Como transformar essa sociedade racialmente diversa e com grande número de não-brancos em uma nação “civilizada”, branca, pura? Para dar resposta a essa pergunta, os intelectuais brasileiros fizeram uma releitura das teorias raciais. Ao passo em que aceitavam a noção de que as raças eram determinantes na essência e nas capacidades dos sujeitos e dos povos, foi ignorada a formulação de que a mestiçagem levaria a degenerescência. Assim, quando a presença da população negra no país foi percebida como um entrave para o progresso, ela tornou-se um obstáculo que devia ser superado. Para isso, o Brasil apostou em uma miscigenação “positiva”, pois levaria ao embranquecimento da nação, com a ênfase no crescimento da raça branca, ariana, e não nas três raças.

Logo, as estratégias seriam duas: 1) abertura dos portos para a entrada maciça de imigrantes europeus – o que resolveria problemas com a mão de obra, uma vez que os senhores de engenho não queriam pagar pelo serviço daqueles que outrora lhes serviam compulsoriamente, tornando, também, o país “mais claro”. 2) incentivo à miscigenação com a intenção de clarear a nação. Aqueles que se aproximassem dos traços arianos seriam melhor considerados socialmente. Quanto mais claro/a, quanto mais afilados os traços, menores as chances de ser considerado/a inferior, de ser excluído/a. Essas formulações influenciaram fortemente na construção do imaginário social. O que viria a ser considerado belo, agradável, confiável, inteligente, seriam todos aqueles e aquelas que tivessem aspectos fenotípicos que se aproximassem das características do branco europeu.

Quanto mais branco melhor, quanto mais claro mais superior, eis aí uma máxima difundida, que vê no branco não só uma cor, mas também uma qualidade social: aquele que sabe ler, que é mais educado e que ocupa uma posição social mais elevada. Nesse contexto em que o conflito passa para o terreno do não dito, fica cada vez mais difícil ver no tema um problema; ao contrário, ele se modifica, nos anos 1930, em matéria para exaltação. (SCHWARCZ, 2014, p. 44)

A Grande Depressão na década de 1930 pôs um freio à exportação e também à tentativa de branquear as nações da América Latina, dentre estas o Brasil. Nesse período, ficou evidente que a migração europeia não seria a resposta para os problemas, muito menos o país havia “clareado” conforme o esperado. O discurso racista passa a desaparecer e surge no lugar um discurso que destaca a dimensão positiva da mestiçagem no Brasil; afirma a unidade do povo brasileiro como resultante da interação entre raças diferentes, que por sua

convivência harmônica permitiu ao país escapar dos problemas raciais existentes em outros países, possibilitando a “democracia racial”.

Com a revolução de 1930 e as políticas de Getúlio Vargas, o país se voltava para uma forte ideologia desenvolvimentista, conjugada ao nacionalismo, que valorizava o território e ‘seu povo’. O momento se caracteriza por um rechaço às políticas culturais e/ou econômicas de absorção do estrangeiro. No entanto, o “povo” brasileiro não estava configurado como tal, se mostrando muito heterogêneo. Começa assim a busca pela construção de nossa identidade: afinal, o que temos todos em comum? O que nos une como nação? (MAYER, 2010, p. 252)

Para preencher uma autêntica identidade foram estabelecidos elementos positivos culturais para o país, dentre estes: o samba, a capoeira, o arroz, o feijão e outros. Todos com raízes na cultura negra africana foram esvaziados de suas origens e foram definidos e ressignificados como manifestações genuinamente brasileiras. A ideia de democracia racial seguiu deslegitimando a hierarquia racial e mascarando desigualdades e discriminações. Em sentido diferente do ideal da miscigenação com o objetivo de branqueamento das primeiras décadas pós-abolição, a miscigenação, que não mais previa o fim da raça negra no país, passou a ser símbolo nacional muito útil para esconder as desigualdades raciais, retirando a questão do debate público nacional, mas sem impedir que os estereótipos e preconceitos continuassem atuantes, limitando o lugar social de negros e negras e influenciando no acesso às oportunidades.

Um marco dessa mudança de perspectiva é a publicação de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, com primeira edição em 1933, que retoma a temática e a experiência da convivência entre as “três raças”. Na obra, o autor aborda a vida privada das elites nordestinas, transformando em exemplo para se pensar a identidade da nação, sobre isso Schwarcz (2013) assinala: “era assim que o cruzamento das raças passava a singularizar a nação, nesse processo que leva à miscigenação a parecer sinônimo de tolerância, e hábitos sexuais da intimidade a se transformarem em modelos de sociabilidade” (SCHWARCZ, 2013, p. 49). Mesmo com os relatos violentos, Gilberto Freyre apontava uma convivência harmoniosa entre indígenas, negros/as e a elite branca. Justificava a escravização como “ossos do ofício” da colonização, por meio da qual construímos a identidade cultural singular para o Brasil.

Freyre mantinha intocados em sua obra, porém os conceitos de superioridade e inferioridade, assim como não deixava de descrever e por vezes glamourizar a violência e o sadismo presentes durante o período escravista. Senhores severos, mas paternais, ao lado de escravos fiéis, pareciam simbolizar uma espécie de boa ‘escravidão’, que mais servia para se contrapor à realidade norte-americana. Nesse

momento, os Estados Unidos pareciam exemplificar a existência de uma escravidão com criadouros de cativos e leis segregadoras. Já o Brasil construía sua própria imagem manipulando a noção de “um mal necessário”: a escravidão teria sido por aqui mais positiva do que negativa. (SCHWARCZ, 2013, p. 51)

Esses apontamentos nos permitem compreender a construção da mulata como símbolo nacional dentro desse período histórico. Nos escritos de Casa Grande & Senzala, o próprio Gilberto Freire a coloca como personagem que simboliza a sexualidade exacerbada e traz à tona a função da mulata pelo olhar do colonizador: um entretenimento sexual. Conforme Mayer (2010, p. 261), “a figura da mulata torna-se símbolo da beleza sexualizada do país. Seu estereótipo na literatura brasileira – boca carnuda, cintura fina, seios fartos, quadril avantajado” - é o fio condutor no imaginário social da mulata como dotada somente de qualidades físicas para o sexo, mas não para um relacionamento afetivo que implique em respeito e compromisso ou para ocupar uma posição social elevada. Imaginário esse que se repõe na cena contemporânea junto às adolescentes e jovens mulheres negras.

Defendo aqui a hipótese de que, na sociedade colonial, o fator de construção da mulata foi a junção da falta de mulheres brancas com a discriminação às mulheres negras. Era necessário um novo elemento, que não se comprometesse com as categorias negativas que carregavam as escravas. Criou-se assim, uma mulher aparentemente livre da discriminação racial, que trazia consigo apenas características sexuais, ganhando um novo papel social em relação às negras exploradas. (...) A mulata representa, portanto, a negação da negra. Sua construção surge do próprio racismo e do machismo incrustados nas relações sociais brasileiras. (MAYER, 2010, p. 262)

O mito construído de uma harmonia racial exclusiva ganhou visibilidade para além das fronteiras, e em 1951, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO aprovou um projeto de pesquisa a ser realizado no país. O objetivo era usar o Brasil como propaganda, como exemplo de neutralidade nas relações raciais, para inspirar outros países. Para isso, foram chamados especialistas para desenvolver esse trabalho, dentre eles: Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Costa Pinto, Thales de Azevedo. Contudo, os resultados da pesquisa contradisseram a hipótese inicial, ao invés de ratificar a democracia racial aqui existente, os pesquisadores observaram uma forma de racismo particular. Ao invés de harmonia, preconceito e discriminação foram encontrados no âmbito privado, comprovando que o fato de não haver conflitos abertos, divulgados, não significava a inexistência do racismo.

Aqui, além do preconceito racial, foi identificado o preconceito de ter preconceito, pois, mesmo os brasileiros condenando tal atitude, permaneciam discriminando.

Por meio de análises diversas, a especificidade do preconceito no Brasil fica evidenciada nesse caráter privado e pouco formalizado. O resultado é a confusão da miscigenação com a ausência de estratificação, além da construção de uma idealização voltada para o branqueamento. Chegamos de tal modo não só ao “quanto mais branco melhor” como à já tradicional figura do “negro de alma branca”; branca na sua interioridade, essa figura representou, sobretudo até os anos 1970, o protótipo do negro leal, devotado ao senhor e sua família, assim como a própria ordem social. (SHCWARCZ, 2013, p. 71)

Esse estudo da Unesco foi o pontapé para desmascarar o mito da democracia racial brasileiro, constituindo-se num importante marco das pesquisas sobre relações raciais no país. Contudo, o ideal da democracia racial perdurou até os anos 1980, apesar de já antes desse período terem surgido questionamentos sobre a situação. Diversos protestos levaram a questão racial ao centro, mas com novo destaque realizado pelos movimentos sociais principalmente o Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras.

A resistência cultural negra se articulou e se concretizou sob diversos caminhos. Um dos destaques foi a imprensa negra, que denunciava segregações e discriminações. Desde o início do século XX, surgiram alguns jornais escritos por negros com o claro intento de noticiar e discutir problemas vivenciados pela população negra. Exemplos destes são os jornais: *O Combate* (1912), *A Sentinela* (1920), *Clarim d’Alvorada* (1929-1940), *A Voz da Raça* (1933); as revistas *Senzala* (1946) e *Quilombo* (1950), dentre vários outros veículos. As discussões e os movimentos promovidos por periódicos e associações possibilitaram a criação de uma entidade negra nacional: A Frente Negra Brasileira (FNB). Em 1936, a FNB tornou-se partido político, mas foi extinta com a instauração do Estado Novo (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

A ditadura militar suprimiu as articulações políticas e intelectuais nas décadas de 1960 e 1970, o que impôs obstáculos aos movimentos sociais da época, dentre estes o Movimento Negro que se reorganizou em fins dos anos 1970, quando o país retomava gradativamente o regime democrático, junto a outros movimentos populares como o sindical, LGBT e das mulheres.

O primeiro marco dos protestos reivindicativos do movimento negro contemporâneo foi o ato público promovido nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 7 de junho de 1978, quando um conjunto de organizações negras de diferentes partes do país decidiu aderir ao movimento que visava combater a discriminação e defender “uma verdadeira democracia racial”. Comungava com essa carta de interesses o objetivo de “ampliação do movimento”, seja pela adesão de outras entidades negras, seja pelo apoio dos setores democráticos da sociedade. (RIOS, 2012, p. 44)

Um marco desse processo, segundo Domingues (2008), foi a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) em 1978. Tempos depois, o MUCDR passaria a ser o Movimento Negro Unificado (MNU), organização relevante que levantou a bandeira em defesa dos direitos dos afro-brasileiros. Além disso, estudiosos e pesquisadores também passaram a se dedicar mais às questões raciais, discutindo sobre as desigualdades e a mobilidade social. A década de 1980 foi decisiva, devido aos avanços, resultando na promulgação de uma nova Constituição em 1988³³(JACCOUD, 2008).

O Movimento de Mulheres Brasileiro e o Movimento Negro atingiram grandes conquistas, expressas em importantes contribuições no processo de democratização do Estado. O primeiro conquistou mudanças e inovações no âmbito das políticas públicas voltadas para o desenho de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra às mulheres. Outro campo de luta das feministas foi o combate à violência doméstica e sexual contra a mulher. Em meio as conquistas, surgiram novos equipamentos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMS) e os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência (CARNEIRO, 2003).

Junto a esses cresce o Movimento de Mulheres Negras, com o papel fundamental de evidenciar o racismo na sociedade brasileira sobre o prisma de sua relação com a discriminação de gênero. As mulheres negras, inseridas no Movimento Negro, percebiam o pouco espaço para pautar o racismo sob a perspectiva de gênero, bem como a pouca representatividade dentro do movimento em posições de liderança, gerando em muitas um sentimento de exclusão.

Do mesmo modo, no Movimento de Mulheres, elas identificavam divergências raciais e observavam que suas particularidades, enquanto mulheres negras, eram invisibilizadas, negando a relevância da raça e da etnia para a compreensão das opressões que incidiam sobre as mulheres. Conforme Carneiro (2003, p. 118), “em conformidade com outros movimentos progressistas, o feminismo esteve também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres.” Em 1979, ocorreu o Encontro Nacional de Mulheres, em que Lélia Gonzáles já apontava para a divisão racial existente no Movimento de Mulheres, no qual as brancas relutavam em reconhecer seu lugar de privilégio em relação às negras e o racismo como problema a ser pautado.

³³ A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso XLII, estabeleceu o racismo como crime inafiançável e imprescritível.

A crescente dificuldade de ter suas necessidades e interesses reconhecidos por ativistas do movimento de mulheres e do movimento negro levou as mulheres negras a formarem grupos no início dos anos 1980. Uma das primeiras organizações de mulheres negras, foi fundada no Rio de Janeiro em 1983. O coletivo das mulheres negras em São Paulo foi organizado no início de 1984 em resposta à exclusão das mulheres negras do então Conselho Estadual de Condição Feminina, que havia sido recém-formado naquela época. (CALDWELL, 2007, p. 57)

Por meio das organizações que foram criando, as mulheres negras buscaram articular gênero, raça e classe social para compreensão e denúncia das opressões, de modo que pudessem combatê-las nos níveis micro e macro. O clássico texto de Sueli Carneiro chama essa ação de “enegrecer o feminismo”, designando a trajetória das mulheres negras de forma autônoma, depois da tomada de consciência de que os espaços reservados a estas no Movimento de Mulheres e no Movimento Negro já não era suficiente.

Essas avaliações promoveram e continuam a promover o envolvimento de mulheres negras na busca por assegurar sua agenda específica no plano nacional e internacional, diante da “consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero” (CARNEIRO, 2003, p. 120); e o mesmo pode ser dito sobre a solidariedade de gênero intragrupo racial.

A atuação política das mulheres negras, e os avanços dos demais movimentos sociais na articulação dessas duas pautas, tem sido primordial para proporcionar avanços – ainda que tenham sido insuficientes para reduzir significativamente o abismo social que separa as mulheres negras dos demais segmentos da população. Já se pode observar, por exemplo, maior visibilidade do debate, desconstrução de estereótipos que circundam o “ser mulher negra” e crescimento econômica social de uma parcela dessas mulheres.

São vários os elementos que incidiram sobre a realidade das mulheres negras e, após passar por ressignificações, se apresentam na conjuntura social atual com fortes ranços do passado. Desse modo, tentarei contribuir nas linhas que seguem com apontamentos sobre essa condição do ser mulher negra na contemporaneidade, com algumas particularidades: serão abordadas as situações de mulheres, adolescentes de 12 a 18 anos, que contribuíram como interlocutoras da pesquisa que deu base a tessitura desta dissertação.

3.2 ADOLESCÊNCIA: MÚLTIPLAS VIVÊNCIAS E SIGNIFICADOS PARA AS ADOLESCENTES NEGRAS

Os escritos sobre adolescência apresentam um desafio aos que dessa fonte pouco beberam. Algumas discussões levam a um caminho tortuoso de definição: o “não ser”. Ou

seja, os apontamentos teóricos indicam que ser adolescente é estar no limbo entre o “não ser criança” e o “não ser adulto”. Como então definir ou compreender algo que só “é” porque “não é”? Talvez o melhor caminho para resolver esse enigma esteja em saber onde surge essa conceituação na qual foi delimitado um período etário com forte significado social na vida dos sujeitos.

A assertiva: a adolescência é um construto social, é base fundamental para as análises que seguem em torno desse conceito. Áries (2006), magistralmente, resgata a história da construção social da infância e da família e demonstra que as fases da vida como as concebemos atualmente foram delimitadas no decorrer do século XIX. O autor permite o entendimento da necessidade de superação de uma visão naturalizante desses conceitos, uma vez que compõem processos de construção influenciados por elementos históricos, culturais e sociais específicos.

Isso posto, início pela fase que precede a adolescência, a infância, para que cheguemos a compreensão da invenção da adolescência, uma vez que, conforme Vasconcelos (2003, p. 77), “nascem, o adolescente, o jovem, a partir de quando a existência demarcatória de dois mundos – adulto e infantil – não consegue operar como resposta eficaz à necessidade de controle que o cenário estava a impor”. Conforme Groppo (2003):

A modernidade traz consigo um processo de cerceamento político, policial, moral empírico e científico do indivíduo. As ciências médicas e a psicologia buscam uma definição exaustiva, detalhada e objetiva das fases de maturação desse indivíduo, bem como propõe métodos de acompanhamento apropriado a cada fase dessa evolução do indivíduo à maturidade ou idade adulta. Trata-se do fenômeno de “naturalização” e objetivação das faixas de idade pelas técnicas sociais e pelas ciências médicas e humanas, que enfatizou principalmente a infância e a juventude. (GROPPO, 2003, p. 58-59)

A infância, uma “invenção moderna”, idealizada e venerada – guardada as devidas exceções -, foi construída um período de tempo diferente da fase adulta, com necessidades e interesses distintos, em que o indivíduo, por sua ingenuidade diante da realidade que o cerca, é feliz, deve receber proteção de seus pais e do Estado e não precisa de pressa para tornar-se adulto. “A maneira moderna de olhar para as crianças, esse jeito de amá-las que faz da infância uma verdadeira divindade cultural, triunfou quando a sociedade tradicional cedeu o passo ao individualismo” (CALLIGARIS, 2014, p. 62).

Para Calligaris (2014), dois pilares contribuíram para dar base à invenção da infância: primeiro, uma mudança na experiência da morte, que se torna agora o fim de tudo. O segundo a corrida social que existe no seio da cultura individualista. Sobre o primeiro, o século das luzes, ao questionar dogmas da religião, trouxe consigo essa nova perspectiva, a

morte antes vista como um fato triste, mas não como um ponto final passa a ser de foro íntimo, solitário, uma interrupção indesejada da batalha diária por ascensão individual. E nesse ponto as crianças tornam-se a consolação, a única forma de dar continuidade ao que fomos interrompidos.

O segundo elemento consiste na corrida social que existe no seio da cultura individualista, na qual todos os sujeitos devem superar a posição social que possuem quando nascem; sua ocupação de ascender socialmente nunca acaba, a menos que morram. As crianças servem então para dar sentido a essa corrida. Elas podem ser o estímulo, o principal motivo ou simplesmente o consolo de que irão dar continuidade aos sonhos dos adultos, preenchendo assim “a função cultural essencial de tornar a modernidade suportável” (CALLIGARIS, 2014, p. 65).

Talvez por esse motivo, ao conversar com a adolescente Iruwa, perguntando sobre os aspectos positivos de ser adolescente, a mesma afirma:

Sei lá o que tem bom de ser adolescente, de ser jovem, melhor é ser criança. Por que criança não sabe de nada. Assim, ninguém tem coragem de abandonar criança, já o jovem tem gente que tem coragem, como eu fui abandonada. (IRUWA)

Para Iruwa, essa idealização em torno da infância, da criança, é um diferencial positivo diante da adolescência que ela vivenciou, ao ser abandonada por sua família e tendo que buscar ajuda na casa de colegas. Por isso, ela ressalta o aspecto da inocência das crianças sobre o que ocorre ao redor destas.

Contudo, retomando a invenção da adolescência, a demarcação do mundo adulto e do mundo infantil não conseguiu responder sozinha às necessidades de controle no cenário histórico da modernidade. A partir disso, surge a necessidade de uma nova classificação. Uma nova fase na vida do sujeito, a adolescência, em que ele/a entra num limbo, “nem é uma criança crescida, nem um adulto que ainda precisa amadurecer” (LÍRIO, 2012, p. 1676). Ao passo que se afasta da imagem de consolo que os adultos projetam nas crianças, mais lhe é atribuída a preocupação de preparar-se para o futuro. Cada vez com menos aspectos pertencentes ao mundo infantil e mais próximo do mundo adulto.

Tanto na Antiguidade quanto na Idade Média não existia o conceito contemporâneo do que chamamos de adolescência. Esta era confundida com a infância ou com a adultidade jovem, denominada em Roma de *Juventus*. A troca das vestes de criança para as de um adulto era marcada por ritual de passagem que variava tanto em costumes quanto em faixa etária, mas que era sempre pontuado pelos sinais visíveis da entrada do sujeito na puberdade, ou seja, os caracteres sexuais secundários como o aparecimento de pelos nas axilas, na genitália, na face dos meninos e o amadurecimento dos órgãos sexuais. (LÍRIO, 2012, p. 1680)

Cassab (2011) retoma os modos como foram pensados e tratados o jovem (sujeito) e a juventude (o tempo do sujeito) nos marcos do pensamento ocidental, em particular na Europa. Ela destaca que na Idade Média encontravam-se dois sistemas etários. O primeiro, composto por uma divisão da sociedade ligada às quatro estações: a infância seria a primavera; a juventude medieval o verão; a “idade média” o outono; e a velhice, o inverno. O segundo sistema de classificação privilegiava a idade. Do nascimento até os sete anos, a infância; dos sete aos 14 anos, peritia; dos 14 aos 21 adulescentia; dos 21 aos 35 anos, juvenus; e, por último, a virilitas, dos 35 aos 55 anos. Mas eram definições que em diversos casos eram flexíveis. (CASSAB, 2011)

Ao observar essas mudanças de concepções, no decorrer da história, fica evidente que os momentos básicos da vida passaram por muitas divisões e subdivisões, sendo recriados e suprimidos de acordo com as mudanças sociais, culturais através do reconhecimento legal e da prática cotidiana. De acordo com Áries (2006), no final do século XVIII e início do século XIX, a estrutura moderna de classes escolares, no que concerne a divisão entre idade e série escolar, permitiu que fosse elaborada com maior clareza a distinção entre as categorias infância, adolescência e juventude, que foram sendo diferenciadas conforme suas peculiaridades.

Devidamente distribuídos e fixados em seus mundos, os adultos e as crianças ficavam submetidos a controle, a regras definidoras do modo de ser criança e de ser adulto. Mas dos corpos para os quais – por não serem mais infantis, nem ainda adultos – não se dispunham de regramento específico e de uma disciplina especializada, deixando-os, assim, numa espécie de limbo disciplinar, emanavam o fantasma e a ameaça da instalação de um estado de desregramento, de descontrole. Daí se fazer necessária a constituição desse outro território e de seu também novo personagem; fundava-se, desse modo, o mundo jovem ou da juventude e identificava-se o sujeito que a ele ficaria aprisionado: o adolescente ou o jovem. (VASCONCELOS, 2003, p. 80)

Grosso (2003) assinala, com relação à fase de transição de ingresso na sociedade à maturidade, que aparecem com mais contundência três termos: juventude, adolescência e puberdade.

- As ciências médicas criaram a concepção de puberdade, referente à fase de transformações no corpo do indivíduo que era criança e que está se tornando maduro.
- A psicologia, a psicanálise e a pedagogia criaram a concepção de adolescência, relativa às mudanças na personalidade, na mente ou no comportamento do indivíduo que se torna adulto.

- A sociologia costuma trabalhar com a concepção de juventude quando trata do período interstício entre as funções sociais da infância e as funções sociais do homem adulto. (GROPPO, 2003, p. 14/15)

Em alguns outros casos, adolescência e juventude aparecem como fases sucessivas do desenvolvimento individual, com demarcações não completamente evidentes em ambas; em muitos pontos as denominações se sobrepõem, a depender ainda dos enfoques utilizados para estes efeitos. Contudo, para este estudo não posso desconsiderar os marcos jurídicos que apresentam conceituação de adolescentes, situando-os entre aqueles com idade de doze anos completos e dezoito anos incompletos, como explicita a lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O que se destaca para a compreensão desta categoria, para além de uma definição etária, ou de transitoriedade, é que, enquanto categoria social, a adolescência é constantemente construída e reconstruída no próprio movimento da sociedade. Além disso, apresenta diferenças a partir de seus aspectos socioculturais em determinado tempo e espaço, situando-se num momento da vida entre a infância e a fase adulta, em que vão ocorrer mudanças e definições físicas e também identitárias.

Por meio das falas das interlocutoras desta pesquisa, é possível elucidar alguns dos aspectos particulares que circundam suas vidas. Como já assinalado, quatro adolescentes nasceram e residiam no interior do Ceará, nos municípios de Horizonte, Aquiraz, Quixeramobim e Carnaubal. As outras cinco, antes de iniciar o cumprimento de medida socioeducativa no CEABM, viviam em bairros periféricos de Fortaleza: Parque São José, Santa Filomena, Nossa Senhora das Graças (Pirambu) e Bom Jardim. A renda familiar de todas as adolescentes varia de 1 a 3 salários mínimos, com número de pessoas morando juntas entre três a cinco. Todas estudavam em escola pública.

As adolescentes que residiam em Fortaleza, viviam em bairros com baixos índices de desenvolvimento humano. São territórios estigmatizados pelo intercruzamento ali identificado de pobreza e violência (PASSOS, 2015), sendo retratados, pela mídia e no imaginário social de muitas pessoas, somente como lugares violentos e perigosos. As pessoas que vivem nesses espaços enfrentam uma associação perversa construída em torno de sua existência, sendo definidas como “camadas pobres” e “classes perigosas” (ZALUAR, 2004).

Para Passos (2015) apud Misse (2010), essa associação funciona como fio condutor da ideia do/a “pobre” como sujeito perigoso-violento-potencialmente criminalizável e submetido a um processo de acusação social precoce e constante, fundamentados, dentre outros aspectos, em função da moradia, principalmente nas áreas nomeadas favelas. Ainda

para a autora, citando Bourdieu (1997), o poder é afirmado e exercido, dentre outros meios, no espaço “sob a forma de uma violência simbólica capaz de instituir imagens, discursos e práticas sociais definidoras de um lugar social atribuído aos agentes ou da sua posição de classe, com efeitos de poder também sobre a produção de auto-imagens”. Nesses espaços, os denominados “pobres”, quando vistos, são classificados de forma ruim e com descrédito social; seus saberes e vivências são inferiorizados ou muitas vezes desconsiderados, e recai sobre estes a responsabilidade individual sobre seu sucesso ou fracasso.

Assim como a capital, os municípios do Ceará também refletem uma estrutura espacial desigual que revelam as desigualdades sociais e econômicas abissais que se propagam pelo estado. Além disso, apresentam um sistema de segurança arcaico e inadequado para atuar junto às novas configurações das violências da sociedade contemporânea atrelado ainda a políticas de desenvolvimento social e econômica ineficientes. Assim, é evidente a ampliação da violência e do mercado de drogas nos demais municípios do estado. Esse contexto demonstra o grau de exclusão e segregação social em que estão vivendo as adolescentes negras, situação que produz influência em suas vidas. A maneira como esse espaço é estruturado atinge, de forma desigual, a todas as dimensões do ser adolescente, mulher e negra.

3.2.1 Estruturas e dinâmicas familiares

Apesar de terem características socioeconômicas e territoriais similares, no que se refere às configurações familiares essas adolescentes apresentam dinâmicas distintas. Busara e Lisha afirmam que cresceram convivendo com pai, mãe e irmãos e que ainda hoje estabelecem com eles boas relações.

Como é a relação com seus pais? Ótima, mas (nem) sempre não foi boa não. A gente nunca foi de discussão, nem de briga, nunca foi de ficar sem se falar, nunca nem meu pai e nem minha mãe. (BUSARA)

Tenho dez irmãos. Só uma mora comigo e as outras são casadas; e minha mãe e meu pai moram comigo também. E como é tua relação com eles? Muito tranquila. (LISHA)

As narrativas revelam a convivência das adolescentes com seus pais, mães e irmãos, apesar dos conflitos cotidianos, considerados normais pelas mesmas, elas definem ter boas relações com seus familiares. Fica em evidência que a estrutura familiar dessas adolescentes segue o modelo de família nuclear, que predominou entre o início do século XIX

e meados do século XX no ocidente como a família ideal, mas, de lá para cá, tem perdido sua hegemonia. Os censos demográficos, inclusive, têm revelado uma multiplicidade de outras estruturas, como se pode observar nos trechos transcritos a seguir:

Minha família é minha irmã e meus irmãos. Comigo são 10 filhos, mas eles moram cada um na sua casa. *E seu pai?* Não tenho muito contato com meu pai não. Com minha mãe meu relacionamento é bom. Depois que entrei aqui nossa relação está melhor. *Por que você acha que melhorou a relação de vocês?* Pela questão da distância e porque não estou irritando ela lá fora. Eu não parava em casa, só queria estar brincando, bebendo. *E o teu pai?* A gente não se fala mais não, desde quando eu vim para cá. Mas antes a gente só falava “oi”, “tudo bom”. Ele nunca me ajudou financeiramente, nem sabia nada da minha vida. A gente não mantinha contato. (CHANECIA)

Tenho cinco irmãos: um de 12 anos, um de 4 anos e um de 14, uma menina de 4 anos da parte do meu pai, e um menino de 6 anos. Meus pais são separados desde quando eu nasci e eu tenho minha companheira; morava eu e ela com minha mãe há 2 anos, lá na casa da minha mãe. Meu pai só começou a ajudar quando minha mãe colocou ele na justiça. (NÚBIA)

Eu, minha mãe e minha irmã. *E como é a relação com elas?* É ótima, só o que estraga é que eu não ligava para ficar em casa. Eu ligava mais para as minhas amigadas, para usar droga.[...] Meu pai mataram. Eu tinha três meses. Minha mãe não conta como foi. Eu acho que é porque ela vê que eu tô nessa vida, aí ela não quer. Talvez ela ache que eu vou ficar mais revoltada. Não senti falta dele porque eu nem cheguei a conhecer ele. Minha mãe só tem eu e ela (a irmã). Eu gosto demais dela, é só ela (a irmã) que dá orgulho a minha mãe. (HAZIKA)

Morava com minha mãe, minha namorada e meus dois irmãos. Um de 11 e outra de 19 anos. Minha namorada tem 18. Eu me considero casada. Já está com quase três anos que eu tô com ela. Mas eu acho que vai fazer um ano que ela tá na minha casa. Meu pai eu num sei não, ouvi falar assim quando eu era pequena. Eu só ouvi da boca da minha mãe; ela disse que ele era viciado no álcool, que toda vida ela trabalhava. Nesse tempo, ela não tinha eu ainda, só tinha minha irmã, aí depois ela engravidou de mim. Quando minha irmã tinha três anos de idade, ele chegava procurando homem dentro de casa, ela (a mãe) disse que não tinha e que no dia que ela arranjasse ia dizer (ao pai) e mandar ele embora da casa dela. Aí pronto, ela engravidou de mim, eu novinha, ele chegou em casa querendo dar nela. Ela arrancou a extensão da televisão, deu uma pisa nele e botou ele para fora; e ela não aqui mais ele não. Aí ele foi embora e não voltou mais. (LISHA)

As famílias de Chanecia, Núbia, Hazika e Kahfi apresentam diferentes dinâmicas e estruturas familiares. Dentre os tipos de famílias que identifiquei aparecem principalmente as com mulheres/mães como “chefes”, as chamadas famílias monoparentais. Essas apresentam situações de casais separados onde os pais (homens) não assumiram responsabilidade financeira ou afetiva com suas filhas ou estão ausentes por outros motivos, vítimas de assassinato.

Rita Kell (2003) denomina essa pluralidade de modelos familiares que se apresentam na sociedade atual como família tentacular. Nela, irmãos não consanguíneos

convivem com padrastos ou madrastas. Adolescentes, crianças e adultos, algumas vezes sem consanguinidade, constroem novos laços familiares por meio de relações de afeto e cuidado mútuo. Para a autora:

[...] na segunda metade do século XX a família “hierárquica”, organizada em torno do poder patriarcal, começou a ceder lugar a um modelo de família onde o poder é distribuído de forma mais igualitária: entre o homem e a mulher, mas também, aos poucos, entre pais e filhos. Se o pátrio poder foi abalado, é de se supor que algum deslocamento tenha ocorrido do lado das mulheres – a começar pelo ingresso no mercado de trabalho, com a conseqüente emancipação financeira daquelas que durante tantas décadas foram tão dependentes do “chefe da família” quanto as crianças geradas pelo casal. Com isto, o número de separações e divórcios vem aumentando assim como aumenta a idade em que as mulheres vêm decidindo se casar – em proporção direta ao aumento dos índices de escolaridade feminina. (KEHL, 2003)

Conforme se pode notar a presença da mulher no mercado de trabalho, e no espaço público, a ampliação dos métodos contraceptivos proporcionaram outras possibilidades também no âmbito familiar, alterando relações entre homens e mulheres, pais e filhos. Para a Kehl (2003), a maior liberdade sexual e independência financeira também têm contribuído para que muitas adolescentes iniciem relações conjugais “experimentais”. Em contrapartida, a gravidez na adolescência e o número de mães que ficam sozinhas com filhos/as para criar também vêm aumentando, como é o caso de algumas das adolescentes apresentadas neste estudo, que iniciaram compromissos amorosos precocemente, nos quais passaram a morar junto com seus companheiros ou companheiras.

É relevante também a fala de Chanecia, que denota os conflitos geracionais entre pais e filhos presentes na atualidade, e de Hazika, que fala de seu carinho e afeto por sua irmã. Sobre isto, Kehl (2003) explica que na contemporaneidade o pátrio poder é descentralizado e sai da mão de um único adulto, permitindo novas alianças entre irmãos/irmãs, principalmente em famílias recompostas, para crianças e adolescentes, em que os/as irmãos/ãs tornam-se fortes referências e são complementares na constituição identitária dos sujeitos.

Para algumas interlocutoras, a internação possibilitou também melhora na relação com familiares, ainda que temporário, devido ao distanciamento e ausência de conflitos cotidianos. Porém, a relação com alguns pais se tornou ainda mais distante, como no caso de Chanecia. Assim as funções fundamentais a serem asseguradas por qualquer configuração familiar: responsabilidade (demarcação de limites) e a capacidade protetiva de cuidados, afetos, apareceram, em alguns casos, fragilizadas. Quanto ao assunto, Kehl (2003) fala da dificuldade de alguns pais e mães contemporâneos de firmar sua autoridade responsável perante as crianças e os adolescentes, sem conseguir legitimar suas funções no âmbito

familiar. A ausência paterna, a falta de imposição de limites para a educação de crianças e adolescentes e o abandono resultam em vulnerabilidades e riscos para os/as mesmos/as.

3.2.2 Ser adolescentes

Outro elemento identificado no decorrer deste estudo, diz respeito aos significados atribuídos pelas interlocutoras ao sentido de “ser adolescente”, como se observa nas linhas a seguir:

(...) é um descobrimento do próprio corpo e do mundo, um mundo de oportunidades, de 12 aos 18 que vai saber o que quer pra vida, o que vai escolher, se vai escolher o certo ou o errado. (BUSARA)

Não sei não, é... somos mais livres, gostamos de curtir, ir para uma festa, ir à igreja. *O que é ser mais livre?* É ser livre em tudo no que vai fazer, por que tem adolescente que se sente preso. (HAZIKA)

Ah, ser adolescente é bom, né. Tem que procurar coisas melhores, não se envolver com o que eu me envolvi, namorar, curtir as coisas da vida. (KAHFI)

As narrativas relacionam a adolescência com liberdade, diversão, oportunidades e escolhas, ilustrando algumas das alterações destinadas ao “ser adolescente” a partir da década de 1960. Se esta classificação emerge antes da virada do século XX, é com a década de 1960 que o/a adolescente assume centralidade no palco, antes o ideal do adolescente era a idade adulta, o reconhecimento dos adultos, mas essas relações mudaram de ordem e os adolescentes tornaram-se um ideal para os adultos e para si mesmos. Essa mudança foi influenciada pelo movimento de contracultura americana, a difusão do rock and’roll, dentre outros aspectos culturais que contribuíram para uma alteração nos costumes que definem as relações entre as gerações. É aí que inicia a associação entre a adolescência e a liberdade e a autonomia.

[...] são justamente os adolescentes de hoje que – pelo menos no imaginário de uma parcela da sociedade – representam a tradição libertária que, associada à multiplicidade de experiências, informações e possibilidades de consumo, confunde-se hoje com a fantasia de um gozo sem limites. Assim, o que idealizamos na adolescência contemporânea é a liberdade de experimentar, a possibilidade de realizar novas escolhas, ainda sem as responsabilidades do mundo adulto, enfim, a ausência de restrições e limites que supomos ser própria da adolescência. Em nossa fantasia, quase tudo é permitido ao adolescente, desde múltiplas experiências sexuais, a exposição exagerada do corpo, a diversão ininterrupta, condutas por vezes consideradas de risco até a circulação por diferentes estilos estéticos, nos quais as imagens oferecidas pelo consumo são instrumentalizadas com o objetivo de atingir diferentes níveis de pertencimento e participação social. Em suma, atualmente, os comportamentos juvenis denotam uma liberdade só imaginável a partir dos ideais

libertários dos anos 60/70, e que esperamos ver mantidos pelo estilo de vida adolescente de hoje. (COUTINHO, 2005, p. 18)

Como não se tornar ideal dos adultos se a adolescência representa justamente as desejadas férias ininterruptas desconectadas ainda das obrigações a que estão sujeitos os “mais velhos”? A fala de Chanecia é elucidativa sobre o que diferencia a visão da interlocutora sobre adultos e adolescentes. “Não tem diferença não (de ser adulto), só as consequências de tudo que nós faz, pelos nossos atos”. (Chanecia)

Quanto à relação com os adultos, a interlocutora Chanecia destaca uma questão relevante que impacta nas ações pensadas para esse segmento.

Tipo assim, tudo que nós fala não é considerado. A gente fala, mas não botam em questão, são só palavras. Os adultos podiam se juntar para ouvir mais o que nós temos a falar, porque às vezes a maioria das coisas que nós fazemos é para chamar atenção. (CHANECIA)

A fala de Chanecia chama atenção para um aspecto destacado por Calligaris (2014). Na educação moderna, é imposto um penoso hiato aos adolescentes: ao passo em que os adolescentes são incentivados a serem livres, independentes, a tão idealizada autonomia é reprimida, deixada para depois, sob a justificativa da falta de maturidade. A adolescente primeiramente considera que não há diferenças entre adolescentes e adultos, com exceção da responsabilização por seus atos, mas critica o fato das considerações dos adolescentes sobre si não serem ouvidas e consideradas. A partir dessa relação contraditória, alguns aspectos das trajetórias pessoais das interlocutoras desta pesquisa se destacaram para as análises propostas.

3.2.3 Trabalho e escola

É válido destacar também questões referentes à escolarização e ao trabalho vivenciadas pelas adolescentes. Das nove entrevistas, seis haviam deixado de frequentar a escola anteriormente ao início do cumprimento da medida socioeducativa; destas, apenas uma chegou a cursar o ensino médio e as demais pararam em séries do ensino fundamental. As outras três que não haviam interrompido os estudos encontravam-se em séries não equivalentes à sua idade, devido à repetência. Ao falar sobre os motivos para não irem mais à escola, algumas das adolescentes disseram:

Eu parei no ensino fundamental, parei no 4º ano. Eu parei por que comecei a usar drogas. (HAZIKA)

Saí justamente por causa do trabalho, por que eu [*a trabalhar*] foi no início do ano que eu comecei [*a estudar*], então, foi janeiro, fevereiro e março. Ah! Só para te atualizar, eu saí de casa nesse mesmo período que eu comecei a trabalhar. *Por quê?* Sei lá, louca, loucura. Eu estava com 16 anos. Eu morava no Arvoredo, aí fui morar na Parangaba. No início, era eu e mais duas meninas, e depois, por discussão mesmo, eu passei a morar literalmente sozinha. Aí, para eu ir para o colégio, ficava muito pesado. Porque eu saía seis horas; o colégio começa sete. (BUSARA)

Gostava, mas eu não tinha muita paciência de estudar as matérias, os professores eram normais, legais, simpáticos e meus colegas eram bagunceiros, irritantes, mas tinham uns que eram estudiosos, mas me desinteressei. Aí eu conheci meu namorado e parei de estudar. Eu queria estar com ele direto, ele foi até morar comigo. (CHANEZIA)

Deixou de estudar mais ou menos em maio. Brigou na escola e foi expulsa. Estava trabalhando como ajudante num restaurante.³⁴

Ao lado de outros grandes desafios da educação brasileira, está a evasão e o abandono escolar. Nesse sentido, alguns documentos³⁵ têm apresentado de forma quantitativa dados que visam alertar que, apesar da universalização do acesso à educação básica, conquistado e formalizado por meio da Constituição Federal de 1988, os índices de defasagem idade-série e de evasão e abandono escolar ainda demandam ações que deem resolutividade. Em 2013, por exemplo, as taxas de aprovação do país foram de 89,3%; reprovação 8,5%; e abandono 2,2%. As narrativas das adolescentes permitem explorar aspectos materiais e subjetivos envolvidos com a decisão de continuar, ou não, a se educar.

As interlocutoras da pesquisa demonstram que, na opinião delas, as únicas responsáveis por deixarem de estudar são elas mesmas, por causa de desinteresse, namoro, uso de drogas ou por iniciar em atividade laboral. Contudo, os motivos apresentados, quando analisados de forma mais aprofundada, demonstram que suas ações são também relacionadas a aspectos não só pessoais, como também familiares, sociais e políticas.

Para Fraga e Costa (2014), o desinteresse escolar das/os adolescentes é também fomentado por alguns princípios adotados nas escolas, sendo estes: aulas que não envolvem os/as alunos/as, por se configurarem como "monólogos" ou palestras, em que apenas os professores falam; avaliações que não exigem análise reflexiva e crítica dos alunos, recaindo no "decoreba"; a hegemonia da ordem que exige do/a aluno/a que permaneça sentado e calado, atendendo somente ao que o professor ordenar; e o despreparo de todos para lidar com o diferente, os desiguais, direcionando o mesmo tratamento e atenção a todos/as de modo que alguns, por não serem percebidos em suas singularidades, acabam sendo excluídos do

³⁴ Trecho de observações da ficha preenchida pelo setor pedagógico da adolescente Núbia, concedido pela instituição.

³⁵Ver Anuário Brasileiro de Educação Básica 2015, Todos pela educação.

processo ensino-aprendizagem, o que muitas vezes acaba cooperando com a evasão e o abandono escolar, especialmente entre as camadas mais populares.

O “desinteresse” pela escola, apontado por grande parte dos adolescentes, evidencia uma escola despreparada para tratar dos alunos que ela recebe da sociedade. (...) entende-se que a escola muitas vezes impede a continuidade dos estudos de adolescentes menos privilegiados socialmente. Evidencia-se uma escola que desenvolve um processo que segrega, que tem pouco trato com o desigual, o que gera o desinteresse por ela. Nela estão envolvidos: o sentimento de não pertencimento à comunidade escolar, o desempenho retórico frequentemente pouco favorável do aluno oriundo de meio popular e outros “mecanismos” de tratamento e de aprofundamento das distâncias que reforçam todos os processos implícitos que organizam o “mercado” escolar. (FRAGA; COSTA, 2014, p. 90-91)

Quando as entrevistadas explicitam que deixaram de frequentar a escola pelo uso abusivo de drogas, por estarem desinteressadas ou por preferir estar com o namorado ao invés de estar na sala de aula, demonstram que a escola também não soube lidar com suas problemáticas, identificar e elaborar uma forma de responder às questões postas por essas adolescentes e ver alternativas para que elas possam reconhecer sua importância e dar continuidade aos estudos.

As escolas públicas têm demonstrado despreparo para realizar uma didática contextualizada. Não contam a história das mulheres, da população negra, não oferecem referências positivas que garantiriam a permanência destas na escola de modo qualificado. Ao invés disso, segue uma tendência a expulsar e não atrair esses segmentos populares que carecem do ensino público republicano.

Apesar de apenas uma das adolescentes relacionar o abandono escolar a sua inserção no trabalho, das nove entrevistadas, quatro trabalharam no período anterior à entrada no Centro Socioeducativo, e duas estavam trabalhando no momento em que abandonaram a escola. Os empregos desenvolvidos por estas eram: atendente de lanchonete, atendente de locadora de carros, feirante, doméstica, cuidadora de idosa, babá. Quando questionadas sobre o trabalho e as condições de trabalho, as meninas revelam:

Antes de eu vir para cá, eu cheguei a trabalhar aqui em Fortaleza. Eu ajudava a mãe na feira. Ia para feira do Barroso, não tinha canto certo, era dia de segunda, dia de sábado. (...) Depois, fui trabalhar em casa de família. *Como você iniciou esse trabalho em casa de família?* A mulher que me chamou; minha avó conhecia ela. Tinha vezes que ela viajava para passar uns dias lá na casa da minha avó, em Horizonte. Ela conhecia minha avó por que já morou lá. Só que o filho dela teve uma doença, aí ela passou a morar aqui. Aí, era de vez em quando que ela passava na casa da minha avó; ela ia para passar o dia. Ela gostava muito. Aí foi lá que ela perguntou se ela podia me levar para trabalhar, para ajudar ela, que ela já era um pouco idosa e tinha um filho doente. Eu tinha doze anos. E foi lá que eu conheci ela. Eu lavava louça, ajudava ela arrumar a casa, não fazia comida, lavava o banheiro.

Ela me dava R\$ 400,00 por mês, me dava roupa, chinela, e eu dormia na casa dela. (HAZIKA)

Trabalhei numa lanchonete, como ajudante. *Com que carga horária?* De 6h às 20 h. Passei uns cinco, sete meses lá. *Tu tinha que idade?* Tinha 16 anos, gostava porque era um ambiente bom para conhecer novas pessoas; tinha muitas colegas, era animado. *E como você conseguiu esse emprego?* Assim, a mulher de lá primeiro era patroa da minha mãe, aí depois eu fiquei indo para lá e ela foi e me contratou. Minha mãe trabalhava na lanchonete também. (CHANECIA)

Eu já trabalhei como atendente de uma locadora de carro. Trabalhava de 9h às 18h. Estava fazendo o segundo ano do ensino médio. *Gostava de onde trabalhava?* Gostava, sofria alguns assédios do meu patrão, mas eu gostava. Assédio, do tipo assédio mesmo, de tentar me agarrar e tudo. *E você denunciou?* Não, não denunciei porque, poxa, era meu primeiro emprego, eu queria segurar, passei três meses trabalhando, estava achando tão bom recebendo aquele dinheirinho. Não era carteira assinada, mas era salário, vale transporte, tudo direitinho. (BUSARA)

Minha avó faz hemodiálise aí eu fiquei cuidando dela. Eu não estava estudando, parei de estudar no 9º ano, mas eu gostava. Só tirava nota boa, gostava de português, ciências, geografia. Só não gostava de matemática. Passava o dia lá e ia dormir na casa da minha mãe. (NÚBIA)

Para as adolescentes, apesar da carga excessiva de trabalho, do assédio sexual (o qual irei discutir em maior profundidade mais à frente) e da informalidade das contratações, o fato de conhecerem novas pessoas, vivenciar outras relações, e receber seu próprio dinheiro tornava o trabalho importante para elas. Contudo, é salutar discutir a respeito do trabalho precoce e seus impactos para o desenvolvimento das mesmas.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2015), realizada pelo IBGE, a exploração infantil pela via do trabalho em 2014 teve um aumento de 9,48% em relação a 2013. Ainda que a legislação brasileira permita o trabalho somente a partir dos 14 anos e na condição de aprendiz, 554 mil crianças de 5 a 12 anos e adolescentes de 13 anos estavam em situação de trabalho ilegal, conforme o levantamento.

Para Lourenço (2014, p. 300), "a investigação do fenômeno do trabalho precoce não se constitui tarefa fácil porque está imbricado com questões estruturais fundadas na divisão social do trabalho e materializadas nas necessidades imediatas objetivas e subjetivas". Segundo a autora, dois elementos fundamentais permitem compreender este fenômeno: primeiro, a inefetividade das políticas sociais públicas, nas quais tem ocorrido sucateamento dos serviços e a reprodução ideológica e material de uma gestão privada no âmbito dos serviços públicos. Utiliza-se da estratégia da terceirização para reduzir o acesso aos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora. Segundo, é preciso considerar as mudanças no mundo do trabalho. Apesar da exploração de crianças e adolescentes pela via do trabalho ser uma prática recorrente desde o início da história do país, ele se reedita na

contemporaneidade, baseado numa forte subproletarização que toma forma em trabalhos precários, subcontratação e terceirização as quais crianças e adolescentes são expostos/as.

Dessa forma, seria um engano discutir o problema do trabalho precoce apenas do ponto de vista da família ou das condições de pobreza das localidades onde elas vivem. Isso é importante, mas é necessário fazer um movimento mais amplo, reconhecendo que o modo de produção capitalista como um todo se aproveita da condição de precariedade das famílias, e ao mesmo tempo que a cria e reproduz. (LOURENÇO, 2014, p. 300)

A análise das narrativas elucida que as “oportunidades” mais frequentemente apresentadas para adolescentes mulheres negras estão relacionadas ao trabalho doméstico, precário, com extensa jornada de horas diárias, ilegal e visto de forma naturalizada diante até mesmo da não remuneração. Apesar disso, as entrevistadas não expressam o trabalho precoce em sua negatividade. Para elas, o trabalho nessa fase de suas vidas não é percebido como um problema, mas aparenta ser uma solução. Assim como também para suas famílias:

E a tua família reclamou por você parar de estudar? Minha mãe entendeu, porque foi justamente pelo trabalho, porque ela nunca disse “Busara, você tem que trabalhar”. Foi uma escolha minha, e ela apoiou por que ela achava que era o certo. Ela queria, mas nunca ficou cobrando. Aí depois a gente estava correndo atrás do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), só que eu não podia fazer, pois não tinha 18 anos. (BUSARA)

Quando eu morava com a minha mãe de casa alugada, minha irmã era evangélica, ela frequentava a igreja e eu ia junto com ela. Eu gostava muito de sair, aí eu ia para praça com as amigas, aí foi que eu comecei a usar o cigarro. Mas aí eu comecei a frequentar a igreja firme, e o pastor pediu para eu ir morar com ele, aí eu morei e eu parei (de fumar), diminuí as amizades, diminuí mais de sair, parei de usar o cigarro. Era o pastor da igreja da mãe, por que minha mãe era solteira nessa época. Quando ela foi para igreja, ela conheceu o marido dela, aí foi o tempo que o pastor pediu que eu morasse com ele e a minha mãe aceitou. Porque ele não tinha nenhuma filha, mulher, aí ele pediu para eu morar com ele, e eu passei a morar com ele. Ele me dava tudo, e minha mãe não tinha muita boa condição nessa época para cuidar de mim. Eu ajudava ele e ele me dava dinheiro, não me faltava nada, eu ajudava minha mãe, e eu passei uns meses morando com ele. E eu passava bem, era da Igreja para casa, do colégio para casa. (HAZIKA)

Jesse Souza (2015), hoje presidente do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), afirma que esse modo de ver o trabalho por elas não está desarticulado do lugar que as famílias assumem na estrutura social e econômica que ocupam. Para o autor, a classe social não pode ser percebida como construída a partir só de sua renda. Deve-se considerar: o modo de ser, modo de viver, estilo, comportamento, valores, crenças, padrões de consumo, concepção de mercado. Assim, as mensagens de que se tem de trabalhar cedo são repassadas nos processos de socialização familiar. Os pais priorizam a entrada dos filhos no mercado de

trabalho, por necessidades imediatas de contribuir no orçamento doméstico, ou para que adquiram seus bens de consumo. Isso porque, algumas das adolescentes já têm constituído união estável, tendo despesas a cumprir.

De uma maneira ou de outra, diante da necessidade financeira as famílias não impedem as filhas de trabalharem, as condições econômicas e as poucas perspectivas de ascensão social fazem nas visualizar a prestação de serviço de menor qualificação e remuneração como umas das poucas alternativas para suas filhas. Estas realizam trabalhos que não exigem reflexão e escolaridade, prejudicando a socialização escolar. Seja pela necessidade financeira ou de aprendizagem de um ofício, ou mesmo para que não estejam na rua, cria-se um consenso social de que adolescentes oriundas de uma classe social menos favorecida devem ingressar no mercado de trabalho precocemente, naturalizando esse fenômeno. É uma solução superficial e imediatista, porém histórica, há mais de 500 anos se repete, que aponta o trabalho como prevenção à inserção no mundo do crime e à formação de caráter, transformando tal fato em um ideal: o aprendizado de um ofício, ainda que este seja precário, inseguro e que gere riscos à saúde da pessoa em desenvolvimento.

A legalização do trabalho do adolescente, num contexto marcado pela precariedade do ensino público, acaba por determinar um lugar comum aos filhos da classe trabalhadora, em que pese o fortalecimento de tipos de trabalho que consolidam sua posição de classe. (...) Associam-se às necessidades materiais das famílias o afastamento do Estado e a ausência de uma Política Nacional de Educação para além do sistema escolar atual. Premidos pela ausência de atividades extra-escolares, as famílias temem perder os seus filhos para o mundo das drogas e marginalidade, assim, o trabalho é uma espécie de "porto seguro" no processo de cuidado e da educação dos meninos e meninas pobres. (LOURENÇO, 2014, p. 302-303)

Com os dados já explicitados até aqui, é evidente a necessidade de inter-relacionar os/as adolescentes em conflito com a lei, ou demais pertencentes ao segmento a serem pesquisados, como sujeitos sociais em desenvolvimento e a adolescência enquanto categoria plural que está constantemente sendo reconstruída e vivenciada. Os elementos apontados, sob as lentes das relações de gênero e étnico-raciais, deixam ainda novas questões a serem discutidas. Portanto, no tópico a seguir são apontados conceitos e discussões em torno de mais uma das categorias utilizadas para essa investigação, o estudo de gênero.

3.3 RELAÇÕES DE GÊNERO E VIVÊNCIAS COTIDIANAS: O “TORNAR-SE MULHER” TRATA-SE DO MESMO OU DE NOVAS PERSPECTIVAS?

“Se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?”, essa pergunta, conforme Piscitelli (2002, p. 2), foi central no pensamento feminista a partir da década de 1960. Demonstrando que, após as conquistas e avanços realizados nas décadas de 1920 e 1930, como o direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação, novos debates e desafios foram emergindo no interior do pensamento e da prática feminista.

Embrenhar-se via a trajetória histórica, teórica e metodológica no interior do pensamento feminista – enquanto expressão de ideias que resultam da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticas do movimento – demonstra como este está longe de ser homogêneo e unificado. Pelo contrário, é um pensamento permeado por descompassos e tensões, entre ativismo e formulações teóricas. E é no seio desse pensamento que a categoria gênero tomou forma.

Os movimentos feministas ressurgidos nos anos 60, exigiram-se e foi-lhes exigido compreender e explicar a condição de subordinação das mulheres. As primeiras militantes rapidamente diagnosticaram que nas disciplinas sociais e humanas, até aquele momento, não havia informação suficiente que evidenciasse tal subordinação, que os trabalhos teóricos não discutiam ou não justificavam a desigualdade entre homens e mulheres; que não havia uma história sobre o tema que mostrasse a gênese e o desenvolvimento da dominação e o predomínio dos homens sobre as mulheres. (BARBIERE, 1993, p. 2)

Piscitelli (2002, p. 2) afirma que apesar das diferenças presentes nas diversas vertentes desse pensamento, eram compartilhadas algumas ideias centrais entre as abordagens desenvolvidas a partir da década de 1960. “Em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos mundos masculinos. A subordinação feminina é pensada como algo que varia em função da época histórica e do lugar do mundo que se estude”. Apesar disso, a subordinação feminina é refletida como algo universal, ao passo que parece ocorrer em todos os lugares e em todos os períodos históricos conhecidos.

Assim, as diferentes correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina, contudo, interrogam seu suposto aspecto natural. Logo, é sustentado por estas que essa subordinação é decorrente das maneiras como o ser mulher é construído socialmente.

Isto é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado. Por esse motivo, o pensamento feminista colocou reivindicações voltadas para a igualdade no exercício dos direitos, questionando, ao mesmo tempo, as raízes culturais destas desigualdades. As feministas trabalharam em várias frentes criaram um sujeito coletivo – as mulheres –

e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação. Ao mesmo tempo, procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas originais dessa subordinação. (PISCITELLI, 2002, p. 3)

As correntes de pensamento, que emergem nesse momento, passam a trabalhar recorrentemente com uma série de categorias e conceitos fundamentais, dentre eles, principalmente: mulher, opressão e patriarcado. Conforme Piscitelli (2002, p. 4), “a categoria ‘mulher’ tem raízes na ideia do feminismo radical, segundo a qual, para além de questões de classe e raça, as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres.”. Inicialmente esta foi uma ideia útil, em termos políticos, para desenvolver o conceito de feminismo e fortalecer o reconhecimento político das mulheres como coletividade, definindo que o que une as mulheres ultrapassa as diferenças entre elas. Era ainda uma perspectiva das mulheres brancas de classe média, que mais tarde seria fortemente contestada.

No bojo dessas reflexões, uma das primeiras propostas de análise identificou a subordinação feminina como produto da ordem patriarcal, assumindo como mote central. E essa seria a organização social a ser destruída para libertar as mulheres.

Rapidamente a visão totalizadora do patriarcado estendeu-se e incorporou-se ao discurso político e à atividade acadêmica. Por não haver informação, reflexão e nem tempo para fazê-la, não foram precisados os elementos constitutivos do sistema: o núcleo do conflito, componentes, dinâmica, desenvolvimento histórico, variações, períodos etc. Do ponto de vista histórico, a categoria patriarcado resultou em um conceito vazio de conteúdo, que nomeava algo sem, entretanto, transcender essa operação de forma tão vaga que o termo tornou-se sinônimo de dominação masculina, mas sem valor explicativo. Do ponto de vista político foi útil para a mobilização, mas não sobreviveu à polêmica com os críticos do feminismo e nem permitiu fazer frente aos conflitos imediatos encontrados na prática do movimento. (BARBIERE, 1993, p. 3)

Barbieri (1993) elucida duas posturas diferentes que surgem nesse momento: uma que centraliza nas mulheres o objeto de estudo e outra que privilegia a ideia da sociedade como geradora de subordinação das mulheres. A finalidade era ir definindo pouco a pouco o sexo social, observar e dar explicações coerentes sobre a sociedade dividida em sexos. Enquanto a primeira perspectiva enfatizava a geração de conhecimentos sobre as mulheres e os determinantes de suas condições sociais, para a segunda, os fundamentos basilares eram os seguintes:

- a) A subordinação das mulheres é produto de determinadas formas de organização e funcionamento das sociedades. Há, portanto que estudar a sociedade ou as sociedades concretas.

- b) Não se avançará estudando apenas as mulheres; o objeto é mais amplo. Requer uma análise das relações mulher-homem, mulher-mulher e homem-homem em todos os níveis, âmbitos e tempos. (BARBIERE, 1993, p.4)

Destarte, conforme a autora, é nessa busca que surge o conceito de gênero como categoria, que no social corresponderia ao sexo anatômico e fisiológico. Esse quadro de efervescência intelectual é o contexto no qual se desenvolve o conceito de gênero.”. Conforme Cisne (2012, p. 77):

Os estudos de gênero surgem inseridos no movimento feminista, principalmente sob a influência das feministas acadêmicas, no final do século 20, entre as décadas de 1970 e 1980. Seu objetivo advém da necessidade de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, analisadas, pois, como construções sociais, determinadas pelas e nas relações sociais.

Ainda para a autora, o conceito de gênero veio também na direção de analisar, de maneira relacional, a subordinação da mulher ao homem. A formulação do conceito gênero³⁶ vinha com o intuito de superar problemas ligados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre as mulheres. Até a década de 1980, permanecia forte a dualidade entre sexo e gênero, sendo o primeiro relacionado à natureza e o segundo à cultura.

Uma das feministas que trouxe mudanças a essa concepção, abordando novas perspectivas para os estudos de gênero, foi a historiadora estadunidense Joan Scott, a partir de seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado originalmente em 1986. A autora divide sua definição de gênero em duas partes e diversas subpartes. O núcleo essencial da conceituação recai sobre a relação de duas proposições. Primeiro, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. A segunda parte da teorização de gênero da autora, nas palavras da própria, diz ser o gênero “uma primeira maneira de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1990, p. 16). Apesar de não ser o único campo onde as relações de poder se articulam, parece ser um meio recorrente de dar eficácia à significação do poder no Ocidente.

A década de 1990 apresenta variadas discussões em torno da categoria gênero. Em alguns casos, feministas defendiam a substituição da categoria, já outras buscavam uma reformulação sem abandonar os princípios da noção de gênero. Esse movimento de

³⁶ Mesmo já sendo utilizado o termo gênero anteriormente, o marco para sua difusão, nesse momento histórico do pensamento feminista, foi a partir da conceitualização de Gayle Rubin, no ensaio *O Tráfico das mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*, publicado em 1975. No texto, conforme Cisne (2012, p. 79), “Gayle Rubin estabelece uma dicotomia na relação entre sexo/gênero. Gênero seria a construção de sexo e o sexo seria o que é determinado biologicamente, fisiologicamente, portanto, naturalmente”.

reelaboração teórica que questiona o uso de “gênero” vem muitas vezes associado à divergência com os pressupostos teóricos e políticos feministas.

A expansão desses referenciais teóricos, que convergem na intenção de analisar a relação entre sistemas de dominação e produção de diferenças, contribuiu na abertura de linhas de pesquisa e reflexão sobre gênero não centradas nas mulheres, como os estudos direcionados à masculinidade e estudos queer³⁷. Essas pesquisas têm provocado algumas reações negativas, que afirmam existir certa incompatibilidade entre essas abordagens e a prática política feminista.

Diante destas críticas, surgiram novas propostas de retorno ao uso da categoria mulher, ou da expansão do uso da categoria relações sociais de sexo. Porém, escolhi neste estudo uma análise sob a perspectiva da categoria gênero, considerando os acúmulos teóricos trazidos pelos estudos das relações de gênero, assim como as superações de diversos entraves teóricos que esta categoria proporcionou/a sem, contudo, retirar a mulher da centralidade no uso desse conceito como instrumento analítico e político, posto que:

Gênero é uma categoria que não trata de diferença sexual, mas sim de relação social entre mulheres e homens entendendo como se constroem enquanto sujeitos sociais. Tal categoria não se caracteriza apenas como analítica e descritiva, é também histórica. Dessa forma, a categoria gênero surge a fim de dar conta da discussão acerca da subordinação da mulher, sua reprodução e as várias e diversas formas que sustentam a dominação masculina na sociedade, através da desigualdade de gênero imposta. (MADEIRA; COSTA, 2012, p. 83).

Deste modo, adentrando nas vivências cotidianas das adolescentes participantes da pesquisa que deu base para esta dissertação, a seguir estão transcritas as respostas das mesmas sobre o significado de ser mulher e ser homem:

Ser mulher é o sentido de ser mãe e dar à geração a continuidade da vida. Mulher é a importância do mundo, que se não fosse a mulher, não seria nada. A mulher tem ainda que exemplar os filhos. E o homem alimentar e educar também. (CHANEZIA)

[...] é bom ser mulher, por que mulher é uma coisa mais delicada, homem é mais bruto, mais forte. Sei lá, eu não tenho força, tá entendendo? (IRUWA)

³⁷ Sobre as teóricas desconstrutivistas, Cisne (2012, p. 83) assinala que estas “ênfatizam exageradamente a diferença, não propõem uma alternativa ao movimento feminista e distanciam-se da prática política.”. Por todas essas questões, no interior do debate feminista sobre a categoria gênero, algumas teóricas francesas preferem utilizar o termo “relações sociais de sexo” para compreender papéis e relações entre homens e mulheres na sociedade, ao passo que entendem o sexo também como socialmente determinado, sendo este interpretado e traduzido na experiência e na vivência em sociedade. Logo, o sexo não se encontra circunscrito apenas ao âmbito biológico.

Eu acho que mulher é mais cuidadosa, tem mais zelo, o homem não, ele já não tem cuidado. Mulher é mais delicada, mais carinhosa. (ABIUDY)

Os depoimentos elucidam que, para efeito de palavra inaugural das interlocutoras, que exprimem o que supostamente acham que a pesquisadora quer ouvir, estas vão se identificar com o discurso higiênico do século XIX, de uma mulher cujo destino é amar, ser boa mãe e esposa fiel, portadora de moralidade, dada aos cuidados do lar. Discursos que estão prontos na sociedade, o que não significa que as mesmas façam, ou tornem isso vivo nas suas práticas cotidianas. As adolescentes falam também do homem pai provedor, que segue o modelo higiênico que muitas delas não conviveram em suas famílias, nunca experimentaram. Como bem coloca Costa (1979):

Quando observamos a definição médica da natureza do homem, a construção do modelo machista da conduta masculina salta aos olhos. Este modelo foi composto, em primeiro lugar, pelas características naturais que a higiene atribuiu ao homem. Ser homem segundo os médicos importava em ser mais sensual e menos amoroso, mais racional e menos sentimental, mais inteligente e menos afetivo (COSTA, 1979, p. 251).

Desse modo segue sendo elaborada a masculinidade, que não deveria ser sentimental, afetiva nem amorosa. Foi oferecido ao homem, para compensar sua expropriação de terras, bens e escravos, o direito de dominação sobre a mulher, que antes era concentrado sobre os grupos familiares e demais dependentes da propriedade. “A esposa passou a ser sua única propriedade privada” (COSTA, 1979, p. 252).

No modelo de família elaborado pelo discurso médico-higienista do século XIX, a mulher deveria ser responsável pela vida doméstica, assumir o papel de mulher-mãe-esposa afetuosa e dedicada. O homem era o indivíduo de inteligência, força, que deveria assegurar o desenvolvimento da civilização trabalhando. Ao enfatizar-se as potencialidades masculinas, legitimava-se o domínio do homem sobre a mulher. A masculinidade era associada a ser um bom pai, e um bom pai deveria desenvolver corretamente sua função de provedor, no ponto de vista financeiro, e ainda ser chefe, autoritário; isso só seria possível trabalhando (MATOS; MORAES, 2007).

Também foi ressaltado pelas adolescentes as desvantagens de ser mulher, buscando conhecer aspectos dificultadores em suas vidas que eram diferentes nas vidas dos homens. Sobre isto, as mesmas pontuaram:

Acho que, tipo assim, a condição emocional, para homem é mais fácil tudo. Tipo assim, o homem consegue bloquear o sentimento mais do que a mulher. A mulher

consegue cuidar de tudo, porque tudo a mulher tem que botar a colher no meio. Na minha família só o que os homens fazem é trabalhar mesmo. (CHANEZIA)

Em casa é diferente; a mãe com a sua filha, ela trata diferente. [...] A mãe com a sua filha tem mais cuidado do quê com seu filho, porque ela acha que homem pode sair para os cantos, porque é homem. Comigo era assim: se sair, tem a hora certa de voltar. Agora, com meus irmãos, ela nem se preocupava muito. (LISHA)

Na narrativa das adolescentes, há uma identificação do ser mulher e ser homem que segue o discurso médico-higienista de fins do século XIX e início do século XX³⁸. Nesse período, como já explicitado, as concepções higienistas tentavam explicar e fixar cientificamente características supostamente naturais de cada sexo, nas quais o homem seria o detentor da inteligência, força, virilidade, autoridade e racionalidade, com a sensibilidade em menor grau. As mulheres, por sua vez, permaneciam vistas como propriedade do outro, seja do marido, do pai ou mesmo esposa do Senhor. Na concepção médico-higienista, as mulheres eram naturalmente frágeis, delicadas, menos inteligentes, portanto, deveriam ser submissas, castas e permanecer virgens até o casamento.

Do ponto de vista dos higienistas, a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e ideais que reforçassem a imagem da mulher-mãe. Por isto, sua presença nas catedrais da ciência era intolerável. A mulher intelectual dava mau exemplo às outras mulheres (COSTA, 1979, p. 260).

Por um lado, elas ressaltam, sob uma perspectiva machista, aspectos de ser mulher e ser homem como dois polos opostos: um da racionalidade, força e inteligência e o outro da delicadeza, fragilidade, emotividade. Como elucidam Madeira e Costa (2012, p. 86-87), as relações de gêneros “são dialéticas, refletindo contradições e concepções diferenciadas de gênero internalizadas por diferentes atores sociais de ambos os sexos. Diante dessa premissa se compreende que o machismo não é um atributo masculino, perpassando, assim, por toda a sociedade”.

As adolescentes também assinalam como desvantagens a aplicação dessas concepções em seu cotidiano. O fato dos irmãos não terem restrições quanto ao horário de sair

³⁸ "Na Europa o 'movimento higienista' teve como objetivo central a proteção da população. Os higienistas mediavam, a partir de 'soluções científicas', os conflitos entre o capital e os trabalhadores, procurando desenvolver a saúde da população trabalhadora a partir de melhores condições de trabalho no horizonte do aumento da produtividade ou acumulação das empresas. No Brasil o movimento teve papel semelhante no início da industrialização. Porém, havia um aspecto especialmente preocupante para os higienistas brasileiros, qual seja, a formação do povo envolvendo o papel das raças e sua miscigenação, daí decorrendo da presença, no movimento, de tendências eugênicas, que tinham como preocupação a higiene da raça. No início do século XX a sociedade brasileira crescia em complexidade e diversificação, dando lugar à emergência de novos setores e atores sociais, em um contexto de desenvolvimento da ciência médica, de influência crescente do positivismo" (GÓIS JR; LOVISOLO, 2014, p. 323).

ou retornar para casa ou a sobrecarga de atividades que recaem sobre as mulheres de suas famílias é criticado pelas mesmas, visto como desvantagem, pois, além de trabalharem "fora", as mulheres, como pontuam as adolescentes, são responsabilizadas sozinhas pelas atividades domésticas e cuidados com as crianças.

As interlocutoras acabam por denunciar as desigualdades de gênero, observando como isso gera opressões, sobretudo no que tange as horas dedicadas ao trabalho doméstico. As mulheres do mundo passam mais tempo do que os homens em atividades domésticas não remuneradas, principalmente no cuidado com os filhos. Quando somadas as responsabilidades remuneradas e não pagas, incontestavelmente as mulheres trabalham mais do que os homens.

Quer nos países de rendimento elevado, quer nos de baixo rendimento, as mulheres continuam a trabalhar menos horas no emprego remunerado, enquanto se ocupam da maior parte das tarefas domésticas não remuneradas e da prestação de cuidados. As mulheres realizam, em média, pelo menos duas vezes e meia mais tarefas domésticas não remuneradas e de cuidados do que os homens [...]. Embora esta desigualdade entre homens e mulheres permaneça substancial, tem diminuído ao longo do tempo, principalmente devido a alguma redução no tempo gasto pelas mulheres nos trabalhos domésticos, embora não tenha havido nenhuma redução significativa no tempo dedicado aos cuidados às crianças. As mulheres, no entanto, continuam a trabalhar mais horas por dia do que os homens quando se considera o trabalho pago e o trabalho não remunerado. Em particular, as mulheres trabalhadoras (por conta própria ou por conta de outrem e que recebem um salário) têm, em média, dias de trabalho mais longos do que os homens trabalhadores, com um diferencial de gênero, de 73 e 33 minutos por dia, respetivamente nos países em desenvolvimento e nos países desenvolvidos. Mesmo quando estão empregadas, continuam a realizar a maior parte das tarefas domésticas não remuneradas e de cuidados, o que limita a sua possibilidade de aumentar o número de horas trabalhadas no trabalho remunerado, formal e no trabalho por conta de outrem e remunerado. (OIT, 2016, p. 7)

As narrativas das demais adolescentes seguem em outra direção das citadas acima, ressaltando a capacidade de luta cotidiana das mulheres por seu trabalho, sustento, seu "lugar" social, sua força.

É você lutar pelo que você quer, é você conquistar, é você ter seu respeito, não importa se você fica com um todo dia diferente, mas você sabendo se colocar no seu lugar. Hoje em dia tá tudo tão misturado. (BUSARA)

É ser trabalhadeira, forte, com vários sentimentos; é ser mulher (risos). (GESSIANE)

São, dessa forma, depoimentos que elucidam a apropriação mais crítica de ser mulher articulada à luta contra a inferiorização feminina. Essas adolescentes demonstram perceber seus enfrentamentos cotidianos enquanto sujeitos alvos de múltiplas opressões as

quais buscam romper. Nessa perspectiva, Busara ainda identifica uma das discriminações sofridas pelas mulheres no que se refere ao trabalho e aos salários.

Quais as desvantagens de ser mulher? Tem muito preconceito com a mulher, porque eu já passei. Tem muito preconceito com a mulher por causa de trabalho, desde a parte de diferença de salário, que eu ia aceitar - só não aceitei porque eu percebi isso -, e até as dores que as mulheres sentem. (BUSARA)

As reivindicações do Movimento Feminista, o controle da natalidade por meio de métodos contraceptivos femininos e as novas formas de organização do processo produtivo abriram espaço para uma maior participação da mulher no mercado de trabalho. Contudo, as condições desiguais e discriminatórias seculares foram apenas atenuadas, pois os salários das mulheres permanecem menores que os dos homens nos mesmos cargos e com mesmo grau de formação. Segundo o documento “Estatísticas de gênero”, do IBGE, de 2010, apesar de ter diminuído, o rendimento das mulheres ainda corresponde, em média, a 67,7% do rendimento dos homens. Sobre este ponto,

Nas últimas décadas podemos observar, em nível global, uma ampla transformação na composição sexual do mercado de trabalho e nas práticas de conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares. Em muitos países, o modelo “tradicional” do homem provedor e da mulher dedicada aos cuidados da família foi sendo substituído por um modelo no qual mulheres e homens se inserem no mercado de trabalho, mas os cuidados com a família permanecem, em grande medida, uma tarefa realizada apenas pelas primeiras. O novo modelo criou novas oportunidades para as mulheres participarem da “esfera pública”, mas não foi acompanhado por uma transferência correspondente do tempo investido pelos homens no mercado de trabalho para a “esfera privada”, mantendo deste modo uma divisão sexual do trabalho com um forte viés de gênero. (SORJ; FONTES, 2007, p. 574)

A participação expressiva das mulheres nos diversos âmbitos do mercado de trabalho mostra que vêm sendo ampliada sua atuação. Contudo, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelas atividades do lar e pelos cuidados com os demais membros da família, principalmente filhos e idosos. Esta situação se intensifica diante da crescente demanda por qualificação imposta pelo mercado de trabalho, levando as mesmas a uma tripla jornada. A fala das garotas revela como elas observam essa realidade em seu cotidiano, tanto no espaço doméstico quanto no espaço de trabalho fora de casa, sendo expresso, por exemplo, por meio das desigualdades salariais.

As adolescentes, como demonstrado no tópico anterior, ingressaram cedo nesse mercado brutal e relataram encarar outros tipos de situação que as colocam em risco, como se observa na transcrição que segue:

[...] sofria alguns assédios do meu patrão, mas eu gostava. *Que tipo de assédio?* Assédio, do tipo assédio mesmo, de tentar me agarrar e tudo. Não, não denunciei porque, era meu primeiro emprego eu queria segurar, passei três meses trabalhando estava achando tão bom recebendo aquele dinheirinho, não era carteira assinada, mas era salário, vale transporte, tudo direitinho. Era mais velho, era o dono de lá. Ele não fez ameaças, mas ele se colocava assim, numa posição que, se eu ficasse com ele, eu ia ganhar mais benefícios, tanto no trabalho, quanto dinheiro mesmo, quanto com ele. Então, eu tinha medo. Como eu conversava com minha mãe, eu tinha medo de falar alguma coisa e ele me demitir. Poxa, meu primeiro emprego. (BUSARA)

Busara, como já explicitado no tópico anterior, assim como outras três adolescentes entrevistadas, vivenciou a experiência de trabalho como atendente em uma locadora de carros. A adolescente ingressou nesse espaço aos 16 anos e relatou ter sofrido assédio sexual por parte do dono da empresa. Apesar do reconhecimento na Constituição Federal de 1988 da igualdade entre mulheres e homens, a materialidade dos preceitos jurídicos ainda enfrenta diversificados obstáculos para se consolidar. De forma a prejudicar o acesso à cidadania das mulheres.

A discriminação de gênero permanece como uma forte ferramenta de hierarquização e exclusão, e no caso do espaço de trabalho se materializa, dentre outras formas, por meio do assédio sexual. Apesar de em legislação não se definir como exclusivamente uma ação do homem contra a mulher, representa grande maioria dos casos denunciados. No Brasil, esse fenômeno só se tornou crime em 2001, por meio da lei 10.224, cujo tipo penal é descrito como “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função”.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) o assédio sexual vai desde insinuações, contatos físicos forçados, convites ou pedidos impertinentes, e pode apresentar ao menos um dos seguintes elementos: ser claramente uma condição para dar ou manter o emprego; influir nas promoções ou na carreira do assediado; e prejudicar o rendimento profissional, humilhar, insultar ou intimidar a vítimas. Essa prática ocorre desde o período Colonial, e permanece alimentada pelos construtos em torno do “ser mulher” e do “ser negra” até os dias de hoje. Como já destaquei em páginas anteriores, as mulheres e meninas negras escravizadas - que trabalhavam nas lavouras, ou nas cozinhas das casas grandes - em muitos casos tinham seus corpos violados pelos senhores de engenho para o prazer sexual dos mesmos.

O assédio sexual não é um ato de ocorrência verificável apenas nos tempos atuais. O que há de novo é o fato do surgimento do feminismo ter realçado a luta pela

igualdade entre os sexos, o que resultou por dar relevância ao assédio sexual no mundo do trabalho. Este, a partir de então, passou a ser tratado não somente como discriminação contra a mulher, mas em sentido mais amplo, como uma discriminação que vitima o homem e a mulher no ambiente de trabalho. Nesse contexto, o assédio sexual passou a ser visto como uma questão de gênero, que tem sua base material fundada em relações de poder. (COUTINHO, 2015, p. 45)

Busara sentia-se intimidada por um homem que ocupava posição hierarquicamente superior a dela e que se utilizava desta situação para coagi-la a trocar favores sexuais por benefícios. Assim como muitas outras jovens mulheres, ela optou por se calar para manter o emprego, mas permaneceu somente três meses nesse local por causa dessa situação. O exemplo demonstra como as discriminações de gênero e raciais incidem nos espaços micro e macro na vida dos sujeitos, delimitando lugares e dificultando o desenvolvimento de suas capacidades.

As adolescentes participantes do desenvolvimento deste estudo relataram também outros tipos de violência sofrida, conforme pode ser observado a seguir:

Já teve um namorado meu que morria de ciúmes de mim, tinha que andar com ele assim, oh, de cabeça baixa. Tudo para ele era um monte, eu estar olhando para uma pessoa. Se eu quisesse terminar com ele, era porque eu tinha arrumado outro; e esse era motivo que ele me batia, é esse aqui, da tatuagem. No começo, era um mar de rosas, mas depois, quando eu quase me juntei com ele, virou um pesadelo. [...] de vez em quando, eu dormia com ele na casa dele, eu só vivia dentro de casa, apesar de eu não ter casa. Se eu tivesse me juntado, hora dessas estava mais nem aqui. Ele queria estar no telefone direto comigo quando eu não estava com ele, mesmo sem assunto, ele tinha que estar no telefone comigo direto para saber o que eu estava fazendo, onde eu estava. Aí eu num aguentei e terminei. (IRUWA)

Já sofreu algum tipo de violência? Só por parte do meu marido, o meu namorado. Ele batia em mim e eu tentava furar ele, me chamava de Maria Peixeira. A gente brigava primeiro nas mãos. Eu dizia as coisas com ele, e ele dizia muita coisa comigo por ciúmes. (CHANECIA)

Já, meu namorado tentou me bater. E aí? Eu descontei. Nós estava discutindo e ele queria me bater. Ai eu lutei pra não deixar. (KINAH)

Iruwa, Chanecia e Kinah passaram por situações parecidas em seus relacionamentos amorosos. Elas relatam casos de violência doméstica sofridas no dia-a-dia cometidos por parte de seus parceiros. Do mesmo modo elas destacam a motivação primeira sendo o ciúme, e que não ficaram inertes a situação, tendo revidado ou terminado o relacionamento. Para compreender a violência doméstica, é mister observar que elementos sociais e culturais são definidores e legitimadores de lugares, direitos e deveres em nossa sociedade, assim como servem de ferramenta para justificar desigualdades de gênero e violações de direito. Nesse sentido, dentro das construções do ser homem e do ser mulher, vão

sendo delineadas formas de interpretação do mundo e das relações e influenciando nas atitudes dos sujeitos sociais. No caso de nossa sociedade, o homem é socializado em torno da noção de virilidade, força, agressividade.

[...] é também necessário esclarecer que a violência não possui sexo, pois tanto homens, como mulheres, sabem ser violentos (as) e quando podem, fazem uso dos instrumentos que lhe dão poder. Quando as mulheres são as que praticam a violência, têm-se que analisar que os papéis conservadores ainda perduram e legitimam a dominação de um sexo sobre o outro; nesse caso, a mulher passa a dominar e o homem a ser o dominado. Contudo, mesmo com a existência de casos em que as mulheres são as que praticam a violência contra o cônjuge, não se pode comparar estatisticamente quando as vítimas são mulheres. (MADEIRA; COSTA, 2012, p. 93).

Assim, é possível compreender que as adolescentes vivenciaram um processo de violência com aspectos particulares embasadas nas desigualdades e discriminações de gênero, no machismo. No caso de Iruwa, o relato da jovem demonstra as múltiplas formas de violência doméstica vividas pela mesma: psicológica, física, verbal.

Posto isto, após pautar alguns aspectos das relações de gênero que permeiam o cotidiano das adolescentes negras em cumprimento de privação de liberdade de Fortaleza, adentramos em outro aspecto estrutural de grande relevância para atender aos objetivos deste estudo: as relações étnico-raciais, a discriminação racial e a identidade negra.

3.4 AZUL E ROSA OU PRETO E BRANCO: O PERTENCIMENTO ÉTNICO RACIAL E O RACISMO NA VIDA DAS ADOLESCENTES

Após abordar as discussões em torno do ser mulher e do ser adolescente, adentra-se um outro pilar de análise deste estudo. Para introduzir a discussão, pode-se iniciar com uma pergunta e resposta de Guimarães (2003, p. 95) a respeito, quando ele diz: “O que é raça? Depende.”. O autor destaca que primeiramente é preciso assinalar se a pergunta é em termos científicos ou se está sendo falado de uma categoria do mundo real. Como o próprio explica, “essa palavra ‘raça’ tem pelo menos dois sentidos analíticos: um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia” (ibid). Além desses usos analíticos, também existe raça como conceito nativo,³⁹ conforme aponta o pesquisador.

³⁹ “Um conceito ou categoria analítica é o que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos, e faz sentido apenas no corpo de uma teoria. Quando falamos de conceito nativo ao contrário, é porque estamos trabalhando com uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo. Ou seja, possui um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano” (GUIMARÃES, 2003, p. 95).

A categoria raça trata-se de um conceito utilizado primeiramente pela botânica e zoologia para classificar plantas e animais, mas que, por volta do século XVI, foi apropriado para classificar a variedade humana a partir de suas origens. Somente durante o século XIX essa classificação passou a ser definida por aspectos fenotípicos como: cor da pele, formato do crânio ou textura do cabelo; determinando grupos humanos mais inteligentes e melhores que os demais. Tal diferenciação e classificação foi feita para validar as relações de superioridade e de sujeição entre classes sociais.

O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence (MUNANGA, 2003, p. 4).

Raça se apresenta assim como um conceito ideológico, que mascara a relação de poder e de dominação, no qual os indivíduos da raça “branca” são apontados como superiores aos das raças “negra” e “amarela”, o que é determinado por suas características físicas hereditárias. Já no decorrer do século XX, dentre as descobertas da própria ciência biológica – genética humana, biologia molecular, bioquímica – os cientistas desta área de estudo concluíram que a categoria raça trata-se de uma elaboração inoperante para explicar a diversidade humana, portanto, inexistente. (MUNANGA, 2003).

Por sua vez, Schwarcz (1998, p. 183-184) assinala que “raça é, pois, uma construção histórica e social, matéria-prima para o discurso das nacionalidades”. Porém, mesmo após ser invalidada enquanto categoria biológica, o significado histórico e as consequências para as relações sociais não foram desconstruídos. Por este motivo, ainda é a raça empregada tanto no uso popular como em trabalhos e estudos das ciências sociais, embora sendo reconhecida a sua inexistência científica. O uso deste conceito ocorre para tratar a realidade social e política, pois se refere a uma categoria histórica e social de exclusão e dominação, que abriu o caminho para o surgimento do racismo (ou racialismo).

Todos sabemos que o que chamamos de racismo não existiria sem essa ideia que divide os seres humanos em raças, em subespécies, cada qual com suas qualidades. Foi ela que hierarquizou as sociedades e populações humanas e fundamentou um certo racismo doutrinário, essa doutrina sobreviveu à criação das ciências sociais, das ciências da cultura e dos significados, respaldando posturas políticas insanas, de efeitos desastrosos, como genocídios e holocaustos. (GUIMARÃES, 2003, p. 96)

No campo científico, ocorrem embates teóricos em torno da tese da “raça”. O embate ocorre entre aqueles que abordam a transmutação do uso da raça no âmbito biológico para raça social, como é o caso de Sérgio Guimarães (1999), e os que defendem o uso do conceito etnia. No que se refere a etnia, Kabengele Munanga (2003, p. 4) considera que:

O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sociocultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. Algumas etnias constituíram sozinhas nações. Assim o caso de várias sociedades indígenas brasileiras, africanas, asiáticas, australianas, etc.. que são ou foram etnias nações.

Contudo, para Munanga (2003), apesar da mudança de termos ou conceitos, o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ainda permanece. Por isso, o emprego dos conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural é de uso conveniente para racistas e anti-racistas. Assim, constituem uma bandeira carregada para todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses.

Lima (2008) propõe que pensemos sob múltiplas perspectivas a categoria “raça” ligando a esta o termo social e partindo de enfoque étnico, de modo que sejam vistos os sentidos positivos e não somente as dificuldades no uso dessa. “Assim a articulação etnia/raça social torna-se socio-historicamente mais situado e abrangente e condizente com a multiplicidade que compõe a população afro-brasileira deste país” (LIMA, 2008, p. 39). Justifica-se aí o uso do termo “pertencimento étnico-racial”, a continuação do uso da categoria “raça” e a análise a partir de raça/etnia juntas. A junção dessas duas perspectivas permite abranger a diversidade de expressões da identidade negra sem cair em biologismos, assim como explicitar o caráter político da discussão em torno do termo raça.

No Brasil, as categorias classificatórias para definição da identidade étnico-racial se apresentam como um desafio nos censos e questionários. Tais definições revelam a ideologia racial e suas problemáticas em determinada época e realidade social. Branco, preto, pardo, amarelo e indígena foram as classificações adotadas para o desenvolvimento das entrevistas em campo e análises apresentadas neste trabalho dissertativo, as quais seguem as definições do Censo do IBGE utilizadas desde 1991. Apesar de anteriormente ter passado por diversas mudanças,⁴⁰ essas são classificações amplamente adotadas no acesso à políticas públicas, justificando sua utilização.

⁴⁰ Ver ANJOS (2013).

Ao perguntar para as adolescentes com qual classificação se identificam, as mesmas afirmaram:

Sei lá, qualquer cor (risos). Parda, sei lá. Acho que é morena mesmo, tanto faz, morena parda. (KAHFI)

Assim, eu nasci branca, eu só fiquei assim com essa cor por causa do sol, mas hoje eu me considero morena. *E dentre essas opções?* Parda, por que eu não sou nem tão branca nem tão preta (risos). (NÚBIA)

Mulher, quando eu cheguei aqui, eu não era dessa cor não, eu era mais moreninha, porque aqui nós só vive no dormitório, aí eu fiquei dessa cor. *Mas se fosse para escolher uma dessas opções qual escolheria?* Nenhuma, morena mesmo. *Nenhuma das outras?* Não. (IRUWA)

Morena. *E se tiver que escolher uma dessas?* Nenhuma. *E por que tu se considera morena?* Porque não tem cor definida. (CHANECIA)

Das nove adolescentes entrevistadas, sete fizeram a opção pela classificação morena ou parda. Como se observa, as falas das interlocutoras refletem um fenômeno que atuou e ainda atua sobre a identidade étnico-racial da população negra no Brasil, com início a partir de 1930. Conforme Andrews (2007), nesse momento histórico, o Brasil e outros países da América Latina iniciaram o “amorenamento” de suas nações. Para o autor, a opção pela cor parda enquanto categoria racial nasce da mistura de raças e funciona como classificação intermediária entre branquura e negritude, mesmo sentido atribuído pelas adolescentes Chanecia, Núbia, Iruwa.

Nesse sentido, a América Latina passou por três processos de amorenamento. O primeiro refere-se a um amorenamento demográfico, advindo da redução de imigrantes no país, na redução da mortalidade e aumento da fecundidade dos não-brancos, assim como no aumento das autoafirmações de classificação pardo no Censo demográfico.

Andrews (2007) aponta ainda o amorenamento político, no qual as lutas para fundar novos governos nacionais se utilizaram de apoio popular, dentre estes de escravizados/as e negros/as libertos/as para conduzir as reformas sociais e econômicas e isso se deu por meio dos governos populistas. Para o autor, esses governos representaram importantes mudanças que beneficiaram não apenas uma pequena parcela da população, mas também grande número da população negra, proporcionando uma maior participação política, econômica e social das minorias excluídas da vida nacional.

O terceiro processo se trata do amorenamento cultural, possibilitado por meio de um fenômeno já indicado nesta seção, o mito da democracia racial. Nesse processo, ao invés das nações seguirem rejeitando as heranças indígenas e africanas, passaram a absorvê-las e

propô-las como base para a construção de novas identidades para as nações, embasadas na ideia de que aqui, sob uma forma singular de harmonia e cordialidade, indígenas, negros e brancos se uniram e construíram uma sociedade multirracial e multicultural. “Em vez de manter a brancura como ideal nacional, o pensamento da democracia racial exaltava a morenidade” (ANDREWS, 2007, p. 201).

A escolha da opção parda ou morena é uma tentativa de entrar no campo da indefinição, numa zona que oferece menor risco de exclusão ou discriminação, uma vez que a ideia de negritude veio carregada, por séculos, de estereótipos negativos. Afirmar-se preta não é tarefa fácil, pois, como coloca a adolescente Lisha: “Para mim, uma pessoa negra sofre muito, né? É uma pessoa feliz, mas, por um lado, ela sofre racismo, preconceito, violência”.

Como então querer assumir-se negra diante da percepção de tais dificuldades e sofrimentos? Apesar destes obstáculos, algumas das adolescentes expressaram:

Você se considera: Branca, preta, parda, amarela, indígena? Preta. E no caso de se considerar preta, tu se considera negra? Sim, por que eu gosto dessa cor. O que é ser negra? É beleza pura, melanina pura, eu acho muito bonito uma mulher negra. Eu gosto, nada contra quem é branco, mas eu gosto. (BUSARA)

Você afirmou se considerar morena e, nesse caso, se considera negra? É, me considero negra. O que é ser negra para você? O começo dos tempos, porque desde os começos que a gente vem sofrendo essas coisas, e hoje em dia eu acho que graças às leis, né, parou mais. (CHANEZIA)

Não vou mentir não. Eu tenho orgulho da minha cor. No caso, tu afirmou se considerar parda. Tu se considera negra? Considero que é o jeito que eu sou, minha cor, né, vou fazer o quê? Eu tenho orgulho da minha cor. (KAHFI)

Carneiro (2011, p. 63) reitera que “a identidade étnica e racial é fenômeno historicamente construído ou destruído” em nosso país. Já no momento de nosso nascimento, são terceiros que definem nosso pertencimento em documento registrado em cartório; e o pardo parece ser muitas vezes a melhor saída para uma indefinição. Para o início da fragilização da identidade negra, o que é dito pelo senso comum e por muitos intelectuais é que nossa identidade se define pela impossibilidade de defini-la. Apesar disso, também existe a construção positiva da identidade negra, como revela Busara, ao dizer do contentamento em ser negra e declarar-se preta.

O Censo Demográfico do IBGE de 2010 demonstrou um aumento na autoafirmação de pretos, e supõe-se que estas sejam pessoas que antes se afirmavam pardas, o que indica uma saída da indefinição racial, evidenciando a tentativa de enfrentar, conforme

Carneiro (2011), “a dor da cor”, e talvez até curá-la, fatores resultantes principalmente das lutas do Movimento Negro. Conforme Theodoro (2014):

O racismo é uma ideologia que, em linhas gerais, classifica e hierarquiza indivíduos em função de seu fenótipo, numa escala de valores que tem o modelo branco europeu ariano como o padrão positivo superior e, do outro lado, o modelo negro africano como padrão inferior. O racismo está presente no cotidiano das relações sociais, funcionando como um filtro social, fortalecendo ou cerceando oportunidades, moldando e reforçando os pilares do acesso e exclusão. E com a operação de clivagens raciais, o racismo alimenta as bases de uma sociedade desigual. (THEODORO, 2014, p. 214)

Outros dois conceitos são relevantes para nossa análise: o preconceito e a discriminação. Madeira (2008) define preconceito como a antecipação na formulação de uma opinião sem que se conheçam os fatos. Quanto ao preconceito racial a autora destaca ser uma ideia antecipada e desfavorável a um grupo racial, étnico, religioso, social ou de gênero, que direciona pensamentos, sentimentos e atitudes de aversão e/ou ódio de indivíduo ou grupo que se considera superior em relação ao outro. A discriminação por sua vez é apontada pela autora como:

a manifestação comportamental do preconceito, ou seja, a materialização da crença racista e sexista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado, e que mantêm os privilégios dos membros do grupo discriminador à custa do prejuízo dos participantes do grupo discriminado [...] estrutura relações de poder e de opressão, desconstrutivas dos sujeitos, são criações sócio históricas e culturais (MADEIRA, 2008, p. 101).

Nesse sentido, as adolescentes elucidaram situações em que sofreram discriminação racial contra elas ou pessoas próximas, como se observa a seguir:

Já vivenciou algum caso de racismo? No colégio me chamavam de neguinha do óleo, macaca. Eu falava com a professora e ela não dizia nada. Eu sentia que no meio deles eu não era nada. (CHANECIA)

Sim, porque eu já vi, assim, eu só tenho dezesseis anos, mas eu sou um pouco vivida, não vou dizer que sou vivida, mas desde quando minha mãe morreu que eu aprendi a me virar, tá entendendo? E eu já vi muito e eu já estudei, e na minha sala de aula tinha pessoas da minha cor, mais clara do que eu e mais escura do que eu, e tinha muito aquelas coisas, daquelas patricinhas falando com nós: “sai daí, sua nega preta”. Às vezes comigo, às vezes com meus amigos. (IRUWA)

Um dos principais campos de obtenção de conhecimento e mecanismo de desenvolvimento humano e ascensão social é a educação. Contudo, esta não está isenta de reproduzir o racismo. É evidente que após o processo de democratização da educação,

estabelecido em texto constitucional, foram incorporados milhões de crianças e adolescentes negros/as às escolas, aumentando expressivamente a média da escolaridade destes.

Porém, dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2013, denunciam que apenas democratizar o acesso não é suficiente para superar o abismo educacional e social existente entre brancos e negros no país. Como se pode observar: a taxa de analfabetismo da população negra corresponde a 11,5%, considerando os que se autodeclaram pardos e pretos, enquanto a taxa de analfabetismo dos/as brancos/as corresponde a menos que a metade desse percentual, ficando em 5,2%.

No ano seguinte a PNAD (2014) revelou informações significativas sobre a média de anos de estudo de instrução formal entre os segmentos populacionais. O Brasil, no ano da pesquisa, atingiu a média nacional de 10 anos de estudos da população entre 18 e 29 anos, mas “em termos regionais, sociais e raciais, no entanto, as disparidades permanecem: em 2014, o Nordeste tinha 9,2 anos de estudo, e o Norte 9,3; os 25% mais pobres do Brasil possuem apenas 8,2 anos de estudo em média, o mesmo nível da população rural brasileira; e a média das mulheres (9,8) e homens (9,0) negros continua abaixo da média” (IPEA, 2015). Os números ilustram as consequências de um passado de exclusão e revelam um presente que precisa avançar no sentido da equidade. Acresce ao analfabetismo, a evasão escolar e a repetência que concorrem para ampliar a baixa escolaridade de negros e negras.

As palavras de Chanecia e Iruwa revelam alguns dos obstáculos enfrentados cotidianamente no ambiente escolar. O racismo, que emerge travestido de brincadeiras, ou como “bullying”, ou no despreparo dos profissionais da instituição em lidar com a diversidade e no enfrentamento às práticas discriminatórias, como no caso de Chanecia, em que os professores não tomaram nenhuma atitude diante da situação vivenciada pela adolescente. Como bem colocam Madeira e Costa (2012):

Os indicadores referentes à educação refletem-se diretamente nos rendimentos médios da população negra. As desvantagens de escolaridade comprometem a inserção no mercado de trabalho, incidindo em trabalhos de baixa remuneração e sem garantias dos direitos trabalhistas. Alguns destes dados estatísticos trazem questionamentos quanto à ideologia da igualdade na escola. Na maioria das escolas em que a questão racial é tematizada, ela aparece como não prioritária. O não falar sobre o tema é um mecanismo de difusão do racismo. (MADEIRA; COSTA, 2012, p. 332)

Além de Chanecia e Iruwa, a jovem Busara também apresentou relatos de discriminação racial:

O tratamento é diferente. Até no shopping que eu já vi. Uma história minha: eu fui numa loja e eu fui extremamente destrutada pela vendedora. Depois eu fui na mesma loja e mostrei que tinha uma quantia razoável, aí só assim ela mudou de atitude, só faltou me botar no céu. (BUSARA)

E tu acha que existe gente que faz essa diferença? Com certeza, porque acha que é negro, acha que a gente é pobre, acha que é favelado. (ACAI)

Busara destaca a forma como é tratada em um shopping center e liga o tratamento que recebe também ao fato de ser negra, o esmo ocorre com Acai. Os shoppings centers são espaços de consumo carregados de simbolismos na divisão social e racial do espaço urbano. Tratam-se de locais privatizados, criados para atrair aqueles com poder aquisitivo para o consumo e, a depender de sua localização na cidade, definem que público consumidor se destina a atender. Com o passar dos anos, os shoppings têm acumulado novas funções sociais para a juventude e tornaram-se também espaço para passeio, diversão e namoro.

Em 2014, adolescentes das periferias urbanas brasileiras protagonizaram eventos marcantes no âmbito da segregação racial e social das cidades: os rolezinhos. O rolê é uma gíria comum utilizada por adolescentes em vários locais do país e remete a fazer um passeio, circular pela cidade para namorar, se divertir. Naquele ano, adolescentes e jovens resolveram marcar rolês coletivos em shoppings centers de várias grandes cidades, os rolezinhos. O intuito principal era o mesmo dos passeios que faziam em menor número, contudo, o evento causou apreensão nos demais frequentadores do shopping e fez com que alguns proprietários dos estabelecimentos solicitassem na justiça o impedimento do acesso desses grupos aos shoppings. A polícia militar reagiu de forma truculenta, expulsando muitos adolescentes que realizavam rolezinho dos grandes empreendimentos de consumo.

Algo que deveria ser trivial ganhou visibilidade internacional e deu destaque a ferida aberta da segregação social e racial que constitui o país. Visto que a maioria dessas pessoas eram adolescentess, negros/as e das periferias urbanas, o medo e o preconceito foram elementos definidores para a rotulação depreciativa e a perseguição desses encontros em centros comerciais. Quando adolescentes negras/os e pobres resolvem usufruir desses espaços, eles/as ultrapassam as fronteiras segregacionistas de classe e raça invisibilizadas na cidade, e a reação a essa atitude tem sido, com frequência, a repressão policial.

Acresce-se à segregação socioespacial a forma de preconceito particular do Brasil, o de “marca”. Sobre isto, Nogueira (2007) apresenta diferenciação em relação ao preconceito de origem:

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 2007, p. 292).

Assim, “as marcas”, aspectos fenotípicos dos/as adolescentes, são interligadas à posição determinada no imaginário social para o sujeito negro/a. No caso de Busara e Acai, uma ligação direta com a condição de pobreza, consequentemente sem poder aquisitivo para o consumo e “sem direitos” de ocupar aquele espaço. Para a jovem Busara, foi necessário que a adolescente provasse que dispunha de dinheiro para realizar a compra que desejava; só assim a forma de tratamento mudou.

Outro relato com elementos importantes é o de Hazika, quando fala sobre já ter vivenciado alguma forma o racismo:

Assim da cor? Não, mas assim tem uns que tratam negro diferente. Assim ó, tem uma foto de uma branca e uma foto de uma negra aqui, claro que o branco vai achar a branca mais bonita, e sempre a negra mais feia. Às vezes a negra é mais bonita, mas pela cor ele gosta mais do que é branco. *Tu acha que existe racismo?* Existe. *Já soube de algum caso?* Já, às vezes tem gente que fala assim para mim e é racismo: “Menina tu tá puro a negro”. O que é que tem a ver? Tem aquele ditado assim: “negro quando num caga na entrada, caga na saída”. Isso para mim é uma ofensa, porque tem muitos vocabulários usando o nome negro. Às vezes assim, poxa “a coisa tá preta”. (HAZIKA)

Hazika revela uma percepção sua sobre as relações entre homens brancos e mulheres brancas e negras. Ela diz observar que os homens consideram mais bonita a mulher branca, sendo a negra preterida no momento de escolha do “gostar”. A observação da jovem não foge da realidade expressa nos dados do IBGE de 2010, mostrando que, nesse período, 40.635.085 mulheres brancas viviam em união conjugal, enquanto 6.194.179 mulheres que se autoafirmaram pretas viviam a mesma situação e 35.048.828 de mulheres pardas, correspondendo a 52,2% das mulheres negras, não viviam em nenhum tipo de união conjugal.

Pacheco (2013) assinala que aspectos históricos e culturais estão diretamente ligados aos fatores que contribuem para que mulheres negras sejam preteridas pelos homens em relação às brancas. Para a autora, no nosso imaginário os aspectos fenotípicos da mulher negra (cor da pele, textura e formato do cabelo, formato do nariz) são ligados a estereótipos negativos. Assim, o racismo e o sexismo, enquanto ideologias, regulam preferências afetivas.

Ou seja, além dos estereótipos mencionados, há uma representação social baseada na raça e no gênero, a qual regula as escolhas afetivas das mulheres negras. a mulher negra e mestiça estariam fora do “mercado afetivo” e naturalizada no “mercado do

sexo”, da erotização, do trabalho doméstico, feminilizado e “escravizado”; em contraposição, as mulheres brancas seriam, nessas elaborações, pertencentes “à cultura do afetivo”, do casamento, da união estável. (PACHECO, 2013, p. 25)

Esse fenômeno diz respeito então ao estabelecimento de relações e relacionamentos que o racismo nos impõe: “durante a juventude e vida adulta esta solidão é alimentada pelo desprezo daqueles com quem almejamos estabelecer um relacionamento amoroso, já que passamos a ser vistas somente pelo nosso sexo expropriado e hipersexualizado.” (ANJOS; ARRAES, 2015, s.p.)

O segundo aspecto destacado por Hazika trata dos ditados e piadas racistas que a incomodam por serem ofensivos e preconceituosos. Com as formulações que trouxe até aqui, fica evidente que o racismo é um fenômeno complexo e multifacetado. Ele se propaga por meio de práticas discriminatórias escancaradas, que dificultam acessos e negam direitos, ou podem ocorrer de forma velada, mascarado por brincadeiras, piadas, ditados populares. Servem como fios condutores que alimentam estereótipos em torno da população negra no imaginário social, fazendo por meio destes uma ligação direta entre o ser negro e o ser inferior, ser ruim, ser perigoso. “Nesse contexto, em que o conflito passa para o terreno do não dito, fica cada vez mais difícil ver no tema um problema” (SCHWARCZ, 2013, p. 44).

Enquanto Hazika exemplifica a forma sutil de reprodução dessa ideologia, Núbia e Iruwa destacam o racismo desmascarado, escancarado, gritado a plenos pulmões no momento de conflito.

E tu já presenciou algum caso de racismo na tua família? Já, em uma discussão dos vizinhos com a minha família chamando minha família de negros, macacos. *E por que tu considera que eles são negros?* Por que eles têm a cor mais escura, tipo, eu já sou mais clara, né, sou morena. Minha mãe já é morena. De tudinha, só minha mãe, que é mais clara, assim, né. O resto são tudo negro, meu avô também é negro. (NÚBIA)

Existe, né, mulher. O povo, né, a maioria daqueles pessoais que é branco xinga nós que somos mais moreno. (IRUWA)

E você acredita que existe racismo? Já viu algum caso de racismo? Com certeza, já vi, mas não foi comigo, era uma amiga minha, que é minha prima também. Ela é mais negra do que eu, aí chegou um fulaninho: “valha, é da tua família”. Aí ele disse: “valha, nem parece”, com desdém, dando a entender, porque ela era mais escura que eu, eu não devia querer me identificar como parente dela. (ACAI)

Além de expor o racismo também como um fenômeno “não tão sutil”, que se apresenta no momento do conflito, no desentendimento entre familiares ou vizinhos, como no caso de Núbia, é possível também observar que as adolescentes, cujos relatos foram expostos acima, ao terem que falar de racismo, distanciam-se do ser negra, afirmando-se como mais

claras, morenas, de modo que possam estar o mais distante possível desse sofrimento. Porém, ainda assim elas não deixam de notar quando ocorre e não esquecem. Diante do preconceito de marca fortalecido em nossa sociedade, as adolescentes se utilizam de aspectos fenotípicos que as aproximem o máximo possível da matriz/branca europeia (nariz afilado, cabelo liso, pele branca, olhos claros) uma vez que assim tornam-se maiores suas chances de aceitação social.

Tudo isso indica que estamos diante de um tipo de racismo particular, um racismo silencioso e sem cara [...]. Com efeito, em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na intimidade, é da ordem do privado, pois não se regula pela lei, não se afirma publicamente (SHWARCZ, 1998, p. 181).

O racismo ainda existente no imaginário social se materializa através da discriminação, dos estereótipos e estigmas em torno da população negra, garantindo a reprodução de desigualdades e obstaculizando avanços maiores no que concerne ao desenvolvimento social, econômico e político dos/as negros/as deste país. A identidade desses sujeitos também é impactada dentro desse processo histórico cultural. É nele que as mulheres negras estabelecem sua corporeidade numa tensa movimentação de rejeitar-se e aceitar-se. Isso não foi diferente nos diálogos com as adolescentes, que se encontram em um momento definidor do “ser e não ser”; e que estão em uma fase constante de devir. Ao saírem da infância e vislumbrarem a fase adulta, as meninas entram em uma fase crucial que irá fortalecê-las ou fragiliza-las para enfrentarem os novos obstáculos que a fase irá impor.

Nesse sentido, um aspecto, no decorrer da aplicação das entrevistas me chamou atenção e me fez perguntar a elas: o alisamento de seus cabelos.

Tu alisa o cabelo, é? É sim. Se Deus quiser, se eu for para minha semi no final de semana, e se eu, porque quem tem a semi, elas vão avaliar, analisar e tudo, elas vão avaliar aí ganha dez dias, mas vai dar tudo certo vou passar dez dias com a minha família no Natal e Ano Novo. E se eu ganhar, eu vou fazer meu cabelo de novo, porque eu não quero fazer aqui não, porque eu já tenho cabeleireira certa, minha mãe também faz. O cabelo dela é assim, que nem o meu, aí ela também faz a raiz dela. E por que tu alisa? Porque meu cabelo era assim, igual o da tia (diz apontando para o meu cabelo), bem encaracoladinho, aí eu fui cair na besteira de ir na moda dos outros, aí pronto, estraguei meu cabelo, aí agora deixa assim mesmo do jeito que ele tá. Sei lá, acho que vai ficar muito diferente, prefiro deixar assim mesmo, porque ele já tá assim. Aí eu faço de seis em seis meses. Eu nem lembro a primeira vez que eu fiz, faz muito tempo, eu tinha treze anos. Hoje eu tô com dezesseis, aí eu tenho que acordar cedo, aí passo bem dizer o dia todinho no salão, dá até agonia, tenho que passar bem dizer o dia todinho no salão, aí ela passa produto, aí tira produto, aí lava, depois prancha com outro produto. E se tu parasse de alisar? Eu acho que não ia ficar legal não, porque meu cabelo ele é volumoso, aí eu tenho medo de ficar muito alto, sei lá, deixa assim mesmo, vou continuar fazendo o que faço, e eu acho que não combino mais. (LISHA)

Tu alisa o cabelo? Ah, tem salão aqui, tem, a gente alisa aqui mesmo, só que tá faltando produto na casa. As meninas que estão aprendendo, alisam, mas eu não fiz aqui, eu estava fazendo lá fora, alisando, cuidando, mas eu não tô alisando aqui porque não tem como, sabe. *E tu não gosta dele cacheado não?* Não. É porque era um cacheado muito agressivo, sabe, ele ficava muito fora da cabeça (risos). Aí eu preferia liso. Acho que a primeira vez que eu alisei, eu tinha 14 anos, a minha avó me levou, foi ideia dela, aí eu não alisei por um tempo porque começou a cair, e eu voltei a alisar porque eu quis recentemente. (HAZIKA)

Nesses trechos transcritos, é possível notar que as adolescentes começaram muito cedo o processo de alisamento em seus cabelos, levadas por avós ou mães que também realizavam o mesmo procedimento. Os relatos também demonstram que não é um procedimento fácil, envolve um dia inteiro no salão, passando produtos químicos e mais produtos químicos e, em alguns casos, como no de Lisha, destruindo seus cabelos. Apesar disso, elas preferem fazer a permanecerem com os crespos e cacheados. Para Perotoni (2014, p. 2), o cabelo é “um dos elementos mais visíveis e destacados e constitui-se uma simbologia que distingue de cultura para cultura. Em se tratando da estética, muitas jovens negras vêm sendo alvo de depreciação, principalmente por causa do cabelo, que de certa forma afeta sua autoestima.”

A identidade negra é uma construção pessoal e social que não pode ser elaborada apenas individualmente. Por meio das relações com os grupos é que vamos compreendendo significados e/ou ressignificando símbolos. Para Gomes (2009), a dupla cabelo e cor da pele é forte influencia na construção da identidade negra, sobretudo do cabelo, pois interferem na maneira como o/a negro/a se vê e é visto pelo outro.

“Para esse sujeito, o cabelo não deixa de ser uma forte marca identitária e, em algumas situações, continua sendo visto como marca de inferioridade. O cabelo crespo, objeto de constante insatisfação, principalmente das mulheres.” (GOMES, 2009, p. 2). O cabelo crespo, cacheado, volumoso remete, consciente ou inconscientemente, a uma ancestralidade africana, que para alguns deve ser negada. É uma relação tensa e conflituosa de olhar para si e olhar para o outro, de afirmar quem é e sentir-se aceita, e esta relação não é fácil de enfrentar.

O cabelo do negro na sociedade brasileira expressa o conflito racial vivido por negros e brancos em nosso país. É um conflito coletivo do qual todos participamos. Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no caso dos negros o que difere é que a esse segmento étnico/racial foi relegado estar no pólo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no pólo dominante. Essa separação rígida não é aceita passivamente pelos negros. Por isso, práticas políticas são construídas, práticas culturais são reinventadas. O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do

negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo. Estamos, portanto, em uma zona de tensão. É dela que emerge um padrão de beleza corporal real e um ideal. No Brasil, esse padrão ideal é branco, mas o real é negro e mestiço. O tratamento dado ao cabelo pode ser considerado uma das maneiras de expressar essa tensão. A consciência ou o encobrimento desse conflito, vivido na estética do corpo negro, marca a vida e a trajetória dos sujeitos. Por isso, para o negro, a intervenção no cabelo e no corpo é mais do que uma questão de vaidade ou de tratamento estético. É identitária. (GOMES, 2009, p. 3)

Diante disso, fica evidente que as interlocutoras desta pesquisa passam por múltiplos processos de construção do ser adolescente, ser negra e ser mulher, que se entrelaçam em meio às relações com a coletividade na tessitura de trajetórias individuais. O desafio é então entender a interseccionalidade desses processos e saber que juntos eles agem de forma específica na vida das adolescentes negras. Ignorar essa relação é negligenciar o sujeito em sua complexidade e, dessa forma, prejudicar análises e ações voltadas para e com esse segmento, de modo que se propicie o fortalecimento de suas identidades e que estas saibam identificar e agir sobre as opressões que vivenciam cotidianamente.

Logo, esse desafio torna-se uma forma de contribuição em âmbito específico da realidade de um segmento que sofre tripla discriminação em nossa sociedade. Porém, o estudo de determinadas diferenças não implica a cisão com outros aspectos de igualdade, podendo, em outro sentido, abranger a totalidade sem, contudo, perder de vista uma realidade particular. Isso ocorre com análises que venham oferecer meios de conhecer as diferenças, mas também de fortalecer e articular o teórico crítico ao político, e a luta das mulheres.

4 NARRATIVAS DAS ADOLESCENTES SOBRE SIGNIFICADOS E CONSEQUÊNCIAS DO ATO INFRACIONAL

Na seção anterior, abordei a história particular e coletiva de sujeitos sociais, com sexo, raça/etnia, idade e classe social específicas. Demonstrei que essas particularidades recebem significados a partir de construtos sociais que as transformam em marcas, que conjuntamente implicam consequências ao modo das adolescentes de ser e atuar no mundo. Após as discussões anteriores, pretendo com esta seção abordar outro aspecto da realidade dessas garotas: a prática do ato infracional.

A mídia, o poder público, e alguns grupos da sociedade civil têm transformado a vida de adolescentes que praticaram atos infracionais em um espetáculo brutal, sanguinário e desumano. Por meio de programas policiais veiculados no horário de uma das principais refeições da população brasileira, muitas pessoas se reúnem em volta da televisão para ver a reprise, editada e comentada dos atos infracionais cometidos por adolescentes ou os crimes cometidos por jovens e adultos. Algumas vezes, esses telespectadores esperam pelo desfecho mais dramático: o encarceramento, o linchamento ou o extermínio da pessoa acusada. A máxima “bandido bom é bandido morto⁴¹” tem ecoado em diversos setores denunciando o intenso processo de banalização da violência, moralização da questão social e fortalecimento dos processos de alienação por parte da sociedade, em geral, em relação à violência urbana e à prática de atos infracionais por adolescentes.

A forma como adolescentes e jovens são representados nos programas policiais e nos demais veículos de comunicação realiza um deslocamento na explicação dos atos infracionais para a esfera individualizante, que só amplia a construção de estigmas, como o estereótipo do/a jovem negro/a pobre, perigoso, violento e criminoso. No entanto, é necessário questionarmos: o que acontece nos bastidores da vida real desses adolescentes? Nas linhas que seguem busco lançar reflexões sobre esses acontecimentos no percurso trilhado pelas interlocutoras. Analiso as motivações e os significados atribuídos por elas, sem perder de vista as particularidades que constituem esses atos e as interseções entre gênero, classe e raça/etnia.

⁴¹ Segundo pesquisa Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), ONG que reúne especialistas em violência urbana do país, 50% das pessoas concordam com a afirmação “bandido bom é bandido morto”. Conforme os dados, 45% dos entrevistados discordam dessa posição. Foram ouvidas 1,3 mil pessoas em 84 municípios com mais de 100 mil habitantes.

4.1 O ato infracional: contraposição e complementação entre a narrativa das adolescentes e os registros documentais da instituição

Entendendo essas adolescentes como sujeitos de sua história, capazes de elaborar questões e de executar ações importantes, apresento, nas próximas linhas, trechos de relatórios da instituição, lócus da pesquisa que subsidiou essa dissertação, e das falas das próprias adolescentes sobre o ato infracional cometido. Após isto, lanço mão de discussão sobre os principais elementos motivadores ou facilitadores de suas participações na prática do ato infracional.

Iniciemos então por Chanecia, não por coincidência a primeira com quem conversei e que me permitiu, sem resistência, ouvir um pouco de sua história e suas denúncias frente a tudo que vivenciou (e vivencia).

Chanecia, 18 anos é filha biológica de [...] e do Sr. [...], os pais de Chanecia se separaram quando a socioeducanda ainda tinha apenas cinco anos de idade. Diante disso, a adolescente continuou morando com a mãe e os dois irmãos. Logo os vínculos com o genitor foram se fragilizando e hoje há pouco contato entre os dois. Chanecia relata que não tinha um histórico de envolvimento com a prática de atos infracionais, porém por influências de más amigas, cometeu o ato que a trouxe até a unidade. Nesse interím a adolescente afirma ter consumido apenas maconha e cocaína, tendo ainda deixado de frequentar a escola no 8º ano. [...] Chanecia encontra-se nessa unidade desde 29.08.2014, quando foi encaminhada para internação provisória por motivo de latrocínio, sendo sentenciada pelo Juizado da Comarca de Aquiraz-Ce, 09.04.2014, com medida socioeducativa de internação. (Relatório realizado pela equipe técnica do CEABM como primeira avaliação de Chanecia)

O trecho acima traz uma descrição da configuração familiar de Chanecia e o tipo de ato infracional cometido pela adolescente que a levou a cumprir a medida no CEABM. A infração realizada corresponde ao artigo 157 do Código Penal Brasileiro: “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência [...]”. Sobre a prática de atos infracionais, Chanecia revela como iniciou:

Eu comecei com furto. Eu só ia junto com os meninos e eles assaltavam, depois eu comecei a anunciar também, até que deu esse latrocínio e eu vim parar aqui. Eu saía pra longe de casa, assaltava na rua. [...] *O que foi que te levou a praticar o latrocínio? Só o meu ex-marido mesmo. A gente estava junto. Aí foram assaltar? Quem estava armado?* Todos, eu e mais dois amigos e meu ex-marido. Dois amigos um menor e outro mais velho. *A pessoa reagiu?* Assim, a gente o mandou sair do carro e ele não quis descer aí a gente começou a furar ele. *E você que furou?* Não eles começaram aí depois que eu furei também. (Chanecia, 17 anos)

Na conversa com Chanecia, também ficam evidenciados seus sentimentos em relação à privação de liberdade e ao ato cometido. A mesma afirma que há algo que gostaria de fazer, mas não pode:

Mudar o tempo. Tentar reconstruir tudo que eu perdi. O estudo, ficar perto da minha família. Acompanhar o crescimento dos meus irmãos. Até mesmo (recuperar) uma vida. (Chanecia)

Na fala da adolescente é perceptível a preocupação com o tempo: o tempo dos irmãos, de quem está longe, o seu próprio tempo e o tempo de vida de uma terceira pessoa, a qual teve responsabilidade por seu fim. Outra adolescente entrevistada foi Busara, que destaca o desafio e a independência como se fossem inerentes e inseparáveis de sua vida, mas também fortes impulsores para sua participação na prática de atos infracionais:

Busara (17 anos) é primária em cumprir medidas socioeducativas nesta unidade tendo sido admitida em 05/08/2015, por ter cometido ato infracional tipificado como roubo. Em 16/09/2015, a adolescente foi sentenciada pela 2ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza a cumprir a medida socioeducativa de internação. Filha única sempre morou com os pais Sr. [...] que trabalha com serviços gerais e Sra. [...] que trabalha como atendente. A adolescente afirma ter uma boa relação com os mesmos e que eles não possuem envolvimento com práticas ilícitas. Busara afirma nunca ter feito o uso de drogas ilícitas, por ter receio das consequências que isso poderia causar em seu organismo. Quanto ao ato, Busara diz que não estava armada e não partiu dela qualquer ato violento contra a vítima. Resolveu envolver-se pois estava sem dinheiro e não estava conseguindo arrumar um emprego e utilizaria o dinheiro para comprar algumas coisas que estava precisando.” (Trecho de relatório circunstancial elaborado pela equipe técnica do CEABM)

Na descrição acima, feita em relatório elaborado pela equipe técnica do CEABM, fica evidente o delito pelo qual Busara foi encaminhada a instituição. Esta foi sua primeira vez cumprindo medida socioeducativa, aos 17 anos. Em sua narrativa, ela esclarece que esse não foi seu primeiro ato infracional praticado, pois aos 14 anos já realizava assaltos:

Eu comecei a assaltar porque, eu não vou mentir para ti, eu sempre achei bonito. Chamava atenção a loucura do doido que vai, pega a bolsa e sai correndo. A primeira vez foi um desafio na base da aposta, eu duvido tu ir lá e conseguir. Comecei com 14 anos, ou eu ia mais uma menina ou mais um menino, aí tinha um tempo que eu parava, tinha uma coisa que dizia não vai, aí eu passava um tempo sem ir, depois voltava, e quando eu comecei a namorar com o menino que cáí com ele era tanto assalto quanto tráfico. [...] No tráfico começou com meu primo, ele chegou perguntando para ver se eu conhecia quem era que tinha a boa. Então, eu peguei e joguei a verde no meu namorado por que ele é irmão do menino que vende lá nas Verdes Mares, aí eu já tinha o canal, eu pegava com meu namorado e repassava pro meu primo. Tipo assim, eu não ficava em esquina. (BUSARA)

Em mais uma das falas, é notória a participação direta de namorados ou companheiros na prática dos atos infracionais. No caso de Busara, ela já havia iniciado a

prática de atos infracionais antes de conhecer seu atual namorado, mas foi por meio dele e de seu primo que iniciou no tráfico de drogas. Este assunto será abordado com mais detalhes no tópico seguinte.

Durante o roubo que Busara praticava e que a levou a cumprir medida socioeducativa, outra adolescente entrevistada, Acai, também participou do ato infracional, embora esta relate que seu envolvimento está ligado a uma circunstância diferente:

Acai (16 anos) é primária em cumprir medidas socioeducativas nesta unidade tendo sido admitida em 05/08/2015, por ter sido apreendida praticando ato infracional tipificado como roubo. Em 16/09/2015, a adolescente foi sentenciada pela 2ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza a cumprir medida socioeducativa de internação. Acai afirma não fazer uso de drogas ilícitas, tendo apenas experimentado uma vez com um namorado a maconha, porém segundo ela não voltou a usar. A adolescente diz ainda ter sido a primeira vez a qual cometeu um ato infracional e afirma que não era sua intenção. Segundo o que Acai conta, seu primo a chamou para ir ao shopping e para isso pegaram um táxi, onde foi anunciado o assalto a mesma diz que não sabia o que ia acontecer. Sua participação foi apenas juntar as coisas que a vítima estava entregando e colocar na mochila, não partindo dela qualquer ato de violência (Trecho do Relatório circunstanciado de Acai).

No decorrer da entrevista, Acai esclareceu que estava presente com ela outra adolescente interlocutora desse trabalho dissertativo e que saiu de casa sem saber que a intenção de seu primo, que a convidou para ir ao shopping, era de assaltar. Ela afirma que ao entrar no veículo do taxista se viu sem ter como sair de imediato da situação e, no momento da fuga, se deparou com a polícia. Diferente de Busara, a adolescente que também estava no momento do assalto, Acai afirmou nunca ter feito uso de drogas e que essa foi a única vez que participou de algo assim.

A adolescente Hazika, por sua vez, foi uma das participantes das entrevistas que há mais tempo estava na cumprindo medida socioeducativa na instituição. Sobre os atos infracionais cometidos por ela, o Relatório Circunstancial da Instituição explicita:

A adolescente Hazika foi encaminhada ao CEABM em 19/12/2014, por ter sido atribuído à mesma à prática de ato infracional tipificada no art. 33 da lei nº 11.343/06⁴² e art. 288 do CPB⁴³ para internação provisória [...]. Em 20/01/2015 referida adolescente teve um outro processo julgado referente a ato infracional

⁴² Art. 33. Da Lei que Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad: Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. (BRASIL. Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad: Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006)

⁴³ Art. 288 do Código Penal Brasileiro: Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes: (BRASIL. Código Penal. Lei nº 12.850, de 2013)

tipificado com art 121 §2 I e IV do CPB⁴⁴ e art 33 e 35 da lei nº 11.343/2006 sendo aplicada à mesma a medida socioeducativa de internação.

Hazika está no CEABM desde dezembro de 2014. A adolescente foi encaminhada para cumprir medida de internação devido à prática de venda de drogas e homicídio. Na seção anterior, foi elucidado que Hazika desde muito cedo começou a trabalhar como doméstica, primeiramente na casa do pastor da igreja que frequentava e depois na casa de outra senhora conhecida de sua avó, em Fortaleza. Em sua narrativa, Hazika explica que na época a mãe não tinha condição de mantê-las e, por isso, aceitou a proposta do pastor da Igreja Evangélica de que a filha fosse morar com ele para ajudar sua esposa com os afazeres domésticos. Depois de um tempo, quando a mãe pode acessar o direito à moradia própria por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, a adolescente voltou a morar com ela. Sobre a o ato infracional, ela explica:

[...] minha mãe passou uns meses morando nessa casa alugada com esse homem, depois ela ganhou a casa dos condomínios e nós fomos morar lá, as casas do Minha Casa Minha Vida, sabe? Apesar de ser muito longe da Igreja que a minha mãe frequentava. Ela passou a frequentar outra Igreja, e eu ficava em casa, abandonei a Igreja. E foi aí que eu comecei a usar droga. Conheci as amizades. Quando eu não quis mais morar com o pastor foi o tempo que eu viajei para Fortaleza, eu vim para trabalhar em casa de família, então a mulher não me liberava para ir ver minha mãe, mas não eram todos os meses que eu podia passar uns dias com a minha mãe. Quando ela foi me liberar foi no dia das mães, então eu fui e eu vi que minha mãe não estava mais morando em casa alugada, ela estava nos condomínios, os meninos de lá eu já conhecia, foi então que eu não quis mais voltar a trabalhar, comecei a me envolver, voltei a fumar de novo, comecei a traficar. (HAZIKA)

Sobre o homicídio, a interlocutora revela que foi uma ação a mando do “patrão” (traficante que ocupa maior posição na hierarquia do tráfico na área em que atua). Este, segundo a entrevistada, era o traficante do condomínio onde ela morava e fornecedor das drogas que ela usava. Hazika explica ainda que o “patrão” ordenou que matasse um homem por desconfiar que este levava informações para um grupo rival no território.

Vim por homicídio, assim eu já sabia quem era o menino entendeu, o patrão que comanda lá falou assim para mim: Hazika, nós vamos matar o menino, e eu disse: tá certo, ele disse: vai tu e mais dois. Só que eu não sabia o que era na hora que tinha acontecido, isso nós estávamos articulando de noite, de noite nós fomos buscar as armas lá, um monte de coisa lá, só que esse que estava com nós, estava junto com nós entendeu, ele pegou estava lá junto com nós ajeitando as armas. *E por que queriam matar ele?* Porque ele tava levando e trazendo conversa. Ele era do meu condomínio, era daqui de Fortaleza e fazia pouco tempo que ele estava por lá, ele

⁴⁴ Art. 121. Do Código Penal Brasileiro: “Matar alguém: § 2º Se o homicídio é cometido: I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; II - por motivo fútil; III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido. (BRASIL. Código Penal. Lei nº 12.850, de 2013)

saiu daqui de Fortaleza por causa de dívida de droga. De repente ele começou a ganhar celular e o traficante lá pensou que ele estava perto de nós e ligando pros meninos (de outro grupo do tráfico) para dizer o que nós estávamos fazendo, tipo com os meninos na linha direto ele estando com a gente e com os meninos na linha para eles escutarem o que nós estava fazendo, aí meu patrão não confiou nele e meu patrão mandou nós matar nele. (HAZIKA)

Hazika fala que se arrepende do ato e que o período que está no CEABM a fez mudar de perspectiva. O que é explícito em seu relato é principalmente sua preocupação com a mãe, que está longe e vulnerável a retaliações pelo ato infracional praticado pela interlocutora.

Com relação à família, a situação de Iruwa é diferente das demais adolescentes. Como já apresentado na seção 3, o pai e a mãe dela faleceram ainda quando criança e após morar na casa de conhecidas e ser expulsa, foi trabalhar e morar na casa de uma senhora por quem construiu vínculos familiares. A adolescente explica que não praticava atos infracionais com frequência e que quando realizava era por haver feito uso de drogas (loló e rohypnol⁴⁵).

Mora com o “padrasto” e a mulher que a criou e dois irmãos, relata que a mãe faleceu quando tinha 12 anos. Diz que antes de morrer a mãe era casada com um homem que a assediava sexualmente. Conheceu a família que está morando agora depois que fugiu de casa para se afastar dos assédios. Não conheceu o pai sabe que pouco depois dela nascer ele foi baleado. Tem um filho. Histórico familiar muito complicado, vivência de rua possui grande afeto pela mulher que a cria e uma tristeza profunda pela morte da mãe. Ato infracional cometido atualmente: Assalto e quebra de medida provisória. Descrição do ato: entrou no ônibus e outras pessoas começaram a assaltar. Motivação: Disse que um homem fez confusão com a amiga e ela quis roubar. Arrependimento: “Não fiz nada demais, não furei ninguém, só ganhei R\$13,00”. Como está vivenciando o cumprimento de medida atual? “Tá sendo bom... estou me adaptando com as amigas do dormitório”. (Trechos de relatório do atendimento inicial com setor da psicologia)

A transcrição acima é trecho de um dos instrumentais preenchidos pela equipe técnica do Centro Socioeducativo referente ao atendimento inicial com setor da psicologia. No documento, a profissional registra um pouco das relações familiares de Iruwa e cita algumas de suas palavras no primeiro atendimento: adolescente revelou não considerar grave sua ação por não ter cometido nenhuma violência física contra alguém e por ter roubado valor que considera irrisório, R\$ 13,00. A seguir, o trecho da narrativa da adolescente sobre os atos infracionais praticados:

⁴⁵ “Rohypnol (Flunitrazepam) é um tranquilizante aproximadamente 10 vezes mais potente do que o Diazepam. A droga está disponível como um comprimido branco ou verde-oliva e é normalmente vendido na embalagem do fabricante. Os usuários trituram os comprimidos e cheiram o pó, misturam com maconha e fumam, dissolvem em bebidas ou injetam.” (Disponível em: <http://www.mundosemdrogas.org.br/drugfacts/prescription/rohypnol.html>)

Assim antes de eu ir morar mais ela, nesse tempo que eu passei um ano e pouco eu tinha sido presa, eu fiquei na L.A. depois pronto ficou por isso mesmo eu tinha esquecido. Aí quando foi agora eu mais as meninas, nós estávamos dentro de um ônibus, no Messejana/Siqueira e dois elementos puxaram o cordão para anunciar o assalto, eles não estavam mais nós não, a gente não conhecia eles e eles não conheciam a gente, mas a gente vinha do mesmo lugar da Praia da Abreulândia, e eles estavam perto do cobrador e a gente perto do motorista, mas não tinha nada planejado de roubar tá entendendo, nós fomos na limpeza e voltamos na limpeza, que se fosse da gente roubar a gente teria roubado lá na praia. Aí eles puxaram o cordão e anunciaram o assalto perto do cobrador. Aí tinha uma menina sentada no meu colo com aquelas garrafinha de água mineral com Loló dentro, esse maldito Loló. Então ela se levantou e anunciou o assalto para uma mulher, aí eu fiquei sentada [...]. Aí lá vem ela de novo e diz eu “agentei” uma mulher. Eu disse assim: quem foi, e ela, ela ali ó. Aí quando eu olhei para trás a mulher vem me dizendo “pede a ela para me dar meu celular, pede a ela para me dar meu celular”, eu disse assim: “desce se não eu vou pegar é tua bolsa”, e dentro da bolsa dela tinha um notebook. Ela foi e disse: “espera aí motorista” e ela desceu, então nós fomos para o terminal do Siqueira, nós vamos tudo lá para parada de ônibus dentro terminal e vêm os guardinhas, mandando a gente colocar a mão na cabeça e falou que nós estávamos presas. Foi presa eu e mais duas, aí a K. foi lá pro Auri, e a outra era a primeira vez que foi pega e foi para L.A. (Iruwa)

Iruwa cumpre pela primeira vez a medida socioeducativa de internação. Contudo, já havia sido sentenciada a cumprir medida socioeducativa de liberdade assistida, também por prática de roubo. Ela relata que “não foi assinar” por ter esquecido e, após ser novamente sentenciada, foi encaminhada ao CEABM para cumprir medida de internação. Outra adolescente interlocutora da pesquisa que deu base a este estudo foi Lisha. A seguir, apresento trecho de Relatório Circunstancial da equipe técnica sobre a internação da adolescente:

Lisha tem 17 anos, é reincidente nesta unidade, tendo sido sua primeira admissão em 04/04/2014, para cumprir internação provisória pela prática de ato infracional análogo a homicídio, mas vindo a ser liberada com o decurso do prazo, 45 dias depois. Contudo, a mesma retornou ao centro em 29/05/2014 após referido processo ter sido julgado e aplicada à adolescente a medida socioeducativa de internação, sendo esta sua primeira avaliação semestral. [...] A adolescente tem o perfil um pouco diferente das outras adolescentes da unidade, pois não tem envolvimento com más amizades, tem uma família equilibrada e presente na vida da socioeducanda. O ato infracional foi de bastante repercussão social, fato que deixa ainda a família bastante preocupada, pois a mesma recebe ameaças da comunidade onde reside. (Trecho de relatório circunstancial do CEABM)

Lisha demonstrou muito desconforto ao falar sobre ato infracional cometido. No momento da entrevista, tentei conduzir da forma mais tranquila possível conversando sobre sua rotina no CEABM, seus amigos fora dali e, aos poucos, foi possível questionar sobre o ato cometido. A adolescente explicou como ocorreu o homicídio:

Ela morava lá perto de casa, era de outro bairro perto lá de casa. A gente se conhecia de vista, ela ficava falando coisa quando eu passava na rua dela, aí chegou num tempo que eu não gostei. Aí eu fui na casa dela, ela abriu a porta eu peguei entrei e

comecei. Ela tinha uns quarenta e poucos anos, era uma vizinha insuportável, uma mulher que não dá para morar perto. Ela ficava me esculhambando, falava palavrões comigo, *(Por qual motivo? Por que tu passava na rua dela?)* às vezes era, às vezes não era. *(A faca que tu usou tu pegou onde?)* Na casa dela. Eu tinha levado uma comigo. *(E essa ideia de ir lá como surgiu?)* Não sei, foi o momento tia, o pensamento de fazer isso, e eu já estava com raiva dela, ela me chamava de vagabunda, rapariga, coisa desse tipo, se eu passasse na calçada dela, ela já falava isso comigo. (LISHA)

Conversando com os profissionais do CEABM , ficou evidenciado que a interlocutora praticou o ato junto com sua irmã, embora, em nenhum momento, Lisha a tenha citado. De acordo com o relatório, a irmã, que se encontra encarcerada no Presídio Feminino Auri Moura, declara que Lisha foi coadjuvante no caso. Os jornais também noticiaram a afirmativa, alegando que a irmã mais velha cometeu o crime foi motivada por rixa antiga com a vizinha de 77 anos. De acordo com profissional da instituição, as duas irmãs se desentendiam com a vizinha devido à idosa falar mal delas para outras pessoas. O caso teve grande repercussão no município, por este motivo a permanência de Lisha no CEABM foi justificada em um dos últimos relatórios de avaliação da adolescente no sentido de protegê-la de alguma ação de pessoas da comunidade.

Outra adolescente entrevistada foi Núbia. Apesar da instituição não dispor de seu relatório circunstancial, outros instrumentais foram preenchidas no decorrer de sua internação. Apresento trechos desses documentos:

Situação jurídica: Motivo da admissão roubo. No ato estava sozinha. Estava portando arma branca, não usou de violência. Primeira apreensão? Não. Infrações? Roubo. Já cumpriu alguma medida socioeducativa? Provisória. Pais separados? Sim, desde que a adolescente tinha 8 meses. Figura paterna: ajuda financeira? Sim, esporadicamente, valor R\$ 200,00. Constituiu outra família? Sim, tem dois filhos. Uso de drogas? Não. Bebida alcoólica? Não. Figura materna: vínculo afetivo? Sim. Ajuda financeiramente? Sim. Trabalha com? Serviços Gerais. Vínculo? Formal. Quantos irmão? Cinco irmãos. [...] Recebe bolsa famílias? Sim. Parou de estudar em qual série: 9º ano. Experiência profissional? Sim, garçonne. Área de interesse? Salão. Já foi acompanhada pelo Conselho Tutelar? Sim. Perspectivas futuras? Deseja trabalhar e constituir família. [...] Orientação sexual: Homossexual. Pertença étnico-racial: Parda. Observações: Deixou de estudar mais ou menos em maio. Brigou na escola e foi expulsa. Experiência de vida (tóxicos, prostituição, perambulância, outros): Já usou cocaína e maconha, veio por ordem judicial em decorrência de atos cometidos anteriormente. Expectativas em relação a unidade: espera mudar.

Esses são trechos de documentos da instituição intitulados “evolução de caso”, datado de 3 de novembro de 2015. Entretanto, a primeira admissão de Núbia no CEABM foi em novembro de 2012. Após cumprir internação provisória, a adolescente passou a aguardar em liberdade o julgamento dos atos infracionais praticados. Os elementos apresentados no documento revelam que Núbia foi encaminhada a internação por motivo de roubo, utilizando com uma faca. São também explicitadas informações sobre sua composição familiar,

orientação sexual e pertença étnico-racial. É oportuno apresentar a narrativa da própria adolescente sobre o ato infracional praticado e seu encaminhamento ao CEABM.

É a quinta vez que eu venho para cá, dessa vez eu vim porque o juiz julgou meus processos antigos, 6 meses a 3 anos, mas eu não estava mais fazendo nada de errado, tinha parado estava com um ano e nove meses que eu parei de usar drogas, também parei de roubar, estava só em casa cuidando da minha avó. Por que das outras vezes que eu vim para cá foi só provisória, aí ele julgou os processos anteriores e deu um julgamento de 6 meses a 3 anos. (NÚBIA)

Núbia foi levada ao CEABM por tráfico de drogas e roubo. A adolescente explica que iniciou a venda de drogas no cortiço onde morava e, antes disso, sua tia já traficava e Núbia presenciava as negociações e o preparo das substâncias. A jovem ainda relata que havia parado de consumir e vender drogas.

A interlocutora Kinah participou das entrevistas enquanto cumpria internação. A adolescente é reincidente no cumprimento de medidas socioeducativas. A seguir, apresento trecho de relatório da instituição sobre a adolescente.

Kinah foi readmitida neste centro, em 24.09.15, para cumprir medida de internação provisória pela prática do ato infracional de tráfico de drogas. Em 06.05.15 o Juiz da 4ª Vara Cível de Fortaleza determinou à adolescente o cumprimento da medida socioeducativa de internação. Kinah é filha da Sra. [...], e voltou ao CEABM após ser apreendida comercializando drogas em uma esquina próxima ao seu local de moradia, a adolescente está grávida, e quando ingressou a este centro educacional já estava ciente do fato, e relatou que toda sua família está disposta a dar todo o apoio para cuidar desta criança (Trecho de relatório circunstancial do CEABM elaborado pela equipe técnica).

Kinah explica que assumiu a venda de drogas após seu companheiro, que também é adolescente, ser preso e encaminhado a um Centro Socioeducativo. Depois disso, ela deu continuidade ao que ele já fazia. Nas palavras da adolescente: “ele já era conhecido lá, aí eu sei, quem é que usa e quem é que não usa”.

Kahfi, diferente de Kinah, é primária no cumprimento de medida socioeducativa. O relatório institucional traz o seguinte registro:

Kahfi é primária nesta unidade. Sua admissão ocorreu, em 10.11.15, para cumprir internação provisória pela prática de ato infracional análogo a roubo. Kahfi relata ainda que não possui envolvimento com atos infracionais mencionando que desde os onze anos, faz uso de substância psicoativas, a saber maconha. Contudo, refere nunca ter cometido roubos ou condutas afins para manter esse uso. A adolescente afirma ter conhecido um rapaz em um bate-papo e que estava a três dias mantendo uma “amizade” com ele, quando ele a chamou para ir à praia. Apesar de não conhecê-lo ela aceitou o convite, porém afirma ter ficado com muito medo, pois quando entrou no carro o rapaz a informou que estava com uma arma e que iriam à Caucaia – CE buscar dois amigos dele. Neste momento a adolescente disse ter

pedido para parar o carro, pois ela queria descer do carro, porém por insistência do rapaz ela ficou. [...] Em relação ao ato infracional, Kahfi salienta que não participou efetivamente do roubo, tendo adentrado no veículo que foi subtraído por pressão do condutor do carro onde estava anteriormente, já que este abriu a porta e mandou entrar no veículo roubado saindo em seguida do local. Logo, Kahfi afirma que se viu sem outra opção e com medo de represálias das vítimas, decidiu obedecê-lo (Trecho do relatório Circunstancial de Kahfi no CEABM).

Nas narrativas de Kahfi, ela evidencia que não participou ativamente do roubo. A adolescente enfatiza, em relação a sua rotina antes de iniciar na internação, que participava de atividades de uma associação do seu bairro onde fazia cursos de informática, futsal e bateria, além de também frequentar a escola.

Por fim, esses são recortes de narrativas e relatórios que ilustram parte do complexo universo dessas adolescentes e dos motivos que as levaram a cumprir a medida socioeducativa. A forma de apresentação inicial dos atos infracionais que escolhi com o intuito de fazer a contraposição e, ao mesmo tempo, complementação de informações da institucionais com as informações dadas pelas próprias adolescentes.

Ao observar os relatórios e demais instrumentais disponibilizados pude, notar a preocupação da instituição em registrar principalmente a idade, o tipo de ato infracional, a escolaridade, a configuração e a renda familiar, o uso de substâncias psicoativas. Porém, o pertencimento étnico-racial e a orientação sexual não eram elementos registrados. Após iniciar esta a pesquisa de campo, a instituição passou a fazer esse registro em seus documentos.

Diante da complexidade dessa análise é importante destacar nesse ponto que refuto com esse estudo a ideia de uma trajetória linear. As adolescentes apresentadas em suas múltiplas vivências até agora são sujeitos, como todos os outros, que não seguem uma linha reta com início meio e fim. Assim, elas não seguem uma cronologia, pelo contrário, apresentam histórias compostas de descompassos, incertezas, recomeços, mudanças, rupturas, renegociações consigo mesmas e com os que as cercam, fazendo de sua construção identitária algo em constante movimento.

Diante disso, após essa prévia apresentação, é importante refletir sobre alguns elementos que foram evidenciados em suas narrativas sobre a prática do ato infracional a fim de nos aproximarmos ainda mais de seus “retratos sociológicos”, do substrato que dá movimento a suas vivências, sem perder de vista que estes sujeitos não se resumem à infração praticada. Do universo de interlocutoras dessa dissertação, quanto à prática do ato infracional, as adolescentes tiveram como motivo da atual internação: roubo, homicídio, latrocínio e tráfico de drogas. É importante ressaltar que algumas entrevistadas cumprem medida pela

prática de mais de um tipo de ato infracional, o quadro a seguir ilustra esse dado.

Quadro 3 – Tabela com tipos de atos infracionais praticados pelas adolescentes e número de adolescentes que o praticaram

Tipo de ato infracional	Quantidade de adolescentes
Roubo	06
Homicídio	02
Latrocínio	01
Tráfico de drogas	03

Fonte: Elaborado pela autora

Além da apresentação dos tipos de ato infracional, são notórios, nas narrativas, os diversos fatores que colocam as adolescentes em situação de risco e também funcionam como fios condutores para motivar a prática dos atos infracionais. Diante dessa multiplicidade de elementos, busco apresentar nas seções seguintes alguns desses fatores em sua relação com a vida das adolescentes protagonistas desse estudo.

4.3 Relacionamentos Afetivos Destrutivos

Nas narrativas das adolescentes foi evidenciado que, no decorrer da prática de atos infracionais, as mesmas passaram por relacionamentos amorosos com adolescentes homens também em conflito com a lei. Alguns foram os motivadores para que elas viessem a praticar a contravenção, para outras, foi com eles que elas aprenderam sobre os principais contatos e consumidores para traficar. Nesse sentido a fala de Chanecia é elucidativa:

E por que tu acha que as meninas se envolvem no ato infracional? Mais por, tipo assim, por questão de namorado. Por exemplo? Se o namorado tá fazendo isso ela quer tá perto dele e quer fazer também. No meu caso eu fazia por isso. Por mim eu ia para onde ele fosse. (Chanecia, 17 anos)

De acordo com Pimentel (2008), o afeto, fora dos limites das interpretações psicológicas, é um elemento cultural que influencia na elaboração de representações sociais que fundamentam o estabelecimento do culto feminino ao amor, justificando a prática de atos ilícitos em nome dele. Quando Chanecia fala da necessidade de estar sempre perto de seu companheiro e que, por este motivo o acompanhava a todos os lugares, inclusive no momento dos assaltos, ela ressalta o seu afeto como impulsionador das práticas ilícitas.

Pautar as relações de gênero exige considerar as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres e, assim, as relações de dominação. É no contexto de suas relações com os namorados, companheiros e demais homens com quem se envolvem de diversas formas, que se formulam concepções sobre o feminino e o masculino, sua sujeição ou não dentro das relações e a influência das práticas consideradas delituosas.

Foi possível verificar que essas adolescentes são influenciadas pelos companheiros ou namorados, dado este que corrobora com as atuais pesquisas. Esse fato também nos leva a refletir sobre as relações de gênero e étnico-raciais vividas por elas. Dito isto, questionamos: o que significa tornar-se mulher negra? De que forma essas jovens mulheres se inserem no mercado afetivo? O sexismo romântico e o racismo cordial reverberam formas de violência e opressão/discriminação presentes fortemente nas escolhas amorosas das mulheres negras, na dificuldade que enfrentam para conseguirem relacionar-se de forma prazerosa e serem respeitadas pelos homens.

As narrativas de Busara, por sua vez, demonstram que a adolescente não iniciou a prática de atos infracionais devido ao relacionamento afetivo. Entretanto, foi a partir dele que ela estabeleceu os contatos necessários para comercializar drogas e também passou a realizar assaltos “maiores:.

Faz um ano e... valha meu Deus, agora no dia 27 faz dois anos que eu fiquei com ele. Desde os 15 eu estou com ele, antes eu tinha namorado, mas só não considerava porque não era muito tempo, seis meses, dois meses. Tia aquele menino é um doido. Sabe ele é um doido doido. Olha, se ele vai deixar de assaltar eu não sei, por causa do dinheiro. E ele não precisa não, os pais dele tem um restaurante na Praia de Iracema. *E quando sair daqui você acha que vai voltar a fazer com ele?* Não. Primeiro, eu estou esperando sair daqui para eu terminar com ele. Por que se eu mandar o recado pela outra vai ser triste, a primeira coisa que ele vai dizer é que eu estou ficando com mulher. Mas eu não quero mais ficar com ele, mesmo que eu ainda tenha sentimento, mas é o que vai me fazer bem.

Para Busara, continuar com o namorado poderia influenciá-la a reincidir na prática de atos infracionais. A adolescente demonstra admiração pelas ações do companheiro, por, mesmo sem necessidade financeira, ele traficar e roubar e pelas as situações que vivenciou junto dele. No caso de Busara, o motivo e o risco que corria ao praticar ato infracional passaram por mudanças ao iniciar seu envolvimento amoroso. Foi a partir dessa relação que passou a praticar assaltos maiores e com mais frequência, pois os realizava com o namorado, bem como iniciou outra atividade: o tráfico de drogas.

De acordo com Giddens (1993), as formas de amar têm passado por rupturas e continuidades ao longo da história: no século XVIII, por exemplo, o *ethos* do amor romântico

imperava nas relações. A construção cultural em torno do amor romântico se encaixava as necessidades da família burguesa, definindo lugares diferentes e hierarquizados para homens e mulheres nas relações, com os pressupostos de fidelidade mútua, reciprocidade, atração sexual e completude.

O amor romântico era essencialmente um amor feminilizado. Como revelou Francesca Cancian, antes do final do século XVII, se de algum modo se falava de amor em relação ao casamento, tratava-se de um amor de companheiros ligado à responsabilidade mútua de maridos e esposas pelo cuidado da família ou da propriedade [...] Porém, com a divisão das esferas de ação a promoção do amor tornou-se predominantemente tarefa das mulheres. As ideias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior (GIDDENS, p. 54, 1993).

Já no final do século XIX, o movimento feminista ganha força, as mulheres questionam e exigem a ampliação de seus direitos. Do mesmo modo que essas reivindicações trouxeram mudanças para o mercado de trabalho, as relações afetivas entre homens e mulheres também sofreram alterações. Segundo Singly (2000), as sociedades contemporâneas impõem aos sujeitos o surgimento de um indivíduo original que possui uma identidade pessoal, um “verdadeiro eu”. A este se junta outro imperativo o de ser autônomo, é uma procura “de si” que exige uma atenção do olhar dos outros.

Conforme o autor, o “eu” reclama o papel principal, o que obriga homens e mulheres a alterar seu modo de visualizar a vida comum. A relação amorosa é vista como um espaço para formulação da identidade pessoal, que não deve sufocar o indivíduo, é a busca de uma forma de ser livre ao mesmo tempo em que se está junto. Anteriormente, as mulheres deveriam se realizar pelo sucesso dos filhos e do marido. Hoje, muitas reivindicam um sucesso pessoal, sem mediador, o amor conjugal e/ou maternal não deve mais transformar a dependência afetiva em econômica e social, o que não ocorre só com a mulher, mas com os homens também, a priorização do interesse individual em detrimento do coletivo.

É nesse momento que o ideal do amor romântico perde espaço para o que Giddens (1993) chama de relacionamento puro. Nesse, o estabelecimento de relações afetivas ocorre apenas pela própria relação, ou seja, as pessoas só permanecem juntas enquanto os dois lados consideram satisfatório o suficiente para permanecerem.

Sobre isso a narrativa de Busara é elucidativa, apesar de admitir ainda ter sentimentos pelo seu namorado, ela considera melhor terminar o namoro, pois tem mais a ganhar do que perder; para seus planos individuais de prosperidade, o namorado pode vir a atrapalhar e, assim, ela considera que deve terminar a relação. Para Kinah, a situação foi diferente: antes de ir para o CEABM, a adolescente residiu um tempo com seu companheiro.

que depois foi cumprir medida socioeducativa em meio fechado, e com a família dele. O adolescente comercializava drogas nas proximidades de sua casa e usava esse dinheiro para o consumo de bens materiais e drogas para os dois. Após ser levado preso, Kinah assumiu as atividades que o companheiro realizava.

Com quantos anos tu começou a traficar? Com 17. Meu namorado sustentava a gente com o dinheiro que ele conseguia aí ele foi preso. *Ele pediu para tu continuar vendendo?* Não, eu que quis. *E depois, tu pegou as drogas que tinham lá e foi vender?* Foi, comecei a vender, eu vendia na esquina. Que ele já era conhecido lá, aí eu sei, quem é que usa e quem é que não usa. Eu ficava lá e o povo vinha atrás de mim e eu vendia o craque. (Kinah)

A adolescente explica ainda que espera reencontrar o companheiro ao sair do CEABM, pois no momento da pesquisa estava grávida. Para ela, o adolescente deve assumir sua responsabilidade como pai, conforme mostro na fala abaixo:

Meu padrasto trabalha né, pra assumir os filhos dele. O meu namorado tem que fazer do mesmo jeito. Vai ter um filho. *E ele vai fazer isso?* Ele disse que vai quando ele sair de lá.

Os discursos das adolescentes demonstram que, ao passarem pela experiência da privação de liberdade, as representações que tinham sobre seus relacionamentos afetivos que influenciaram suas práticas sofrem mudanças: elas não veem mais seus parceiros como antes, algumas afirmam querer distância dos que as acompanharam na prática de atos infracionais, outras falam da esperança de manter a relação de um modo diferente, sem envolvimento infracional.

As reflexões evidenciam outro debate que pode ser encontrado na maioria dos estudos sobre a prática infracional feminina, a atuação secundária das mulheres em relação à prática masculina tanto no sistema socioeducativo quanto no sistema penitenciário. Alguns desses indicativos de participação secundária seriam as adolescentes ou adultas que entram no “mundo do crime” por conta da relação com os companheiros ou com grupos de amigos chefiados por homens ou desenvolvem funções auxiliares, principalmente quando envolvida com o tráfico de entorpecentes servindo principalmente para levar e trazer drogas.

Em pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (2015), intitulada “Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas”, essa informação é ratificada, pois é apontado que, de modo geral, no Brasil é perceptível um percentual expressivo de adolescentes internadas por ato infracional análogo ao tráfico de drogas. Segundo o documento, quanto a esse tipo de ato infracional, a motivação

“parece ser pelo fato de ser um tipo de infração que não requer uso de violência” (p.29).

Das adolescentes interlocutoras da pesquisa que deram base a este estudo, seis demonstraram ter participado de casos subsidiários à prática infracional masculina, além de Chanecia, Busara e Kinah, os casos de Acai, Hazika, e Kahfi também são elucidativos:

Aí quando ela foi me liberar (empregadora) foi no dia das mães, aí fui e eu vi que minha mãe não estava mais morando em casa alugada, ela estava nos condomínios, aí os meninos de lá eu já conhecia, aí foi que eu não quis mais voltar a trabalhar, comecei a me envolver, voltei a fumar de novo comecei a traficar. [...] Você acha que existe diferença na prática de ato infracional praticada por meninos e meninas? Assim, os meninos tem capacidade de fazer muita coisa, eles são diferentes das mulheres, nós não, nós somos menor, assim algumas coisas quando os meninos vão roubar às vezes eu vou, e eu ficava só olhando só para segurar a arma, que qualquer coisa em caso de ser preso eu tenho que comer o B.O. [...] Foi vim por homicídio, assim eu já sabia quem era o menino entendeu, aí o patrão que comanda lá falou assim para mim: Hazika nós vamos matar o menino, aí eu tá certo, aí ele disse vai tu e mais dois. (Hazika)

[...] eu nunca pensei que eu daria esse desespero minha mãe. Eu nunca fui de fazer isso não. Era do colégio pro campo, do campo para sinuca, da sinuca ara casa. Aí foi que eu conheci, daí eu fui inventar de entrar no bate papo aí conheci uns colega meu, aí pronto me chamaram para ir para praia que a minha namorada estava trabalhando, aí me pegaram e disseram eu vou pegar dois amigos meu na Caucaia, tu disse que a gente ia para praia? Ele disse depois que a gente fizer o roubo a gente vai para praia. Pronto, a minha participação foi descer do carro que eu estava e entrar no carro roubado, Aí foi que na fuga a gente foi pego. (Kahfi)

As narrativas revelam que algumas das adolescentes eram primárias na prática do ato infracional e envolveram-se por intermédio de amigos ou parentes. Para Hazika, sua atuação secundária se mistura com o ser mulher, pelo fato de ir somente para segurar a arma diferente dos homens, e ao mesmo tempo ser adolescente, aquela que irá assumir a responsabilidade pelo delito caso elas e os demais sejam flagrados. Ela relata ter se envolvido após reestabelecer antigas amizades com alguns garotos, e conta que se reportava a um traficante que chama de patrão. Este a repassava drogas para vender e consumir e foi o mandante do homicídio praticado por ela e mais dois adolescentes.

O caso de Núbia revela que a adolescente iniciou o uso de drogas e a prática de roubos a partir da convivência com amigos usuários. Seu primeiro assalto foi na companhia de um amigo, mas a adolescente não demonstra subordinação aos homens em seu envolvimento com o ato infracional:

[...] quando eu fui crescendo e onde eu morava era um beco, aí começou a morar gente lá que era envolvida com droga, minha tia começou a vender droga, aí ela não quis mais, e aí o cara que abastecia droga para ela perguntou a ela se podia levar alguém para vender lá, aí ela disse que podia, não mandava lá né. Aí começou a andar gente nova lá, de todos os tipos, aí eu comecei a ver o movimento queria me

envolver, aí pronto comecei a cheirar pó, usar cocaína, aí eu vi os meus amigos também roubando comecei a querer também, tudo foi por curiosidade. Eu roubava, para poder sustentar o meu vício [...] Você identifica diferença na prática de ato infracional de meninas e meninos? Não, só que os meninos às vezes têm mais atitude de fazer do que as meninas, tem mais coragem, só isso mesmo, mas a forma é a mesma, de agir de falar mesmo jeito, mesmo pensamento. (Núbia)

As outras duas adolescentes entrevistadas relatam inserções diferentes na prática de atos infracionais: elas não são ligadas diretamente a outros adolescentes do sexo masculino ou homens adultos.

(A primeira vez) Eu estava para lá de Bagdá. Eu tinha usado rocha e rocha é a droga do vacilo, olha rocha você toma e você não se lembra no outro dia do que foi que você fez não, tipo assim dá um apagão na sua mente, e eu tomei, a primeira vez aí achei massa né aquela vez, eu tomava direto, aí fui tomar de novo e aí eu fui roubar. O primeiro roubo eu fui tomar um celular. Eu estava dentro do terminal, teve um encanta Ceará na Praia de Iracema, aí quando a mulher estava subindo dentro do ônibus beba aí ela estava segurando o celular e eu puxei, aí já foi o roubo. Eu não roubava direto não, foi só essa vezada aí, foi essa vez que eu fui presa que eu peguei uma L.A. E não fui assinar. Aí depois eu roubei umas vezadas para assim comprar uns negócio. Mulher assim, eu comprava o que eu estava precisando e mais pra eu fumar maconha, tomava rocha também. O que é Rocha? Rocha é Rivotril. (IRUWA)

Ela morava lá perto de casa, era de outro bairro perto lá de casa. A gente se conhecia de vista, ela ficava falando coisa quando eu passava na rua dela, aí chegou num tempo que eu não gostei. Aí eu fui na casa dela, ela abriu a porta eu peguei entrei e comecei. Ela tinha uns quarenta e poucos anos, era uma vizinha insuportável, uma mulher que não dá para morar perto. Ela ficava me esculhambando, falava palavrões comigo, *Só porque tu passava na rua dela?* as vezes era, as vezes não era. *A faca que tu usou tu pegou onde?* Na casa dela. Eu tinha levado uma comigo. *E essa ideia de ir lá como surgiu?* Não sei, foi o momento tia, o pensamento de fazer isso, e eu já estava com raiva dela, ela me chamava de vagabunda, rapariga, coisa desse tipo, se eu passasse na calçada dela, ela já falava isso comigo. (LISHA)

Nos casos de Iruwa e Lisha, as justificativas das adolescentes referem-se respectivamente a prática do ato infracional para consumo de drogas e conflito devido a ofensas feitas por sua vizinha. Sobre a ponderação do universo da pesquisa, apesar da análise partir de quantitativo reduzido de adolescentes, são reveladores os casos de que três das adolescentes apontam atuação direta auxiliar a seus companheiros. Outras quatro narram o início de seu envolvimento ligado a amigos homens ou parentes, sendo que duas destas não apresentaram histórico de vivência infracional anterior ao que as levou a cumprir medida socioeducativa.

Apesar disso, destaco que somente a perspectiva da prática infracional por parte das adolescentes em relação à subordinação a seus companheiros homens ou amigos não é suficiente para compreender a complexidade que circunda essas garotas. Sendo assim, apresento outros elementos evidenciados nas narrativas.

4.5 O CONSUMISMO, AS DROGAS E O TRÁFICO.

As adolescentes revelam o consumo de bens e serviços como um dos elementos que constituem seu envolvimento em atos infracionais, destacando que a compra de roupas, maquiagens, sandálias, viagens e drogas era o que buscavam adquirir com o dinheiro que conseguiam nos roubos e tráfico de drogas. Nesse sentido, as narrativas que seguem são elucidativas.

Meu namorado também não usava, a gente só vendia, por que o nosso dinheiro não era para como eu posso dizer, para comprar mais para usar, era para comprar roupa, era para viajar, era para passar final de semana em hotéis. Ali na Praia de Iracema, vende aqueles pacotes que passa três dias num hotel, eu adorava aquilo dali, eu viajei para Canoa, Jeri, Camocim. Então eu conheci os lugares. *Se você pedisse a sua família dinheiro para viajar eles não te dariam?* Não, porque como é que uma pessoa que ganha um salário mínimo vai tirar 500 (quinhentos) conto para dar a filha para ela viajar? (BUSARA)

Com o quê gastava o dinheiro? Eu comprava roupas, salto, eu amo maquiagem, coisas de higiene. Não vou mentir [o dinheiro] mais era para mim mesma. (CHANECIA)

Assim quando era assim, quando nós fazia muito dinheiro mesmo, nós se juntava tudo e ia para as praias, nós alugava só um ônibus para nós ir, por que lá tem um ônibus dum rapaz lá que ele alugava, aí todos os finais de semana ele fazia as viagem para o pessoal, vendia umas cartelinha, mas nós reservava só para nós mesmo, só nós mesmo, só nós meninos. Eu já fui para as Andreias, Piauí, para um lugar tipo um sítio lá, aí lá as piscinas era tipo, era bom oh tia, tina coisa de cavalo, tinha piscina. Eu gostava de comprar roupa, gostava de comprar short caro, por que minha mãe assim, ela compra minhas coisas, mas eu gostava de comprar coisa cara. (HAZIKA)

Para Busara, Chanecia e Hazika, o dinheiro adquirido com os roubos e o tráfico era utilizado na compra de produtos para uso próprio, como roupas, calçados; ou para viajar. Na narrativa das adolescentes se destaca a importância para elas do consumo desses bens materiais e culturais. Para Gresolhe (2015, p.6) “os bens de consumo são carregados de significados que os consumidores utilizam para expressar categorias e princípios culturais, cultivar ideias, criar estilos de vida, construir noções de si mesmo e sobreviver às mudanças sociais”. Ainda para a autora, a mídia funciona como forte influência nos padrões de consumo dos/as adolescentes cujos moldes são de diversas cores, sons, imagens e valores. Sobre isso, Trassi e Malvasi (2010, p. 59) acrescentam:

Com a dificuldade do acesso ao emprego, ganham centralidade o consumo e o lazer na busca de status, dignidade e direitos civis; existe um forte desejo de “ser alguém” e de “pertencer”. [...] As atividades culturais e as práticas de lazer, por constituírem espaços fundamentais no processo de sociabilidade interferem, sobremaneira, na construção das identidades dos jovens como sujeitos sociais. Identificar-se, por

exemplo, com turmas de pertencimento, com músicas que costumam ouvir, com festas que frequentam etc. são referências fundamentais na construção da identidade juvenil. Assim referenciados por espaços do lazer e da cultura, muitos jovens podem experimentar a possibilidade de sentir-se “enturmados”, pertencer a determinado grupo que encena formas próprias de comportamento e, conseqüentemente, criar uma visibilidade particular no cenário social.

O consumo exerce importante influência na construção identitária individual e coletiva nessa fase da vida. Por meio de roupas, acessórios e outros bens, adolescentes e jovens constroem um canal de identificação consigo e com o grupo de que fazem parte. Esses elementos assumem a forma de símbolos e representam o que esse segmento absorve e como interpreta o que vivencia em sociedade.

Logo, não podemos deixar de destacar o contexto em que todos estamos inseridos na sociedade capitalista. Nessa, a gênese da formação humana está na desigualdade e tem como centralidade a propriedade privada, dividindo os que possuem os meios de produção e os que possuem apenas a força de trabalho para produzir. O processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social de produção em geral. Este regime perpassa tanto a produção material da vida humana, quanto o processo que se desenvolve sob relações sociais de produção específicas, que produz e reproduz suas condições materiais de existência, as relações contraditórias e as formas sociais através das quais se expressam.

Iamamoto (2000, p. 13) assinala que nessa sociedade, a mercadoria é o caráter predominante e determinante dos produtos. “A forma específica do valor – a forma mercadoria e seu fetiche – entranham tanto as relações de circulação, quanto aquelas que têm lugar entre os agentes de produção”. São invertidos os sentidos das relações sociais, em que as relações entre seres humanos são submetidas à relação entre às coisas.

Na sociedade capitalista, a articulação entre produção, distribuição e consumo é realizada pelo mercado. “O mercado passa a se constituir, assim, num elo de ligação entre as diferentes atividades. [...] Por isso, a produção e a distribuição da riqueza social passam por um processo de coisificação que não obedece a uma orientação consciente dos produtores [...]” (TEIXEIRA, 1995, p.56). Os vínculos morais da sociedade são transformados de valores humanos a valores de trocas; e o mercado passa a interferir diretamente nas bases das relações jurídicas, políticas e sociais.

Em concomitância é exigido dos/as adolescentes e jovens de grupos urbanos populares de baixa renda que ingressem no mercado de trabalho o mais cedo possível como alternativa a outras estratégias de sobrevivência. Vale salientar que os postos de trabalho que

surgem a cada ano não dão conta da absorção desse contingente que continuam a ter oportunidades desiguais, o que impõe a busca de outras estratégias.

Entre essas estratégias está a prática do ato infracional que garante além da sobrevivência, outros ícones de identidade dos quais estão socialmente destituídos, como o reconhecimento de um lugar social. Importante considerar que o envolvimento com a criminalidade, particularmente o tráfico de drogas, garante aos adolescentes e jovens formas de ganho e salários que não obteriam no mercado formal de trabalho. (TRASSI; MALVASI, 2011, p. 41)

O que retorna para as necessidades formuladas dentro da sociabilidade capitalista sobre o fetiche da mercadoria. Aos/às adolescentes isso gera maior inconformismo, quando a eles, por sua condição socioeconômica, é negado fazer parte do ciclo de consumo. Principalmente na contemporaneidade, quando os ícones de identidade a serem consumidos, como *smartphones*, computadores e roupas, são reformulados cada vez mais rapidamente e têm durabilidade ainda menor para assim garantir a lucratividade e a reprodução do capital.

Além do consumo de produtos de beleza e dos gastos para o lazer, as adolescentes também destacaram a prática do ato infracional para adquirir dinheiro para compra e uso de drogas. De nove adolescentes participantes desse estudo, apenas uma afirmou nunca ter experimentado drogas ilícitas. Sobre o consumo, as palavras de Chanecia são um alerta “só usei uma vez, mas não gostei, mas me ofereceram muitas vezes, é mais fácil conseguir droga do que dinheiro. Tem vez que você está numa roda de colegas – porque não são amigos – e eles tão usando e eles oferecem.” A narrativa revela a facilidade de consumir drogas entre os grupos de adolescentes que oferecem aos demais, para ela essas pessoas não são de fato suas amigas, pois estão a incentivar a fazer algo ruim. Nesse sentido, a fala de Núbia também é elucidativa:

Eu comecei a usar droga, por curiosidade, quando eu tinha treze anos, via meus amigos usando, eles sempre me chamavam e eu ficava, ia ou não, ia ou não ia. Aí quando eu comecei a usar, a primeira droga que eu usei foi maconha, depois que eu comecei a usar cocaína e pronto usei também o loló e ripinol, mas não fui pro Crack não. Isso em Quixeramobim, por que quando eu fui crescendo e onde eu morava era um beco, aí começou a morar gente lá que era envolvida com droga, minha tia começou a vender droga, depois ela não quis mais e o cara que abastecia droga para ela perguntou se podia levar alguém para vender lá, ela disse que podia, não mandava lá. Aí começou a andar gente nova lá, de todos os tipos, eu comecei a ver o movimento queria me envolver, e pronto comecei a cheirar pó, usar cocaína, eu vi os meus amigos também roubando comecei a querer também, tudo foi por curiosidade. Eu roubava, para poder sustentar o meu vício, nunca tirei nada de dentro de casa. Nunca pedi dinheiro minha mãe para estar usando droga, eu mesma sustentava o meu vício. Mesmo sendo errado né, roubando, mas pelo menos eu ia tirar dos outros, não tirar de casa né. [...] Eu roubava só para comprar droga, merendar, andar por aí, passear, ir para as praias, andar de ônibus, às vezes comprava roupa, chinelo,

calçado. Eu comecei quando ainda estava no Quixeramobim, aí quando vim para cá continuei, aí eu fiz foi piorar. (NÚBIA)

A adolescente é reincidente e foi levada ao CEABM por quatro vezes devido à prática de roubo. Sua forma de aproximação inicial com as drogas ocorreu também por meio das “amizades” que oferecem as substâncias e a curiosidade da adolescente diante da oferta. Núbia afirma ter se tornado dependente das drogas e os assaltos eram a forma de conseguir adquirir esse produto. Ela reconhece ser errado roubar, mas se orgulha por nunca ter retirado nada de sua família para consumir drogas.

Além do consumo de substâncias psicoativas ilegais, algumas das adolescentes também se envolveram em atividades do tráfico, como é o caso de Busara, já citada anteriormente; e Hazika, da qual a narrativa que segue explicita a forma como ocorreu seu envolvimento:

Quando eu morava com a minha mãe de casa alugada, minha irmã era evangélica, ela frequentava a igreja e eu ia junto com ela, eu gostava muito de sair, eu ia para praça com as amigas, foi aí que eu comecei a usar o cigarro. Mas aí eu comecei a frequentar a igreja firme e o pastor pediu para eu ir morar com ele, eu morei e eu parei, diminuí as amizades, diminuí mais de sair, parei de usar o cigarro. Era o pastor da igreja da mãe, porque minha mãe era solteira nessa época, então quando ela foi para igreja, ela conheceu o marido dela, foi o tempo que o pastor pediu que eu morasse com ele e a minha mãe aceitou. Por que ele não tinha nenhuma filha mulher, ele pediu para eu morar com ele, eu passei a morar com ele, ele me dava tudo, e minha mãe não tinha muita boa condição nessa época para cuidar de mim, eu ajudava ele e ele me dava dinheiro, não me faltava nada, eu ajudava minha mãe, e eu passei uns meses morando com ele. [...]. Depois minha mãe passou uns meses morando nessa casa alugada com esse homem, ela ganhou a casa dos condomínios e nós fomos morar lá, as casas do Minha Casa Minha Vida. Apesar de ser muito longe da Igreja que a minha mãe frequentava ela passou a frequentar outra Igreja, e eu ficava em casa, abandonei a Igreja. E foi aí que eu comecei a usar droga. Conheci as amizades. Quando eu não quis mais morar com o pastor foi o tempo que eu viajei para Fortaleza, eu vim para trabalhar em casa de família, a mulher não me liberava para ir ver minha mãe todos os meses não, para poder passar uns dias com a minha mãe. Quando ela foi me liberar foi no dia das mães, eu fui e vi que minha mãe não estava mais morando em casa alugada, ela estava nos condomínios, os meninos de lá eu já conhecia, foi então que eu não quis mais voltar a trabalhar, comecei a me envolver, voltei a fumar de novo comecei a traficar. (HAZIKA)

A cooptação de adolescentes e jovens para as atividades de tráfico de substâncias psicoativas ilegais é um grave e crescente problema no país. Segundo Trassi e Malvasi (2010), um conjunto de fatores interligados tem facilitado essa realidade; o mercado de trabalho formal instável, a ilusão de ganho fácil e rápido, a identificação juvenil em torno do consumo de drogas e a participação em grupos criminosos. Hazika iniciou com o uso de drogas e após ir morar com a mãe em um condomínio de casas construído pelo Governo Federal para famílias de baixa renda, passou a participar de atividades do tráfico. Durante os

diálogos no qual falávamos sobre ser adolescente, ela destaca algo que não sente vivenciar nem dentro da instituição e menos ainda quando estava fora dela:

O que é ser adolescente? Não sei não, é sermos mais livres, gostamos de curtir, ir para uma festa, ir a igreja. O que é ser mais livre? É ser livre em tudo no que vai fazer, por que tem adolescente que se sente preso. E nesse caso você se considera livre? Aqui dentro não né. E lá fora se considerava livre? Não, só quando eu sair do crime, porque quando eu vivia lá, eu não podia fazer quase nada eu não podia sair, eu não podia ir para uma festa, porque eu tinha medo, eu não podia fazer nada, com medo de me pegarem por aí. (HAZIKA)

Hazika demonstra os riscos aos quais estava exposta ao participar das atividades no tráfico: o território em que podia circular ficou restrito ao condomínio onde morava devido às rivalidades entre grupos adversários e a exposição a algum tipo de violência policial. Por este motivo, a adolescente repete constantemente o medo que sentia de ir e vir, e o medo que sente ao estar no CEABM, de alguma retaliação pelo homicídio que praticou.

Tenho medo pela minha família, porque eu me culpo assim, eu penso, eu era envolvida, a minha família tá lá fora, eu não sei o que vai acontecer com eles, eu tenho medo de alguma vingança, a minha mãe teve que sair da casa que ela ganhou da prefeitura. E eu peguei de seis meses a três anos, ela não quer que eu volte para lá. As pessoas que nós conhecemos não tem coragem não de fazer nada com nós. Mas ninguém sabe se ele tem família aqui que tenha coragem de fazer isso. (HAZIKA)

O tráfico de drogas é um campo de grande incidência de violência entre e sobre os jovens e o envolvimento infracional de Hazika ilustra essa realidade. Ela foi levada ao CEABM por homicídio praticado contra outro adolescente, por este desrespeitar a hierarquia e regras do grupo do tráfico ao qual pertencia. Assim sobre ordem do traficante que chama de “patrão”, Hazika e mais dois garotos praticaram o ato infracional que a levou a cumprir a medida socioeducativa de privação de liberdade. Sobre essa relação de duplo risco a que estão expostos adolescentes e jovens no circuito do tráfico de drogas, Trassi e Malvasi (2010) elucidam:

Em primeiro lugar, há o risco constante da violência no interior do tráfico: um labor cada vez mais profissionalizado, que implica para o ser jovem estar vulnerável à violência e ao despotismo dos hierarquicamente superiores. Em segundo lugar, ao se exporem nas ruas portando substâncias ilícitas, os jovens que trabalham no tráfico tornam-se os sujeitos privilegiados da violência policial. Estes jovens estão, portanto, no “fio da navalha”: entre a violência dos “patrões” e aquela efetivada pelo Estado. A experiência limite do jovem traficante, o “fio da navalha” é viver as possibilidades de realização mais banais do cotidiano contemporâneo, de consumos e status intensos e fugazes que o dinheiro do tráfico pode proporcionar; efetivamente sentir-se morto ou potencialmente morto pela violência policial que o cerca. (TRASSI; MALVASI, 2010, p. 74)

É importante destacar nesse ponto que as condições materiais, isoladamente, não justificam o envolvimento dos sujeitos e as múltiplas violências que permeiam as relações no tráfico de drogas. Uma análise pautada nessa perspectiva recairia sobre a criminalização da pobreza, como se existisse uma relação causal entre pobreza, marginalidade e criminalidade, em que esta última seria “uma reação à dissociação entre aspirações socialmente (consensualmente) aprovadas e as alternativas legítimas de conquista pessoal, aspirações inalcançáveis para os pobres e desorganizados” (ZALUAR, 2004, p. 255).

Na criminologia contemporânea, afirma-se que os valores da delinquência – a busca de emoções, transgressão da norma, o desprezo pelo trabalho duro e rotineiro e o culto aos marginais heróis e ao dinheiro – são amplamente distribuídos em toda a sociedade. Afirmar a associação entre pobreza e violência, leva a um claro viés que reforça a discriminação sobre os pobres, tanto nas instituições encarregadas de reprimir o comportamento considerado criminoso, quanto no imaginário da população em geral (ZALUAR, 2004, p. 257)

Para Zaluvar (2004), é um equívoco relacionar unicamente o tráfico de drogas com a pobreza, uma vez que adolescentes de diferentes classes sociais consomem e comercializam drogas. Para Trassi e Malvasi (2010, p. 75), “o tráfico de drogas é uma atividade que compõe tendências atuais do consumo, estilo de vida e valores recorrentes entre jovens de todo o mundo”. Dentre os seus significados, também se configura em muitos casos como uma possibilidade concreta de atividade rentável, principalmente para aqueles que possuem menos possibilidades no mercado formal.

Dados atuais também comprovam essa realidade: no ano de 2013 a população adolescente correspondia a 21,1 milhões, segundo o censo do IBGE (2013), destes 83,5% viviam em extrema pobreza. De acordo com o Levantamento Anual Sinase (2013), o número dos/as que estavam em cumprimento de medida socioeducativa no mesmo ano correspondia a “23.066 adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em restrição e privação de liberdade”, em novembro de 2013, “e outros 659 em outras modalidades de atendimento (atendimento inicial, sanção, medida protetiva)”. Daí a necessidade de compreensão da prática do ato infracional como um fenômeno multifacetado e contraditório que, enquanto forma de produção social, gera visibilidade perversa aos que o praticam, ao mesmo tempo que insere e gera identificação, instaura também estigmas, colocando os/a adolescentes ainda mais próximos do encarceramento ou extermínio.

Após tais análises, a prática infracional demonstra ser uma forma de adquirir visibilidade por parte das adolescentes. A violência emerge como valor e uma condição de reconhecimento na contemporaneidade. Conforme Canetti e Maheirie (2010),

A ação infracional mostra, portanto, toda a sua contradição, pois na busca de inscrição (inclusão) na cidade, instaura novamente o estigma (exclusão). Ela pode ser uma forma de produção social encontrada pelos jovens para tentar enfrentar o não oferecimento de espaços de visibilidade, porém, na realidade, mantém o estigma de “desviante”, os colocando ainda mais perto de seu próprio desaparecimento e extermínio. (p. 583)

De acordo com Zaluar (1999), a participação de adolescentes e jovens no “mundo do crime” não se elabora como uma alternativa de escapar para uma vida digna ou de combate ao sistema capitalista. A autora critica teorias que consideram a criminalidade como forma de resistência à ideologia dominante:

Nessas mortes, os pobres não estão cobrando dos ricos, nem estão perpetrando alguma forma de vingança social, pois são eles as principais vítimas da criminalidade violenta, pela ação da polícia ou dos próprios delinquentes. Vivem, de fato, segundo as regras da vingança privada, graças à predominância de um ethos guerreiro e à ausência de uma instância jurídica, estatal ou não, na resolução de conflitos. (ZALUAR, 1999, p. 68)

A ação criminosa ou infracional aparenta ser a busca por uma possibilidade de existência real e simbólica pela via infracional. No entanto, estes/as adolescentes autores desses atos terminam transformando o outro em seu objeto, e não transformando, de fato, as relações desta sociedade (CANETTI; MAHEIRIE, 2010).

Após as análises elaboradas até aqui é notável que as motivações para a prática de atos infracionais das adolescentes guardam profundas relações com as vulnerabilidades sociais e os riscos vivenciados pelas interlocutoras em suas trajetórias de vida. A vulnerabilidade social é um conceito complexo que só pode ser entendido a partir de uma análise relacional – dialética, só assim o fenômeno perde a aparência de contingência individual e de fatalidade. Para isso, é necessário abordar o tema por meio da lógica social, utilizando o conceito de necessidades humanas.

De acordo com Araújo (2009), as necessidades humanas ultrapassam a abrangência das necessidades naturais (alimentar-se, vestir-se, abrigar-se, dentre outras) e tratam de um complexo interativo de necessidades que engloba o ser, o ter, o fazer e o interagir no mundo com condições para que os indivíduos existam de forma participativa, autônoma, com liberdade e proteção. A negligência sobre a satisfação dessas carências do ser

humano leva a sérias consequências que comprometem sua trajetória de vida. Sem autonomia para agir, não há como haver participação na vida social e as escolhas dos sujeitos sobre o que fazer e como fazer tornam-se restritas e obstaculizam o desenvolvimento humano ao longo da vida.

Nesse sentido, é possível perceber as necessidades humanas das adolescentes não satisfeitas. É no confronto entre as características individuais e familiares – ciclo de vida, tipo de arranjo familiar, escolaridade, renda corrente, formas de inserção no mercado de trabalho e condições de saúde – e suas possibilidades de desfrute dos bens e serviços ofertados pelo Estado, sociedade e mercado que se definem suas efetivas condições de vida e possibilidades de mobilidade social. Assim, as adolescentes vivenciam cenários de baixa escolaridade, inserção ilegal e precária no mercado de trabalho, frequentam territórios marcados pelo tráfico de drogas, apresentam vínculos familiares fragilizados com pelo menos um dos pais ou responsáveis e residem em territórios estigmatizados e com deficiência no acesso da oferta e da qualidade das políticas públicas.

As interlocutoras ainda se encontram expostas a uma situação de risco que aprofunda as demais: a condição de pobreza, que amplifica suas vulnerabilidades sociais, uma vez que elas estão mais expostas aos riscos sociais e têm menos recursos para enfrentá-los. Nesse sentido é preciso visualizar a pobreza como

Um fenômeno multidimensional em que há falta do que é necessário para o bem estar material. Associa-se a esse conceito a falta de voz poder e independência dos pobres que os sujeita à exploração, à propensão à doença; à falta de infraestrutura básica, à falta de ativos físico, humanos, sociais e ambientais e a maior vulnerabilidade e exposição ao risco (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.11).

Diante das vulnerabilidades que vivenciam, as adolescentes e suas famílias são prejudicadas em sua capacidade de resposta aos riscos a que foram e são expostas. Exemplos destes riscos são a segregação espacial (precárias condições de infraestrutura, saneamento), a violência doméstica, o abuso sexual, a discriminação de gênero e a discriminação racial na escola, no trabalho e nas relações familiares; o uso abusivo de drogas; os relacionamentos afetivos abusivos; o abandono familiar; a pobreza e a dificuldade para garantir sua sobrevivência; o abandono escolar; os conflitos familiares; os conflitos comunitários; a influência de amigos e de parentes (tios, tias, primos); as relações de trabalho opressivas, abusivas e sem garantias; a função e força do consumismo. Desse modo, o campo dos riscos sociais diz respeito ao “convívio conflituoso de diversas formas como das ofensas, da presença de desigualdade, do desrespeito à equidade e das violações das integridades física e

psíquica. São os riscos que surgem das relações e que levam à apartação, ao isolamento, ao abandono, à exclusão” (SPOSATI, 2009, p.29).

Fica implícito nas discussões que preenchem esta dissertação de que são várias e complexas as situações que influenciam comportamentos violentos e que vitimam as adolescentes participantes da pesquisa que deu base a este estudo. Para uma leitura adequada sobre a realidade social vivida por elas, é preciso empreender olhar aprofundado sobre estes riscos aos quais as adolescentes estão expostas e a capacidade de resposta que estão em condições de dar.

O desafio está em abordar as adolescentes como sujeitos de sua história em constante construção identitária, que não estão isentos das opressões de raça/etnia, gênero e geração. Tal posicionamento não se reduz apenas a uma opção teórica, trata-se de uma postura metodológica e ética, sendo adolescentes negras seres singulares que se apropriam do social, transformam em representações, aspirações e práticas, que interpretam e dão sentidos ao seu mundo e às relações que os mantêm e fazem suas escolhas dentro das condições objetivas que vivenciam.

5 O TRATAMENTO JURÍDICO E SOCIAL DIRECIONADO AOS/ÀS ADOLESCENTES AUTORES/AS DE ATOS INFRACIONAIS

O que significa juridicamente ser considerado adolescente na contemporaneidade? De que modo esse significado repercute para aqueles que vêm a praticar ato infracional? Para chegar a essas respostas importa dizer que os conceitos científicos, as formulações jurídicas e as representações sociais têm passado por mudanças ao longo de nossa história. Posto isto, lanço breve reflexão sobre esse panorama complexo para que possamos compreender o processo de exclusão contemporânea de adolescentes negros/as, a começar pelo período Colonial.

5.1 O PERÍODO COLONIAL E OS ARQUÉTIPOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POBRES: OS/AS INDÍGENAS, OS/AS NEGROS/AS E OS/AS BASTARDOS/AS

No que se refere a ordenações jurídicas de definição das concepções de crianças e adolescentes no Brasil, Francisco e Luigi (2015) enunciam que só temos registros a partir de 1824. Antes disso vigoravam as Ordenações Filipinas, uma concepção medieval que definia como pequenos adultos aqueles a partir de sete anos de idade. Como já mencionado aqui, o período colonial brasileiro foi marcado por um sistema escravista e exploratório em que as relações sociais foram forjadas baseadas no paternalismo e no patrimonialismo, com o poder fortemente centralizado nas mãos dos latifundiários e traficantes de escravizados.

Anteriormente à chegada dos portugueses, crianças e adolescentes indígenas misturavam-se aos adultos no lazer e no trabalho; já após a chegada dos colonizadores, foram enviados até o “novo mundo” os jesuítas, representantes da Corte e da Igreja Católica, para que pudessem domar e domesticar os “selvagens inferiores” (FRANCISCO; LUIGI, 2015). Na busca por converter crianças e adolescentes indígenas, a Companhia de Jesus também tentava suprimir seus costumes e valores.

Os jesuítas tinham nas crianças indígenas um alvo em especial, por acreditar que a partir destas poderiam evangelizar os adultos. A criança negra escravizada, diferentemente, era considerada problema desde a gestação da mãe. Pelas precárias condições de vida, as negras escravizadas corriam risco de morte durante a gravidez, o que para os senhores de engenho significava prejuízo. Para Fialho (2014) *apud* Faleiros (2009), as crianças negras eram desvalorizadas por serem pouco úteis nas atividades de trabalho. Essas crianças muitas vezes, eram vendidas por baixos valores ou até mesmo doadas a outras famílias para serem

usadas como animais de estimação que deveriam divertir visitas e entreter as crianças brancas das famílias abastadas.

Os filhos das escravas eram basicamente divididos em três categorias etárias: do nascimento aos sete anos, ficavam aos cuidados da mãe e eram considerados inúteis; dos sete aos 12 anos (para meninas) ou 14 (para meninos), ingressavam no trabalho em uma condição de aprendiz e realizavam tarefas sem tanta rigidez como no caso dos adultos; e após 12 ou 14 anos eram obrigados a constituir força de trabalho escravo (FIALHO, 2014, p. 17).

Em situações em que a criança negra fora gerada por meio de estupro realizado pelos senhores das fazendas ela permanecia, em alguns casos, convivendo com a mãe no local, mas na condição de bastarda, não era vista como herdeira, bem menos alvo de afeto e cuidados do pai. (FRANCISCO; LUIGI, 2015 apud MATTOSO, 2000). Uma das primeiras legislações voltadas a esse segmento foi a Lei do Ventre Livre de 1871, já citada neste trabalho dissertativo. Essa lei tratava-se de uma falácia, pois determinava que a partir de sua promulgação as crianças negras que nascessem seriam livres. Contudo, até os oito anos de idade deveriam ser “cuidadas” pelos senhores, e após este prazo o senhor deveria fazer a escolha entre libertá-la e receber uma indenização do Estado ou permanecer com esta até que completasse 21 anos de idade.

Havia ainda as crianças abandonadas, por motivo de pobreza ou por serem frutos de relações fora do casamento. Essa gravidez indesejada levava as mães a abandonarem os pequenos em portas de igrejas, locais públicos, abrigos, etc. Já no que se refere à proteção destinada as crianças pobres, Vasconcelos (2003, p. 84) enuncia que “apresentou-se em sua trajetória histórica sob distintos vieses. Inaugurada pela via da caridade – quer a individual, quer a oficial orquestrada pela Igreja –, iria ter, nas Santas Casas de Misericórdias o lócus de distribuição do remédio do corpo e da alma”.

No Brasil, a primeira Santa Casa de Misericórdia fora instalada no Rio de Janeiro em 1567. O Ceará, por sua vez, realizara a criação dessa mesma instituição em período mais distante, em 1861, em Fortaleza, motivado principalmente pelos problemas provenientes da seca. É salutar destacar que, em 1693, o Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Paes de Sandre, observando o crescente número de problemas envolvendo crianças desassistidas, enviou ao Rei de Portugal uma carta solicitando ações que reduzissem as mortes das crianças pobres e foi uma importante cobrança sobre essa questão. O rei respondeu a esta solicitação determinando à Câmara e ao Conselho a responsabilidade desses cuidados com as crianças abandonadas ou expostas. Porém, as autoridades eles alegaram insuficiência de recursos e

reencaminharam a responsabilidade à irmandade Nossa Senhora da Misericórdia, uma vez que esta já cuidava dos órfãos (VASCONCELOS, 2003).

O número de crianças enjeitadas, fosse por falta de posses da família genitora ou abandono proposital, fosse por serem mamelucos e mestiços, crescia e preocupava as autoridades. Esse fato que levou, em 1726, o Vice-Rei e o arcebispo a buscarem negociar com as misericórdias a ampliação do atendimento propondo a aprovação de alvará regulamentando o recolhimento de esmolos, visando a levantar recursos para assistir os expostos em asilos denominados de rodas dos expostos. No Brasil a primeira roda foi criada na Bahia, em 1726, depois surgiu a do Rio de Janeiro, em 1738 [...]. As rodas apresentavam um sistema de assistência legalmente regulamentado aos menores até a idade de sete anos. Após esse período, as crianças ficavam a cargo das determinações dos juizes de órfãos, que os distribuíam para casas de recolhimentos, onde deveriam aprender um ofício e se preparar para uma profissão no caso dos meninos, ou para o casamento, para as meninas. (FIALHO, 2014, p. 20)

A roda dos expostos era uma instituição de acolhimento de crianças, com registros de sua primeira aparição no ano de 1198 na Itália. Sua denominação advém do instrumento cilíndrico rotativo utilizado para transportar a criança do lado de fora para dentro da instituição. Apesar de seu objetivo ser acolher e evitar as mortes prematuras de crianças, contraditoriamente ocorreram inúmeras mortes nesses locais, devido às precárias condições de higiene e estrutura, assim como aos problemas de saúde com os quais muitas crianças já chegavam (VASCONCELOS, 2003).

Em síntese, no Brasil Colônia, apesar da necessidade de povoamento não se percebe uma política populacional. Foi um período de desvalorização da criança, inclusive de sua existência e vida. As crianças e adolescentes escravos eram considerados mercadoria e sua mão-de-obra explorada. Os expostos, recolhidos e assistidos pelo sistema da roda ao final de suas diferentes etapas, eram conduzidos (os poucos sobreviventes) ao trabalho precoce e explorado, pelo qual ressarciam seus “criadores”, ou o Estado, dos gastos feitos com sua criação (FALEIROS, 2009, p. 220).

Até então, a discussão sobre adolescência ou juventude inexistia, pois se considerava que de criança se passava para a fase adulta, intensificando ainda mais as atividades laborais para aqueles que já as vivenciavam na infância. Com a vinda da Corte Portuguesa, no período de 1808 a 1822, foram feitos novos investimentos em estrutura, comercialização, atividades agrícolas, assim como investimentos educacionais: Academia de Belas-Artes, a Escola Real de Ciências, a Academia da Marinha, Colégios de Medicina e Cirurgia foram construídos na Colônia a fim de satisfazer as necessidades da Corte. (FIALHO, 2014)

É importante dizer que à Corte não interessava utilizar recursos financeiros do Estado com políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes pobres e era dada atenção

diferenciada a cada grupo que constituía o segmento infantojuvenil: às crianças de classe abastada, um universo de melhores condições para seu desenvolvimento educacional; às pobres, a caridade e árduos dias de trabalho nas residências, na agricultura, pecuária e fábricas. Já aos que não conseguiam suportar essas condições e fossem perambular pelas ruas ou praticar alguma infração, eram destinadas severas medidas punitivas (FIALHO, 2014).

Após a Proclamação da Independência do Brasil em 1822, promulga-se, em 1830, o primeiro Código Criminal do Império. O Código fixou a imputabilidade penal plena aos 14 anos de idade, estabelecendo um sistema biopsicológico para a punição de crianças entre 7 e 14 anos. Nesta faixa etária, os menores que agissem com discernimento poderiam ser considerados relativamente imputáveis, sendo passíveis de recolhimento às casas de correção, pelo tempo que o juiz entendessem conveniente, desde que o recolhimento não excedesse a idade de dezessete anos (SILVA, 2011, p. 34).

Essas determinações nos permitem observar como crianças e adolescentes pobres, indígenas, negros ou bastardos eram considerados no Brasil Colônia e Império: sem importância no que se refere a receber investimentos em seu desenvolvimento, mas com valor para o usufruto de sua mão-de-obra de forma desumana.

A partir dessas explicitações, foi possível compreender a forma perversa de tratamento para com as crianças e adolescentes pertencentes aos baixos estratos sociais de cativos ou escravizados, pobres (brancos, indígenas) e outros. É possível notar a dominação, a opressão e a subordinação que selavam o futuro desses sujeitos ancorados numa legislação punitiva e de coisificação dos escravizados. Desse modo, mesmo visualizando muitas transformações no tempo presente, compreendemos as fragilidades do sistema de justiça e a presença de crianças e adolescentes sendo reféns do descaso e do abandono na atualidade, o que repõe condições análogas ao tempo colonial e do escravismo. Adiante discuto as continuidades e mudanças desse tratamento no período republicano.

5.2 A REPÚBLICA, A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RACISMO E O ASSISTENCIALISMO

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que vai de graça pro presídio
E para debaixo de plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que fez e faz história

Segurando esse país no braço
 O cabra aqui não se sente revoltado
 Porque o revólver já está engatilhado
 E o vingador é lento
 Mas muito bem intencionado
 E esse país
 Vai deixando todo mundo preto
 E o cabelo esticado.

(Trecho da música A carne escrita por Marcelo Yuka, Ulisses Cappelletti, Seu Jorge)

A música cantada por Elza Soares e escrita por Marcelo Yuka, Ulisses Capelletti e Seu Jorge, retrata magistralmente as consequências de um projeto racista de nação, iniciado no período colonial e que com a Proclamação da República (1889) e a abolição da escravidão (1888) – apontada já nesses escritos como um processo inacabado –, assume dimensão institucional. Com a República, foram estabelecidos requisitos formais para a universalização dos direitos dos cidadãos. Em tese, os obstáculos jurídicos e políticos foram ultrapassados com a abolição da escravatura, a generalização do trabalho livre e a instauração da propriedade privada. Foram assim erguidas bases para a organização capitalista da produção e a burguesia brasileira aceitou os princípios da livre concorrência, mas se opôs, na prática, à igualdade jurídica e política.

O Estado brasileiro adotou de modo intenso nesse período o objetivo de exterminar a população negra, por meio de um projeto de sociedade que buscava garantir a branquitude como paradigma, independente dos meios. Fosse pelo controle de procriação da mulher negra,⁴⁶ a não oferta de condições mínimas para sobrevivência dos ex-escravizados, a substituição de sua mão de obra pela de imigrantes ou mesmo a violência policial, o Estado buscava excluir e exterminar o povo negro até que não existisse mais. Essa tentativa evidentemente não se concretizou, mas a segregação erguida no pós-abolição nos possibilita compreender que não podemos falar de criminalidade infantojuvenil sem passar pelo crivo do racismo.

Bertin (2011) demonstra como o corpo policial agia em São Paulo com o intuito de reprimir negros e negras em seus momentos de lazer, manifestações culturais ou religiosas.

Observando os registros de entrada de africanos livres presos na cadeia da cidade, nos anos 1853, 1854, 1855, 1859 e 1865, notamos intolerância à presença daqueles negros pelas ruas. Dos 58 registros coletados para estes anos, em 50% deles o motivo alegado foi a embriaguez, muitas vezes agravada pela ocorrência de “turbulências” nas ruas da cidade; cerca de 15% das prisões foram motivadas por furtos ou ofensas físicas; 9% por suspeita de fuga; 6,8% por infração de posturas — como Mathias, que foi preso “por haver deitado porcaria na mesma rua” — e as

⁴⁶ Ver Werneck e Romero (2003): Ou belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio)tecnologias.

demais prisões deram-se por motivos diversos, entre os quais resistência à prisão. [...] Muitas vezes os encontros dos africanos não se davam pelas ruas da cidade, mas nas áreas mais distantes, numa tentativa de escapar das repressões policiais. Foi porque os africanos tinham ocupado uma área no Campo Redondo que, em 1851 o chefe de polícia da capital ordenou ao delegado uma atenção especial naquela área. ‘(...) comunico ao Sr. Dr. delegado que para o lado do Campo Redondo, em um dos quintais abertos que aí existem, se reúnem aos domingos diversos pretos, entregando-se a jogos e, talvez a outros fins, o que será também conveniente ter em atenção’. (BERTIN, 2011, p. 123/124)

No país que começava a se moldar sob a forma do capitalismo, a organização social, espacial e econômica foi sendo erguida de forma cingida e segregada. Essa realidade foi ampliada no Período Republicano, por a exclusão contínua que seguia critérios de raça/etnia, definindo onde se concentraria maior parcela da renda, por coincidência histórica nas mãos da população branca e elitista. Junto ao processo de urbanização, foi definida a concentração territorial da população, também por coincidência histórica, foi infligida à população negra os lugares com nenhuma infraestrutura para viver e sobreviver, às “margens” das cidades, nas periferias do urbano e do rural, posto que essas duas zonas lhes eram proibidas, inclusive às crianças e adolescentes pobres e negras.

Como já explicitado, no período pré-republicano, o Brasil direcionou suas ações ao segmento infantojuvenil em caráter exclusivo caritativo-assistencial, representado principalmente por problemáticas causadas pelo abandono e enjuntamento de crianças, as quais se reservava a institucionalização por meio das Casas de Misericórdias. Com a Proclamação da República, muda-se a perspectiva de Estado e altera-se também o interesse jurídico pelas crianças e adolescentes. De acordo com Vasconcelos (2003), os ideais iluministas que tomaram corpo na Europa no Século XVII e XVIII – onde a racionalidade seria nova bússola para as ações humanas com o homem como a referência principal – chegaram ao Brasil em fins do século XIX, significando às crianças e adolescentes pobres maior controle e disciplinamento.

Com o desenvolvimento da economia, construção de estradas, ampliação de portos, expandiram-se as formas de trabalho, acarretando um crescimento desordenado, sem preocupação com condições básicas para a existência daqueles que dependiam da venda de sua mão-de-obra para sobreviver. A consequência foi a ampliação das mazelas sociais, obstáculos reais ao ideário positivista de ordem e progresso. Para esses problemas sociais, a caridade não serviria sozinha como remédio paliativo: “requeria, o quadro, medidas calculadas, projeções de resultados. [...] E, sob essa lógica, passaram a ser organizadas, as ações, as instituições relativas às infâncias, sobremaneira, aquelas que iriam necessitar ser

postas nos trilhos, as que requeriam um braço e pulso mais fortes [...]” (VASCONCELOS, 2003, p. 95)

Nesse momento, a mais necessária “matéria prima” para o desenvolvimento econômico do país era a força de trabalho, já para a manutenção da hierarquia de classes eram imprescindíveis corpos dóceis, saudáveis e economicamente úteis.

A consciência de que na infância estava o futuro da nação, no século XIX, estava associada à necessidade de manutenção da ordem e de criação de mecanismos que protegessem a criança dos perigos que pudessem desviá-la do caminho da disciplina e do trabalho. Assim como era preciso defender a sociedade daqueles que se entregavam à viciosidade e ameaçavam a paz social. O desdobramento das ideias e das práticas visando a proteção e o controle deste segmento da população é semelhante aquele ocorrido nos demais países do Ocidente, revelando formas bastante ágeis de interação e comunicação entre os atores sociais que representavam a elite filantrópica e política da época (RIZZINI, 2005, p. 2).

Com a abolição da escravidão, muitos meninos e meninas negros/as passam a circular pelas pequenas cidades em busca de sobreviver. O trânsito desses pelos centros urbanos é visto pelas elites como perturbação a ordem. Diante dessas circunstâncias, era necessário um controle diferenciado sobre o segmento infantojuvenil que poluía o horizonte do progresso republicano. Conforme Vasconcelos (2003), a filantropia seria então o mecanismo de direcionamento e execução das ações e organizações que atuariam com o segmento infantojuvenil.

O fato é que havia uma multidão desenfreada de pobres e desqualificados a ameaçar não apenas qualquer projeto de futuro, mas a própria estabilidade da República. Por trás daquelas palavras se podia escutar que o modelo vigente de assistência ao pobre, liderado pela igreja e baseado nos princípios da caridade, estava desgastado e caduco. O apelo era pela necessidade de mudança. Evocava-se com frequência, a intervenção do Poder Público, a exemplo do que já se havia consolidado nos países ditos civilizados. (RIZZINI, 2011, p. 90)

Edificou-se um paradoxo em torno da imagem de crianças e adolescentes pobres na passagem do século XIX ao XX. Ao passo que eram vistos como “futuro da nação” e em situação de perigo, caso o Estado não intervisse em suas vidas desde muito cedo, também eram apontados como classe perigosa. Esse posicionamento abriu caminho para um conjunto de medidas repressivas voltadas a eles/as e diversas instâncias de intervenção e controle foram protagonistas.

A medicina assumiu a atenção ao corpo e a alma, diagnosticando na infância as formas de recuperação, prevenção e tratamento para garantir no futuro um excelente trabalhador. A Justiça assumiu o papel de regulamentar a proteção do segmento infantojuvenil

e da sociedade de modo geral. E a filantropia, atrelada às ações públicas, tomou para si a missão de prestar assistência aos pobres e desvalidos. O referencial jurídico, em meio a essa tríade de atuação, é o principal propulsor na elaboração da categoria menor, que dividiu o segmento infantojuvenil em dois e passou a representar os pobres e potencialmente perigosos. (RIZZINI, 2005; 2011).

Assim, a institucionalização do racismo e o assistencialismo foram (e ainda são) elementos definidores da posição social e tratamento direcionado a crianças e adolescentes. Após essa discussão é relevante pautar algumas das normativas internacionais e nacionais voltadas à institucionalização de crianças e adolescentes.

5.3 INSTRUMENTOS JURÍDICOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

No século XX, o ideal moderno exigia do Estado uma postura que adequasse potenciais delinquentes aos moldes capitalistas, para isso era necessário um arcabouço jurídico diferente do referenciado aos adultos e que possibilitasse sujeitos capazes de ocuparem postos de trabalho. A primeira referência a “direitos da criança” num instrumento jurídico internacional data de 1924: a Declaração de Genebra.⁴⁷ Os princípios deste documento estabelece que devem ser garantidas a esse segmento condições para o seu desenvolvimento de forma adequada, tanto material quanto espiritualmente.

Em 1946, após a Segunda Guerra Mundial foi recomendado pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas que a Declaração de Genebra fosse utilizada pelas Nações como direcionadora das respostas que iriam ser dadas aos problemas do pós-guerra. Também nesse ano foi criado o Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), que mais tarde passou a ser denominado como Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Outra essencial normativa elaborada foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. Esta traz em seu 25º artigo o reconhecimento de que “a maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais”. Já em 1959, diante de 78 representantes de nações membros, foi aprovada a Declaração dos Direitos da Criança. Proclamada em Assembleia Geral da ONU, da qual o

⁴⁷ Em 1923 o Conselho da União de Proteção à Infância (Save The Children International Union) Promulgou a Declaração dos Direitos da Criança. Em 24 de setembro de 1924 esta foi aprovada e passou a ser adotada pelos países membros da V Assembleia da Sociedade das Nações.

Brasil se fez signatário, foi condensada em 10 princípios, dentre estes é válido destacar: 1º “absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família”. 2º “A criança gozará de proteção especial e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade”. 10º “A criança gozará proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza”.

A primeira metade do século XX foi marcada internacionalmente por essas e outras medidas voltadas a proteção e aos cuidados especiais ao segmento geracional aqui em pauta. Foram elaboradas também outras normativas não menos importantes, como: Manifesto para a Juventude, de 7 de dezembro de 1965; As Regras Mínimas de Beijing (1985); As Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil, de 1989; e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, em 1990. Foi um século de grandes esforços no que se refere a subsídios jurídicos voltados a crianças e jovens, contudo:

O século XX abraçou múltiplos cenários: como viu ruir, viu surgir e ressurgir Nações. Assim como experimentou guerras – e suas ameaças –, celebrou, também, a paz. Assinou tratados: uns que o mundo viu cumpridos; outros, com despudor rompidos. Com a mesma avidez e destemor com que lançou olhares aos espaços, para desvendar-lhes os segredos, cerrou os olhos e virou as costas às terras e aos dela, evitando deparar-se com o conhecido. Abriu horizontes, ao mesmo tempo em que cerrou portas e fechou caminhos. Do mais ao menos se pôde flagrar neste século (VASCONCELOS, 2003, p. 116/117).

Após o grande número de instituições de amparo e repressão criadas no século XIX, o século seguinte se destacou, como evidenciado nas linhas anteriores, pelo legado jurídico que apresentou. O que ocorreu, apesar dos descompassos e paradoxos, tanto internacionalmente, quanto a nível nacional. No Brasil, já em fins do século XIX, mais precisamente a partir de 11 de outubro de 1890, vigorava o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, Decreto nº 847 que manteve a imputabilidade penal em 14 anos de idade. Apesar disso, o documento definia que entre 9 e 14 anos o “menor” não era plenamente imputável. Caso estivesse nessa faixa etária, caberia ao magistrado avaliar a capacidade de “discernimento” do menor para então sentenciá-lo. (FRANCISCO; LUIGI, 2015 apud AMIN, 2013).

Essa definição passa por uma mudança em 1921, com a promulgação da Lei nº 4.242 de 05 de janeiro de 1921. Extingui-se este critério do discernimento fixando a imputabilidade penal em 14 anos sem exceção para idades inferiores. Essa lei ainda definia investimentos por parte do governo na organização de serviços de assistência e proteção aos abandonados e delinquentes. Também o Decreto nº 16.272 de 1923 definiu normas de assistência social, incluindo o atendimento a “menores abandonados e delinquentes”. Logo em seguida o Decreto 16.273 do mesmo ano criou a representação jurídica do juiz de menores. (FRANCIS; LUIGI, 2015 apud MACIEL, 2013).

O Brasil, em seu processo de ajustamento, de adequação àquela nova lógica, à nova ordem mundial que orientava a colocação da ciência, do saber na pauta de todas as questões, sobremaneira, aquelas ditas sociais, instituiria para a infância, uma ordem jurídica cada vez mais especializada: em 1924, na capital da República, Rio de Janeiro, fundava-se o primeiro Juizado de Menores, pela lei nº 2.059, de 31 de dezembro daquele ano, e cujo fim encontrava-se expresso no Decreto nº 3.828, de 25 de março de 1925. (VASCONCELOS, 2003, p. 100)

O titular a ocupar pela primeira vez o cargo foi o Juiz José Candido Albuquerque Mello Mattos, responsável a partir de então por julgar os processos dos maiores de 14 e menores de 18 anos de idade que praticassem atos considerados delituosos pela legislação vigente. Em 12 de novembro de 1927 foi promulgado o primeiro Código de Menores, denominado em homenagem ao seu autor, de Código Mello Mattos, por meio do Decreto nº 17.943 A.

Esta nova legislação definiu como seu objeto fim que “o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código” (Art. 1º). Contendo 231 artigos, o Código Mello Mattos consolidava normas anteriores, e, além de prever intervenção do Estado na vida dos considerados delinquentes, órfãos ou abandonados, apresentava ainda regras sobre o trabalho realizado por menores de 18 anos, significativa conquista nesse âmbito.

É também salutar citar que em seu artigo 68 o Código Mello Mattos definiu que “o menor de 14 anos, indigitado autor ou cúmplice de fato qualificado crime ou contravenção, não será submetido a processo penal de espécie alguma [...]”. Nesse caso seriam apenas colhidas informações sobre as condições físicas, mentais e sociais do “menor”, assim como a situação socioeconômica de seus responsáveis legais. Já o artigo nº 69 define que o menor “autor ou cúmplice de fato qualificado crime ou contravenção, que contar mais de 14 anos e menos de 18, será submetido a processo especial, tomando, ao mesmo tempo, a autoridade competente as precisas informações” já citadas no artigo anterior.

O artigo nº 69 apresenta ainda três parágrafos que deixam claros os encaminhamentos realizados com os “delinquentes”: o parágrafo primeiro define que deve ser dado tratamento médico adequado aos que apresentarem alguma deficiência mental ou alguma outra deficiência que demande tratamento especial. Por sua vez, no § 2º se o menor não for considerado “abandonado, nem pervertido, nem estiver em perigo de o ser, nem precisar de tratamento especial, a autoridade o recolherá a uma escola de reforma pelo prazo de um a cinco anos”. E no § 3º, no caso de uma dessas três situações já citadas serem identificadas, o menor deverá ser internado “em uma escola de reforma, por todo o tempo necessário a sua educação, que poderá ser de três anos, no mínimo e de sete anos, no máximo”.

Em meio às sanções estavam definidas as opções de liberdade vigiada, internação em reformatórios ou em estabelecimentos especiais. Foram assim, para atender as especificidades da lei, criadas inúmeras instituições no país, e o Ceará não ficou fora dessa realidade:

Dentre as instituições que o Ceará apresentou, já sob o viés da filantropia, para fazer face a problemática da infância pobre desta Terra da Luz, encontram-se, além da Escola para Menores Abandonados e Delinquentes do Santo Antônio do Pitaguari (1936), o Patronato dos Menores Pobres (1903), as Escolas para Menores Pobres (1908), a Escola de Aprendizes de Artífices do Ceará (1910) – Que veio a transformar-se na Escola Técnica Federal do Ceará –, o Dispensário Infantil (1914), bem como as fundadas por Abnegado Rocha Lima: Asilo de Menores Juvenal de Carvalho (1934), e o próprio Abrigo Materno (1934), já que este acolhia mães que não tinham para onde ir com seus bebês, após trazerem-nos à luz. (VASCONCELOS, 2003, p. 102)

A instituição do Governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil (1930-1934) e posteriormente a ditadura do Estado Novo (1937-1945) marcaram o processo definitivo de passagem da sociedade de base agrária para a base urbano-industrial. Nesse momento, o autoritarismo perpassava as ações do Estado no âmbito social e “na área infantojuvenil, aprofundou-se a prática higienista e repressiva, que privilegiava o internamento dos menores como principal tática de atendimento às crianças e adolescentes destituídos de status social” (PEREZ; PASSONE, 2010, p. 656).

Na década de 1940, o governo implantado por Getúlio Vargas assume ações estatais que começam a tomar forma de políticas sociais para crianças e adolescentes pobres. Com a proposta de combater a delinquência juvenil e a violência, o governo Vargas cria o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), por meio do Decreto nº 3.733 de 1941. Vinculado ao Ministério da Justiça seu objetivo era “recuperar” e “reintegrar” os jovens desvalidos, para

isso propunha a institucionalização dos menores a fim de reeducá-los e corrigi-los. O objetivo era que o SAM sistematizasse e orientasse os serviços de assistência ao menor.

Em sua execução o SAM assumiu práticas de atendimento violentas, autoritárias que contradiziam os novos dispositivos jurídicos que vinham sendo formulados internacionalmente. Obviamente inviabilizava os mecanismos de proteção e educação previstos nas principais legislações. Por este motivo o Serviço já se apresentou desgastado em 1950, tanto pela superlotação das instituições, quanto pelos ideais estabelecidos com a Modernidade no que se refere às práticas de violência e tortura. (PAULA, 2015). O seu fechamento ocorreu em 1964 por meio da Lei 4.513 de 1º de dezembro que pôs fim ao SAM e apresentou nova política de atendimento ao menor. Convém salientar, antes disso, a sanção do Código Penal Brasileiro de 1940 que fixou a imputabilidade penal em 18 anos.

Durante a Ditadura Militar inúmeras mudanças para a sociedade de modo geral, e em especial para o segmento infantojuvenil vão ocorrer e deixar fortes consequências para a atualidade. Ocorreram cassações, torturas, assassinatos contra os que se opunham ao regime e as políticas voltadas para crianças e adolescentes não escaparam do modelo coercitivo repressivo que imperou nesse momento. “Como consequência, nos legou mais algumas décadas de um tratamento desumano e estigmatizante voltado às populações mais desfavorecidas que também por conta do desenvolvimento econômico desigual, tornaram-se um grupo ainda maior entre os brasileiros” (BECHER, 2011, p. 1).

Nas décadas de 1960 a 1980 práticas políticas-autoritárias foram recorrentes no continente latino-americano, esmagando liberdades sociais e políticas. Foi um momento de grandes transformações para o Brasil devido o intenso ritmo de crescimento econômico. Vimos acontecer migrações internas, êxodo rural, aumento da população nos centros urbanos, fenômenos que influenciaram na ampliação do abismo social, no crescimento das periferias e do número de pessoas que viviam na miséria. Diante de todos esses problemas visíveis a olho nu e sem condições de minimizá-los com “panos quentes” – leia-se caridade e filantropia e políticas públicas fragmentadas – o Estado se viu obrigado a rever seu posicionamento. Seria necessário atuar sobre as tensões sociais para garantir a ordem estabelecida e o status quo.

Nesse interim o “problema do menor” toma visibilidade nacional, com um número cada vez maior de crianças e adolescentes na rua vivendo em extrema miséria e buscando sobreviver. Apesar dos avanços em nível internacional o Brasil permanecia em descompasso, ampliando o hiato entre a realidade existente no país e as formulações internacionais, fortalecendo a ideia do “menor como objeto penal” por meio de um novo documento de institucionalização do encarceramento do segmento infantojuvenil que

envolveria a formulação de uma Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBEM) e a criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor que tinha o objetivo de implantar a PNBEM.

Figura 2: Formatura de internos de uma instituição sediada no Rio de Janeiro com convênio com a FUNABEM.



Fonte: Rizzini e Rizzini (2004, p.11)

A PNBEM, instituída em 1964, ano em que ocorreu o golpe político que seguiu até os anos 1980 por meio de uma ditadura militar definia diretrizes unificadas de atendimento aos menores para toda a Nação. A Funabem, por sua vez, foi criada em 1º de dezembro de 1964, pela mesma lei que extingue o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) – que foi criado em 1941. A Funabem seria um órgão normativo que elaboraria diretrizes políticas e técnicas da PNBEM. Além das novidades a nível nacional, foram sendo criados também órgãos a nível estadual, denominados: Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), instituições executivas das diretrizes elaboradas pela FUNABEM.

APNBEM estava subordinada à forças ideológicas e políticas da Escola Superior de Guerra (ESG) do regime militar, para a qual se devia desenvolver o bem estar ao menor abandonado, carente de cultura e de cuidados. O abandono e o conseqüente processo de exclusão dos indivíduos eram encarados como um desvio, que precisaria ser corrigido por meio da internação em aparelhos institucionais de formação, na presente casa, a FEBEM, de modo a viabilizar a reinserção social dos menores. (FRANCISCO; LUIGI, p. 139/140 apud MASELA, 2010)

Nesses espaços institucionais ocorriam torturas, espancamentos, e maus-tratos contra os adolescentes ali encarcerados. Aqui, A Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

do Ceará (FEBEMCE), foi criada em 6 de setembro de 1968 pela lei nº 9.146 e extinta pelo Decreto nº 25.697, em 29 de novembro de 1999. Esse último teve seus efeitos e medidas adiados para o dia 2 de janeiro de 2000, pelo Decreto nº 25.704, de 14 de dezembro de 1999, a instituição durante este período atendia crianças e adolescentes pobres de 0 a 17 anos do sexo feminino e masculino. (VASCONCELOS, 2003)

O Brasil firmou acordo com o Fundo das Nações Unidas no ano de 1968, comprometendo-se formalmente com os princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959. Entretanto, na contramão dessa ação, o governo brasileiro aprovou em 1979 um novo código de menores, ainda mais repressivo que o anterior, sancionado pela lei nº 6.697, em 10 de outubro desse ano, que entrou em vigor em 1980. Por meio deste instrumento jurídico ficava explícito o uso, que já havia iniciado com o Código Mello Mattos, da Doutrina da Situação Irregular (PEREZ; PASSONE, 2010 apud FALEIROS, 1995).

Havia nessa concepção uma resistência discursiva específica, que produziu uma visão estigmatizada de infância e juridicamente era aprisionada pelos conceitos positivistas clássicos da menoridade. A objetivação jurídica do conceito de “menor” atribuía toda uma gama de políticas de tratamento à menoridade legitimando o reforço de políticas de controle social, vigilância e repressão. [...] O papel do Estado estava alinhado à perspectiva de um modelo autoritário que supostamente o sustentava, onde a atuação estava direcionada para a contenção pela via da violação e restrição dos direitos humanos; tendo por consequência a (re)produção das condições planejadas de exclusão social, econômica e política, assentada em critérios individuais que acentuavam as práticas de discriminação racial e de gênero, segundo o qual o marco referencial construía uma imagem de infância por aquilo que ela não tinha e não era. A teoria jurídica das incapacidades foi neste ambiente o instrumento operacional necessário à afirmação e manutenção dessas condições, reduzindo o ser humano à condição de destituído, reafirmando uma concepção negativa, redutora, embasada no adultocentrismo (CUSTÓDIO, 2008, p. 24/25).

Por meio dessa doutrina, o menor só demandava ação do Estado quando encontrado em situação de risco ou “patologia” social, esse continuava a ser visto como o/a abandonada/o, exposta/o, transviada/o, delinquente ou libertina/o, condensava-se nestes todas as discriminações que transformada em categoria jurídica assumia o nome de: menoridade. O que ocorreu foi toda a institucionalização de uma política voltada para o controle, vigilância e repressão, uma verdadeira caça à criança e ao adolescente, principalmente negros e pobres, fazendo da vítima o réu, único responsável por sua situação (CUSTÓDIO, 2008).

Na década de 1970 não só os juristas entravam em conflitos quanto ao tratamento jurídico direcionado ao segmento infanto-juvenil, também a Sociedade Civil ganhava força nos debates e ações voltados a essa pauta. A Pastoral do Menor em São Paulo atuava fortemente a fim de assegurar a sobrevivência do segmento infantojuvenil. Foram somando-se

a luta outras organizações que buscavam condições básicas de vida que fossem dignas para todos/as.

Em 1984 aconteceu em Brasília, importante evento, o I Seminário Latino Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento a meninas e meninos de rua. Promovido pelo UNICEF e Ministério da Previdência e Assistência Social do Brasil, as vivências dos diferentes países que ali estavam representados lançaram luz sobre a urgência na superação do modelo assistencialista, bem como marcaram as críticas ao sistema correcional-repressivo do Código de Menores e da FUNABEM, daí fortaleceram-se as parcerias e o poder de pressão para obter respostas adequadas às complexas demandas desse grupo.

Em 1985 foi realizado o I Encontro Nacional das Comissões locais do Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua e daí nasce o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, este reivindicava maior autonomia nos estados, assim como adequada intervenção política, definindo-se a partir de então como organização de busca assegurar os direitos da criança e dos/as adolescentes. Em 1986 o MNMMR realizou o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Brasília e expôs a natureza política e a identidade progressista no movimento.

Neste mesmo ano de 1986 criou-se a Comissão Nacional "Criança Constituinte", com o trabalho de sensibilizar e mobilizar a opinião pública e os constituintes sobre a realidade da infância no país. Esta intensa mobilização conseguiu apresentar uma Emenda Popular à Constituição sobre os direitos da criança, com mais de um milhão de assinaturas. A Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança, formada por entidades como a Pastoral do Menor, MNMMR e Comissão Nacional Criança na Constituinte, elaborará uma 'Carta Aberta aos Constituintes e à Nação Brasileira', que serviu como documento base para a Emenda 'Criança Prioridade Absoluta'; apresentada no ano de 1987 (LONGO, 2010, p. 8).

Essa emenda exigia que fossem acrescentados na Constituição Brasileira os sete direitos capitais da Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU e destacava sua preocupação com a defesa de crianças e adolescentes acusados de cometer infração penal. Por sua vez o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) foi criado em 1988. O Fórum DCA pressionava os constituintes para a realização de mudanças na legislação, ao mesmo tempo denunciava as múltiplas violências contra crianças e adolescentes. (LONGOS, 2010 apud TOMMASI, 1997)

A Carta Magna, promulgada em 1988, teve inserido em seu texto as reivindicações apresentadas até então por meio de emendas de iniciativa popular. O princípio das crianças e adolescente como prioridade absoluta foi instituído no artigo 227. Já no mesmo

ano, foi constituído o grupo responsável por elaborar a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente, formado por representantes das entidades de defesa, juristas e consultores do Unicef (LONGO, 2010).

A estratégia de luta dos movimentos sociais estava na mudança do panorama legal, no reordenamento institucional e na melhoria das formas de atendimento direto. Com a redação concluída, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi apresentado ao mesmo tempo na Câmara e no Senado Federal e, ao ser aprovado pelo Congresso Nacional, foi sancionado pelo Executivo, na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Aprovada a nova lei, o desafio posterior seria a sua concretização. No âmbito do imaginário social, a radicalidade do Estatuto da Criança e do Adolescente estava e está em romper com o estigma dos menores, mediante a universalização do direito à infância e à adolescência, para todos os sujeitos entre 0 e 18 anos. Os direitos contidos no ECA não admitem a discriminação por classe, gênero ou etnia, entre os 'menores' enquanto filhos dos pobres e as crianças e adolescentes enquanto filhos da classe média e dos ricos. (LONGO, 2010, p. 11)

Assim, entra em vigência, a partir da Constituição Federal e depois do ECA, a Doutrina da Proteção Integral que rompe com a doutrina jurídica da “situação irregular”. Como expus, esta última delimitava o significado social da infância pobre ao final do século XIX e no decorrer do século XX, enquanto perigo ou ameaça à ordem social. Após isso, a Doutrina da Proteção Integral, ganha força. Designando todas as crianças e adolescentes enquanto sujeitos que devem ter seus direitos atendidos na integralidade de suas demandas, portanto têm direito à proteção da família, da sociedade e do Estado, assegurados por meio de fundamentos legais, medidas de proteção e medidas socioeducativas em substituição às ações adotadas anteriormente com a Doutrina da Situação Irregular.

Para compreender a diferença entre essas duas doutrinas, apresento a seguir um quadro comparativo.

Quadro 1 – Resumo comparativo de elementos da doutrina da situação irregular e doutrina da proteção integral

Doutrina da Situação Irregular	Doutrina da Proteção Integral
Principais legislações no Brasil: Código de Menores Mello Mattos (1923), Novo Código de Menores (1979)	Principais legislações no Brasil: Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente.
Público alvo: menores considerados carentes, abandonados, inadaptados e infratores.	Público alvo: Todas as crianças e adolescentes.
Formas de tratamento: vigilância e repressão para os inadaptados e infratores.	Formas de tratamento: Proteção integral visando garantir a sobrevivência, o desenvolvimento e a integridade de todas as

	crianças e adolescentes.
Categoria jurídica de atuação: a menoridade. O menor é objeto de intervenção jurídico-social do Estado.	Categoria jurídica de atuação: criança e adolescente. São sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento.
Forma de organização e execução centralizadora e autoritária.	Forma de organização e execução descentralizada e democrática por meio de conselhos deliberativos e paritários.
Segrega e discrimina os menores considerados infratores, assim como os demais em situação irregular (carentes e abandonados).	Estabelece a prioridade na garantia de direitos, responsabiliza e integra adolescentes autores/as de ato infracional.

Fonte: Tabela elaborada pela autora Daiane Daine de Oliveira Gomes baseado em COSTA (2006)

No intuito de materializar o que foi previsto no ECA e o que se estabelece pela Doutrina da Proteção Integral foi instalado o sistema de proteção geral de direitos, materializado através do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) que determina normas e princípios de direcionamento à política de atenção integral. (SINASE, 2006). Também já elucidei que a política de atendimento socioeducativo, dentro do conjunto de políticas de atenção integral a este seguimento, compreende o conjunto de diretrizes, princípios, estruturas, procedimentos e arranjos institucionais voltados para o atendimento ao/a adolescente autor/a de ato infracional.

Para regulamentar a forma como o Poder Público por seus mais diversos órgãos e agentes irá prestar o atendimento especializado foi instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, através da Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e recentemente aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Para os/as adolescentes o ECA prevê a possibilidade de aplicação de medidas socioeducativas que evoluem das mais brandas às mais rigorosas.

Dentre essas medidas as interlocutoras da pesquisa que possibilitou a produção dessa dissertação cumprem as de semiliberdade e de internação em estabelecimento socioeducacional, o que significa a perda ou restrição do direito à liberdade e a institucionalização dessas garotas. Os avanços legais são evidentes no atendimento dos/as adolescentes que cometeram atos infracionais. Contudo, a concretização do que foi formulado e registrado no arcabouço jurídico encontra diversos obstáculos na contemporaneidade, o que torna necessário refletir sobre a realidade atual dessas adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Portanto, no tópico seguinte busco analisar os elementos principais das

medidas socioeducativas e as expectativas em relação ao futuro, sob a perspectiva das adolescentes.

5.4 A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E AS EXPECTATIVAS DE FUTURO

Em 1981 foi criado o Centro de Triagem Feminina, que passa a ser o Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota em 1988, em homenagem a uma assistente social que marcou a história da profissão no Ceará. Pelo transcorrer do tempo a estrutura e organização no CEABM acompanharam, em alguns aspectos em descompasso, as mudanças nas concepções jurídicas da década de 1990. Essas conclamaram novas formas de pensar o atendimento aos/as adolescentes em conflito com a lei e a violência praticada por eles/as e contra eles/elas.

Entendo a passagem das adolescentes pela internação como um fenômeno de influência em sua construção identitária, na sua visão de mundo e de si mesmas. Ainda que a análise sobre o cumprimento da medida socioeducativa em meio fechado não seja objetivo principal desse estudo, essa se mostra também como elemento fundamental para compreensão das trajetórias das adolescentes negras em suas negociações com as múltiplas instituições sociais que as influenciam e por elas são influenciadas.

No período de ida ao campo observei os paradoxos de uma instituição com o objetivo dos Centros Socioeducativos. Ao passo em que é regido pela Doutrina da Proteção Integral e tem como bússola a determinação jurídica de adolescentes como sujeitos de direitos, a instituição carrega consigo no tempo presente muitos dos aspectos da política de menorização. Apresenta uma proposta socioeducativa comprometida por uma herança de vigilância e punição marcante em sua cultura; opta ainda por aplicar castigos disciplinares, tais como tranca e advertências severas. Isso é ilustrado nas narrativas a seguir:

Você já foi para tranca? Três vezes. Por quê? Uma de laranja mesmo, só porque a menina gritou meu nome ele me desceu, eles levam na agressão, leva pelo braço, pescoço, cabelo. E a outra vez foi pelo quê? Porque essa menina me fez descer sem ter feito nada, quando voltei eu briguei com ela. E quando foi a terceira vez? Foi porque eu tentei fugir do hospital Gonzaguinha. Eu ia correr na hora que eu já ia entrar no carro para voltar para cá. (CHANECIA)

Graças a Deus eu não fui para tranca, mas as meninas contam, olha é podre, é sujo é muito sujo. Quando a menina vai para lá, vai só a menina. Não sei se tu já viu, lá em baixo as pedras onde a gente dorme, que tem umas pedras para gente dormir em cima. Então, imagina só um quadrado assim pequeno, uma pedra, uma parede separando o banheiro, o banheiro não né, aquelas privadinhas que é no chão, e um

chuveiro que eles ligam, uma vez de manhã, uma a tarde e uma a noite. Antigamente elas passavam uns 3 dias, hoje em dia elas passam menos tempo, vamos supor se descer nove horas (da noite) ela sai às três da manhã. O instrutor mais agressivo daqui, graças à Deus entrou de férias. Olha ele faz desde agredir mesmo, agredir de machucar até agredir com palavras. Já dissemos aqui, todo mundo sabe, esse homem não trabalha aqui há pouco tempo não, ele trabalha aqui há dez anos. Teve certa vez que teve uma festa aqui, e ele estava empurrando uma senhora, uma familiar que tinha problema na perna, as meninas foram reclamar diretamente com a Diretora, e não deu em nada, então... (BUSARA)

Às vezes é bom e às vezes é ruim, porque tem educador que quer ser ignorante, quer gritar com a gente, quer falar mais alto, querem gritar com a gente e não querem que a gente grite com eles, e a gente não se dá muito. Tem uns que são mais legais e a gente vê que gosta da gente, mas tem outros que qualquer coisa quer brigar, quer recolher, quer descer para tranca, as vezes chega a agredir, mas tem vezes que não é por que quer, as vezes as meninas estão brigando e eles têm que tentar apartar a briga, então as vezes machuca, porque mulher é sensível, só uma pegada arrojada já fica roxo. (NÚBIA).

Os relatos denunciam a natureza repressiva que o CEABM mantém mesmo após mais de 20 anos que foi instituído o ECA. No internato a natureza socioeducativa das medidas definidas nas legislações é confrontada com o caráter penal aplicado por alguns profissionais, principalmente instrutores. De acordo com o Regimento interno das unidades de medidas socioeducativas do Estado do Ceará (2013), o/a instrutor/a faz parte da equipe de apoio técnico junto ao/a auxiliar de enfermagem, e tem como algumas de suas competências: “zelar pela segurança e bem-estar do adolescente, observando-o e acompanhando-o em todos os locais de atividades diurnas e noturnas”; “acompanhá-lo nas atividades da rotina diária, orientando-o quanto às normas de conduta, cuidados pessoais e relacionamento com outros internos e funcionários”; “monitorar e auxiliar atividades recreativas, esportivas, culturais, artesanais e artísticas, seguindo as orientações do setor pedagógico”; “auxiliar no desenvolvimento das atividades pedagógicas e acompanhar os adolescentes nos atendimentos técnicos”. (p. 61)

O que ocorre é que alguns desses profissionais não possuem formação ou preparo adequado para atuar conforme as orientações do Regimento Interno da instituição e demais leis do arcabouço jurídico, contudo não é exclusivamente essa a motivação de práticas violentas nesse espaço. Apesar disso, as adolescentes ressaltam receber atenção suficiente da equipe técnica e de outros socioeducadores principalmente do sexo feminino, para elas esses profissionais contribuem para que o cumprimento das medidas socioeducativas não sejam tão difíceis.

Com elas (instrutoras) é melhor, muito melhor, a gente conversa usa elas de psicólogas, quando uma (socioeducanda) está sentindo uma dor a mais elas

entendem, mas é menos mulher do que homem (instrutores). Era para ser mais mulher do que homem, por que é uma casa de meninas, mas tem mais homens. Tem instrutor legal, que é pelo certo, que só vão chamar atenção quando for realmente necessário, mas tem uns que exageram, com todas, não só com uma, com todas. De cinco tem três que exageram. (ACAI)

A rotina e o disciplinamento da instituição também são destacadas na narrativa das adolescentes. O controle dos horários e a observação constante impõem a estas situações que não haviam e não gostariam de vivenciar.

O que tem de ruim em estar aqui? Só em estar presa, só em ter que tudo que vamos fazer o instrutor sabe, tudo, desde o banho, desde a hora da comida. (KINAH)

Eu detesto acordar cedo, e aqui a gente tem que acordar cedo, a gente acorda seis horas, para sair sete e meia ou oito horas para as oficinas. De manhã, o tio passa entregando escova e as pastas para nós se acordar, tomar um banho, arrumar o dormitório, depois a gente fica esperando até a hora de sair para merendar, assim dia de sexta, dia de domingo dia de sábado, a gente acorda mais tarde, dia de sábado é dia aqui de depilação, que ele entrega o barbeador, aí dia de sábado e domingo é o dia que a gente acorda mais tarde, que é nove horas, porque a gente num faz nada só faz sair para jogar de bola. *Como é a entrega dos materiais de higiene pessoal?* É assim, em cada dormitório, é o dormitório do um até o doze, tem um plástico onde a gente coloca nossa escova, eles querem que a gente se acorde pegue as escovas, para eles colocarem na nossa pasta, para gente escovar porque tem horário para gente entregar as escovas, é muito cansativo, todo dia a mesma coisa. (HAZIKA)

Os instrutores eu acho tudo legal, nunca fui pra tranca graças a Deus, assim, dentro do dormitório são três. Um dia uma lava a roupa e outra estende e a outra faz a limpeza do dormitório e ajuda. Ontem foi meu dia de lavar a roupa e eu lavei, e a que foi para tranca ontem era o dia de ela estender porque ela já tinha lavado e eu já tinha estendido, então ontem a gente estava pintando o dormitório todinho, a gente pintou, fez a limpeza e [...] depois a gente foi tomar banho então a gente lavou a roupa de noite, a gente deixou para estender quando entrasse, chamou o instrutor para estender, disse instrutor deixa a gente estender a roupa porque a gente tem quase certeza que se botar nos combobol vai manchar as roupas. Ele disse não vai estender porque já entrou e não vai mais sair ninguém não. Então a gente chamou outro instrutor, e explicou e disse que queria que ele fosse com a gente para estender, ele foi conversar com o outro, então como ela tem uma namorada no outro dormitório, e ele sabe, ele disse que quem ia era eu, ela ficou indignada, porque ele não queria que ela fosse falar com a namorada. *E não pode conversar com a namorada?* Conversar pode, só não pode ficar uma muito perto da outra. Depois disso pronto, ela começou a falar palavrão com ele, e ele disse você tá recolhida e não vai sair nem para atendimento, e ela disse: pode recolher pensa que tá dizendo alguma coisa, não tá dizendo nada não. E depois que ele levou ela para tranca ela ficou fazendo zuada até três horas da manhã. (KAHFI)

Sobre a rotina diária das adolescentes no período de segunda-feira a sexta-feira é iniciado às sete horas da manhã, quando, ao levantar, fazem a higiene pessoal, arrumam as camas e dirigem-se ao refeitório, para o café da manhã. Após o desjejum, são encaminhadas às salas de aula onde se ministram conteúdos referentes a EJA - Educação de Jovens e Adultos divididas: EJA I (alfabetização, 1ª e 2ª séries), II (3ª à 5ª séries), III (6ª à 7ª séries) e IV (8ª à 9ª séries). Às 9 horas e 30 minutos acontece um pequeno intervalo. Às 11 horas e 30

minutos são encerradas as atividades em sala de aula e, por volta do meio dia, é servido o almoço. Ressalte-se que, além da escola formal, as adolescentes podem ser engajadas em cursos profissionalizantes esses são prioritários para as egressas, mas também podem participar algumas adolescentes internas, a escolha é feita pelo programa primeiro passo de acordo com critérios estabelecidos pelo programa. O curso ofertado no ano de 2015 foi de textura e pintura em parede.

O fato de serem observadas a todo momento, as regras sobre horários, atividades, relacionamentos e proximidade entre as adolescentes permitem desvendar as relações, por dentro as instituições de privação de liberdade. Para avançar nessa reflexão utilizo as análises de Goffman (2001) e Foucault (1997) autores que revelam a essência repressiva, disciplinadora e de vigilância das instituições de privação de liberdade.

Para Goffman (2001) toda instituição toma posse de parcela do tempo e do interesse dos que são inseridos nela, ou seja, todas tem tendência de “fechamento”. Contudo, algumas são mais fechadas que outras. Seu fechamento ou nas palavras do autor seu caráter total é materializado pelo impedimento dos indivíduos de se relacionarem com o mundo exterior à instituição (portas fechadas, paredes altas, arame farpado), estabelecimentos que denomina instituições totais.

O autor divide as instituições totais em cinco agrupamentos, dentre estas as instituições totais voltadas para proteger as comunidades dos perigos intencionais. Nessas o bem-estar das pessoas isoladas não se apresenta como preocupação primeira. “Em nossa sociedade são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, 2001, p. 22). Dormir, divertir-se e trabalhar em diferentes lugares são disposições básicas do sujeito moderno, já nas instituições totais são rompidas as barreiras dessas três esferas; ambas são realizadas no mesmo local e sob a mesma autoridade. As atividades diárias dos sujeitos têm horários estabelecidos e tempo predeterminado para acabar, acompanhadas por um grupo de pessoas cujo principal objetivo não é a orientação e sim a vigilância. Nesse sentido as instituições totais priorizam a obediência às regras e desconsideram os indivíduos e seus aspectos identitários.

Foucault (1997) elucida que “a forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição prisão” (p. 207). O autor identifica a obviedade da prisão por esta fundamentar-se na privação de liberdade, “como não seria a prisão a pena por excelência numa sociedade em que a liberdade é um bem que pertence a todos [...]?” Ou seja, sua perda tem valor igual para todos,

é um castigo “igualitário”. Além disso, sua obviedade também se localiza em seu papel fundamental de aparelho para transformar indivíduos.

De fato, ouvir as adolescentes, observar seu cotidiano dentro da instituição e seguir o percurso analítico deixado por esses autores me levam a refletir sobre o cenário do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota em sua forma de funcionamento, a rotina, as regras, assim como as oficinas, esses formam um conjunto de instrumentos para domesticação da “rebeldia” das adolescentes de modo que possa ajustar suas condutas, e quando não funciona todo o aparato aplica-se a tranca. As oficinas profissionalizantes desenvolvidas são: bordado, higiene e beleza, corte e costura e artes. Aparentemente, como observa Aguirre (2015), tentam reafirmar um suposto papel de submissão feminina, buscando torná-las maleáveis e flexíveis ao convívio institucional. Sobre essa lógica Busara fala de seu descontentamento em relação às atividades desenvolvidas:

Eu participo da oficina de salão de beleza, música e oficina de dança. Só que não vejo utilidade para trabalhar não. Eu queria que tivesse curso de inglês, já tenho de informática, queria o de inglês. Para todo mundo eu acho que devia ter o que mais se pede, né? Curso de informática, de inglês, e um curso ou de recepcionista de telemarketing, para trabalhar na Contax, hoje em dia é o que dá mais. Não, por que o EJA aqui é só engoma. Sabe o que é o engoma. É tipo assim, não dá em nada, você fica aqui só para passar o tempo. A gente aprende uma coisa ou outro, mas vamos supor, aqui olha aí eu estou no EJA 1, que corresponde as séries iniciais, para quem parou no ensino médio. Não influi em nada, nem contribui em nada, sair lá para fora não está dizendo nada, ninguém leva certificado, declaração, é só para passar o tempo basicamente. Se perguntar se eu gosto, das aulas do EJA 1, eu digo que gosto, porque a gente passa maioria do tempo sem fazer tarefa, é só mexendo com EVA, num sei o quê, cuidar da decoração da casa, então ajuda a passar o tempo mais rápido. (BUSARA)

A falta de maior aprofundamento nos conteúdos ministrados em sala de aula, as temáticas das oficinas que se mantêm as mesmas por anos e seguem voltadas para atividades do âmbito doméstico, as ações repressivas de alguns profissionais, me levam a questionar a tarefa de reeducação assumida pelo CEABM. As configurações de execução da instituição denunciam que ali, após ser ultrapassado o véu do aparente, existe um faz de conta de algo que ainda não conseguiu se concretizar. Sobre as tentativas de adequação das meninas e os desacordos com as normas estabelecidas pela instituição, as narrativas a seguir trazem a tona suas estratégias:

Primeiro aqui precisa evitar ficar fazendo barulho no dormitório, que é isso que eles acham pior, evitar ficar em roda de conversinha, eles não gostam quando fulana diz que vai pegar fulana, eles não sabem ir na conversa eles vem logo gritando, grita bem muito com as inocentes, até se apartar, então é basicamente isso. (KINAH)

Eu disse que eu estava com dor. Eu estava aqui e eu perguntei que horas que tinha escolta, as meninas (equipe técnica) disseram que não tinha então quando deu quatro e meia para cinco horas eu comecei a chorar dizendo que estava sentindo dor, me levaram pro hospital, quando me levaram do hospital eu tentei fugir. Só que uma senhora, que trabalha aqui também, ela me segurou, mas dava para eu ter empurrado ela, só que se eu empurrasse ela ia cair no chão e eu não queria fazer isso e eu fiquei parada não reagi não, por que essa senhora me segurou. E por que você queria fugir? Porque eu não aguentava mais ficar aqui dentro. Estava aqui há 11 meses, eu não aguentava mais. (CHANEZIA)

Você já tentou ou sabe alguma forma de fugir daqui? Eu sei e todo mundo sabe, mas não sei por que aí se for pega né, passa seis meses e ainda vai pegar mais seis meses, é tanto que duas meninas com o instrutor do lado, o simples fato do instrutor sair de perto delas, cinco minutos ele voltou e elas não estavam mais lá. (BUSARA)

As formas de lidar com as relações institucionais pelas adolescentes, desse modo, vão desde a tentativa de adequar-se a forma do bom comportamento modelada para elas, sem muita conversa, sem excessos de contato físico, sem demonstrações de afeto com as namoradas, discussões. Mas também é realizado o embate direto com os instrutores quando não concordam e sentem-se injustiçadas. O CEABM não registrou nenhuma rebelião no ano de 2015, mas registra diversas fugas das adolescentes. Em outros casos o ato de evitar fugir é alegado por elas como estratégia para passar o mais rápido possível pela unidade, uma vez que voltar para o internato por mais seis meses, por descumprimento da medida, seria ainda pior para elas.

Sobre os instrumentos de acompanhamento das adolescentes no CEABM a equipe técnica me disponibilizou todos os registros de atendimento preenchidos sobre as adolescentes. Como já explicitarei as preocupações com a pertença étnica-racial, as situações de racismo ou outros tipos de discriminação não vinham explícitas em nenhum documento. Quanto a realização do Plano Individual de Atendimento (PIA) tive acesso aos arquivos ainda guardados na instituição referentes às adolescentes entrevistadas, contudo, pude constatar que o PIA de nenhuma das adolescentes foi realizado. Ao perguntar a equipe técnica sobre o motivo, fui informada que devido ao acúmulo de atividades cotidianas nem todos os planos eram preenchidos.

A elaboração do plano é de responsabilidade da equipe técnica da unidade de atendimento. Os registros devem tomar também por base a participação do/a adolescente e do seu grupo familiar, bem como os relatórios e pareceres das equipes técnicas de todos os órgãos públicos, programas e entidades que lhes presta atendimento e/ou orientação.

A utilização do PIA busca garantir que a ação socioeducativa deve respeitar as fases de desenvolvimento das adolescentes. Para isso precisa considerar suas potencialidades,

sua subjetividade, suas capacidades e suas limitações. Portanto, o Plano Individual de Atendimento (PIA) é a ferramenta pedagógica do atendimento que garante a equidade no processo socioeducativo. (Sinase, 2012). Ao não realizá-los a instituição impede que os objetivos da socioeducação sejam atingidos e perde a oportunidade de concretizar um acompanhamento baseado nas singularidades, nesse caso de gênero e raciais, da forma necessária.

Por sua vez, sobre as normas institucionais Núbia salienta que algumas poderiam ser alteradas, assim melhoraria as condições do tempo que ficam no CEABM.

Eu mudaria as normas, tem normas que, tipo, a gente ganhou uma “promoção” que se a gente se comportasse entraria 9 horas da noite dia de sábado, porque todo sábado a gente entra 8 horas da noite. O que acontece, tem instrutor que já quer qualquer motivo para punir a gente. Tipo por um todos pagam, a gente estava lá fora tudo bem, tudo de boa, e o tio já tinha avisado, se receber qualquer reclamação, de qualquer motivo, de brincadeirainha besta vocês vão entrar, então teve duas meninas que brigaram lá em baixo, começaram a bater uma na outra, quando foi umas sete e meia da noite ele botou a gente para dentro. E pronto, a gente entrou só porque elas duas estavam brigando. A gente teve culpa de elas terem brigado? Não. Porque nenhuma chegou para nós dizendo que ia brigar, porque se elas tivessem dito não vai malhar, briguem outro dia, briguem amanhã que a gente vai entrar normal. Por que dia de 20hs eles botam para entrar normal, as meninas podem até se matar lá embaixo eles botam para entrar normal, e quando é dia de sábado sempre eles querem qualquer motivo, se eles virem duas meninas conversando no combobol eles brigam, e botam nós para dentro cedo, eles ficam assim na ameaça, e qualquer coisinha é ficar recolhido, o que eu mudaria aqui era essa besteira de por um os outros pagarem. (NÚBIA)

A instituição é permeada de paradoxos, relações de poder entre as adolescentes e entre profissionais e ao passo que se apresenta como “instituição total” lócus de controle e dominação, de depósito de bodes expiatórias para a geração de medo na sociedade capitalista, ela também se mostra espaço de construção de relações afetivas, amigáveis. Sobre os vínculos e amigáveis formados na unidade pude notar ao observar um episódio em um dia de aula do EJA, uma das adolescentes após retornar de atendimento com um dos técnicos chora por não poder ir passar o fim de semana em sua casa, senta-se e baixa a cabeça outras meninas sentam ao seu lado e sem dizer nenhuma palavra apenas acariciam sua mão, deixando claro que entendem suas lágrimas e que também estão “no mesmo barco”. As brincadeiras, as cantorias em grupo também se sobressaem em seu cotidiano e assim como o orgulho com que me mostravam os trabalhos artesanais que confeccionaram.

Quando ultrapassei os muros altos do CEABM e puxei a cortina do que é espetacularizado a toda a sociedade cotidianamente nos jornais, vi uma instituição mantida por políticas públicas precarizadas, que investe o mínimo possível em seus profissionais e nas

adolescentes que abriga, mas que ainda carrega em sua normativa e na postura de alguns que a executam a ideia, que muitas vezes parece utópica, de concretizar a proteção integral para essas adolescentes. Como bem coloca Aguirre (2015)

Mesmo diferenciando-se do ar de prisão que cerca as unidades de internação masculina, o internato feminino revela-se como um lugar desafiador em múltiplos aspectos. É, sobretudo, um espaço peculiar de negociações, onde as jovens internas, considerando-se o estigma prisional vivenciado, convivem com a situação de apartheid social, levando uma vida fechada e rigidamente administrada. Consequentemente, todas as áreas de suas vidas – escola, trabalho, religião, esporte e lazer – passam a ser desenvolvidas neste espaço. É, sobretudo, um ‘mundo normativo’, circunscrito pela lógica da proibição e do ‘vigiar e punir’, que parece querer ocultar sutilezas e ambiguidades da vida em reclusão, de modo a mantê-las obscurecidas e sob penumbra. Por outro lado, é sob rígida vigilância que se gestam processos de identificação, acordos e negociações afetivas entre as jovens internas, bem como formas criativas de sobrevivência e válvulas de escape. (AGUIRRE, 2015, p. 170)

É assim que se apresentam os códigos, olhares e a certeza de análise de um objeto que não se finda nesse ponto, um percurso de construção identitária em que as relações sociais possibilitam o devir mulher negra e em que essas adolescentes mulheres produzem também a sociedade. Suas narrativas expressam um misto de sensações: medo, culpa, fragilidade, insegurança, como se pode notar no trecho que segue:

Agora, eu estou com medo das pessoas me abandonarem, por eu ter cometido esse ato, minha família sabe, depois do que aconteceu ficou ruim e depois melhorou. Porque sei lá, depois que as meninas vêm para cá, as famílias não querem mais nem ouvir o nome. Tem caso de menina que é literalmente abandonada, que eu tenho medo. Tem uma menina aqui que a mãe se mudou, não deixou telefone, não deixou endereço e vão completar os seis meses e nunca recebeu uma visita, sem ninguém por ela, e ela ainda não tem 18 vai sair daqui para um abrigo. (BUSARA)

As adolescentes temem o abandono da família por notarem ser algo recorrente com as que as cercam. Também surgem elementos ambíguos quanto as suas expectativas futuras, enquanto algumas planejam ter sua própria empresa ou cursar faculdade, outras adolescentes vislumbram ocupar as funções já exercidas por suas mães, em postos de trabalhos desvalorizados socialmente.

O que você planeja pro futuro? Trabalhar, quando eu ficar de maior que a minha mãe vai me levar. Tu vai trabalhar onde? Num motel, de camareira igual a ela também. E o que mais? Só, Eu vou ficar de maior em agosto. Eu quero voltar a estudar também. Mas eu quero tá trabalhando, tem o meu filho quero estar trabalhando, pra eu dar as coisas a ele (KINAH)

Trabalhar e orgulhar minha mãe. Ter filhos, um ou dois, não muito só se Deus mandar. (CHANECIA)

Kinah e Chanecia falam da expectativa de iniciar em um trabalho logo que não estejam mais no CEABM, para Kinah estudar não parece ser sua prioridade a adolescente grávida de sete meses deixa claro em seu discurso que sua preocupação principal é com o filho que está para nascer e as condições financeiras para sustenta-lo. Já Chanecia considera que irá orgulhar sua mãe trabalhando e tendo filhos. As expectativas de Núbia e Busara seguem em direção diferente das anteriores:

Eu não penso em fazer nada de errado, eu penso em trabalhar e ser alguém melhor. O meu sonho era ser advogada, mas ainda está em tempo né, vamos ver aí daqui para frente, fazer uma faculdade, ter meu próprio negócio, ser uma microempresária. O meu pai ele é um microempresário ele tem um escritório de seguros. (NÚBIA)

Concluir tudo, estudos, faculdade. Tenho uma dúvida cruel entre psicologia e veterinária, voltar a trabalhar e voltar a morar sozinha. Gosto de morar só, por que não tem bagunça, não tem zuada, quero morar só eu e o meu gato.

Assim, para as adolescentes suas expectativas giram em torno de investir em seus estudos, entrar para a faculdade, ter seu próprio negócio, elas vislumbram outras alternativas, para além das que são definidas como posições sociais das mulheres negras na sociedade capitalista.

Os principais conteúdos de interesse das adolescentes se referem à tarefas de desenvolvimento do final da adolescência e início da vida adulta: a educação, o trabalho e a formação de família. Algumas definem sua ideia de futuro a partir de uma opção limitada, completar a maioridade e se inserir em algum trabalho para garantir suas subsistência e de seus familiares. Contudo, como evidenciado nas narrativas anteriores outras adolescentes, mesmo após abandonarem ou serem expulsas da escola, revelam o desejo de voltar a estudar por ser para elas a única forma valorizada e, de algum modo, viável de ascensão social. As adolescentes descartam a possibilidade de cometer novos delitos, no caso de Busara dentre os motivos por saber que após sair da unidade de internação completará 18 anos e nesse caso seria encaminhada ao Presídio Feminino Auri Moura Costa.

Pensar, planejar o futuro, é importante impulsionador nas atividades e decisões que irão realizar as adolescentes. De acordo com Zappe (2013) apud Nardi (2010) “os planos para o futuro protegem os/as jovens na medida em que os motivam a viver e buscar atingir seus objetivos, oferecendo um sentido para suas vidas”. Desse modo, incentivar as adolescentes a planejarem-se e formular perspectivas de futuro positivas é primordial para seu desenvolvimento.

Destarte, essas foram algumas das análises realizadas a partir dos diálogos com as adolescentes e da observação de seu cotidiano na instituição. Nesse sentido é possível pontuar que a instituição continua a reproduzir práticas punitivas e de docilização das adolescentes. Quando essas quebram normas institucionais elaboradas pelos próprios profissionais sobre o certo e o errado a se realizar são punidas severamente.

Ressalto que após retornar a instituição antes da conclusão desse estudo para tirar fotos do espaço fui informada que a “tranca” não estava mais sendo utilizada com a função de punir as adolescentes por seus maus comportamentos. Devido ao elevado número de adolescentes do sexo masculino na Unidade de Recepção Luis Barros, as adolescentes as quais são atribuídas a prática infracional após passarem pela delegacia estão sendo encaminhadas diretamente ao CEABM para aguardar seu encaminhamento a oitiva com representante do Ministério Público e com o juiz da Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza. O novo local de “recepção” das adolescentes, por determinação do juiz, passaram a ser as celas que antes eram usadas para punir as adolescentes internas do CEABM. Segundo as profissionais da unidade essa definição foi apresentada em fevereiro à instituição como provisória, mas segue até o mês de junho do mesmo ano da mesma forma.

Por fim, ciente de não ter esgotado análise sobre as complexas relações que se materializam no Centro Socioeducativo, finalizo minhas reflexões com a certeza de ser esse um percurso que não se encerra junto com estas páginas. A prática infracional o atendimento destinado às adolescentes negras nas diferentes políticas públicas, guarda relação direta com as hierarquias de classe social, raça/etnia e geração que permeiam nossa sociedade e que são reproduzidas dentro da instituição por meio de violência física, controle de seus corpos, comportamentos, demonstrações de afeto e também na formação ofertada a essas, nas oficinas, cursos profissionalizantes e educação básica por meio dos EJAS, esses se reservam a “ocupar o tempo” das adolescentes. Na seção seguinte apresento a conclusão desse estudo.

6 CONCLUSÃO

O estudo que realizei sobre as adolescentes negras em cumprimento de medida socioeducativa no CEABM partiu de uma proposta feminista e antirracista, fundamentada na identificação entre pesquisadora e pesquisadas. A escolha desse objeto só pode ser compreendida dentro de minha trajetória pessoal e profissional em que o compromisso político e a empatia pelas interlocutoras foram fortes ingredientes para sua elaboração.

Não intenciono aqui elaborar conclusões exaustivas sobre as trajetórias das adolescentes antes e durante a internação no único Centro Socioeducativo Feminino do Ceará. Em verdade, não percebo essa empreitada reflexiva como o final de um percurso meu ou, menos ainda, delas. O percurso escolhido apresentou uma trilha de declives, veredas ambíguas e em muito se assemelhou a um labirinto que só poderia ser desvendado utilizando uma bússola em que “o norte” era o respeito à singularidade e à peculiaridade de pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos pesquisados.

Os caminhos percorridos possibilitaram identificar que o perfil socioeconômico e familiar das meninas do CEABM não é destoante do identificado em outras pesquisas sobre adolescentes em conflito com a lei, bem como não é muito distinto da população carcerária feminina. Todas as adolescentes apresentam defasagem escolar quanto à idade, série, abandonaram a escola ou, no caso da adolescente Núbia, a escola a expulsou. As narrativas revelaram um sistema de ensino despreparado para lidar com a diversidade, que perpetua ou ignora práticas racistas entre alunos/as, sendo este um dos principais elementos facilitadores para o desestímulo à participação nesse ambiente. O uso abusivo de substâncias psicoativas e a inserção precoce no mercado de trabalho também foram complicadores destacados pelas adolescentes.

O álcool, a maconha e outras substâncias entorpecentes estiveram presentes no cotidiano das interlocutoras antes destas irem ao CEABM, contudo em diferentes níveis e situações. Somente três adolescentes justificam seu envolvimento com a prática do ato infracional por meio do objetivo de consumir drogas. Três envolveram-se diretamente com o tráfico. A facilidade do acesso às drogas, a rápida e grande lucratividade e a curiosidade de conhecer/provar as substâncias foram apontadas pelas adolescentes como impulsionadores por seu consumo.

A vivência de trabalho na infância ou adolescência também foi recorrente na trajetória de vida das interlocutoras. As atividades realizadas por estas carregam consigo ranço histórico do machismo e do racismo que ainda vigoram nas relações sociais

contemporâneas. As “oportunidades” destinadas a elas em sua maioria são no trabalho doméstico, cuidado de idosos, crianças ou como vendedoras de lanchonete ou atendentes de loja de carros. São trabalhos ilegais, por sua faixa etária, precarizados e informais, com extensas jornadas. No caso de Busara, além das condições precárias, a adolescente relata a situação de assédio sexual no ambiente de trabalho por parte de seu chefe. A discriminação de gênero e racial permanece então como uma forte ferramenta de hierarquização e exclusão. No caso do espaço de trabalho, se materializa por meio do assédio sexual, dentre outras formas.

Os tipos de postos de trabalho e a forma como são tratadas nos mesmos denunciam os estereótipos que circundam as meninas e mulheres negras quanto a sua função social e o uso de seus corpos: desvalorizados e violáveis. Apesar disso, as entrevistadas não expressam o trabalho precoce em sua negatividade. Para elas, o trabalho nessa fase da vida não é percebido como um problema, mas aparenta ser uma solução por ser uma fonte de renda e ocupação.

As dinâmicas familiares das adolescentes apresentaram distintas configurações. Apenas três afirmaram conviver e contar com o apoio afetivo dos pais. As demais residiam, antes de ir para a internação, em famílias monoparentais, chefiadas por suas mães. Nas narrativas de uma das adolescentes, o falecimento da mãe é apontado como desestabilizador em sua vida, que fez com que esta “adotasse” como família as pessoas para quem inicialmente trabalhou como babá e que depois a acolheram para morar em sua residência e afirma que é por eles que nutre afeto e vínculo familiar. No que tange às relações, foram relatadas vivências de abuso sexual, violência doméstica contra as mães de duas das interlocutoras e conflitos intergeracionais. Apesar disso, todas destacaram a família como seu maior estímulo para o retorno ao convívio social fora da instituição, sendo uma das principais motivações para suportarem a privação de liberdade no Centro Socioeducativo.

Nesse sentido, as famílias enquanto instituições sociais, na perspectiva das adolescentes, ainda são vistas como núcleo importante de afeto e solidariedade, mas estas têm apresentado dificuldades em exercer sua função socializadora no tocante aos ensinamentos de regras, limites e no apoio e afeto fundamental ao desenvolvimento das interlocutoras.

Quanto ao pertencimento étnico-racial, as narrativas das adolescentes refletem o fenômeno da pardalização ou amorenamento. No momento de informar seu pertencimento étnico-racial, sete afirmaram-se pardas ou morenas. Esta classificação funciona como intermediária entre a branquitude e a negritude, um coringa para a indefinição racial. Dessa forma, elas sentem que estão se colocando dentro de uma zona que oferece menor risco de exclusão ou discriminação. Em contrapartida, duas das adolescentes ao tempo que se

afirmaram pardas ou morenas, disseram se considerarem negras, e outra adolescente se declarou preta e destacou o orgulho que sente de seus aspectos fenotípicos. Posto isso, é possível ver que a identidade negra do mesmo modo que pode ser destruída, também pode ser fortalecida.

Mesmo com a dificuldade de autoafirmação das meninas, são perceptíveis a elas os casos de racismo existentes na sociedade e aqueles que elas ou pessoas de suas famílias vivenciam. As narrativas denunciam relatos de racismo no ambiente escolar, que emerge travestido de brincadeira ou quando identificado é denominado como bullying. É perceptível também o racismo institucional no despreparo dos profissionais da educação em lidar com tais situações. No caso de Chanecia, a adolescente abandonou a escola por se sentir discriminada.

A intersecção do ser jovem e negra também incide sob o direito de ir e vir das adolescentes. Nos espaços públicos em que frequentam, principalmente shopping centers, elas percebem ser julgadas por sua cor e idade, vistas como destituídas de poder aquisitivo para o consumo, pobres e perigosas. O medo gerado pelo preconceito de marca que vigora no país aflora no momento em que essas garotas ultrapassam as fronteiras segregacionistas de classe e raça existentes na cidade.

Por fim, a tentativa de esconder traços da estética negra foi um dos elementos identificados no estudo com as adolescentes. Elas relatam o uso de compostos químicos nos cabelos desde os 13 (treze) ou 14 (catorze) anos de idade, um processo que envolve horas no salão com produtos que cheiram mal e podem fazer com que o cabelo caia, como é o caso de Núbia. Assim, a dupla cabelo e cor da pele é forte influência na construção da identidade negra, pois interferem na maneira como o/a negro/a se vê e é visto pelo outro. Em se tratando da estética, muitas meninas negras vêm sendo alvo de depreciação, principalmente por causa do cabelo, que de certa forma afeta sua autoestima e a saída que elas têm encontrado é o alisamento buscando aceitação social.

Sobre as relações de gênero, as adolescentes têm narrativas ambíguas. Sob uma perspectiva machista, apontam aspectos de ser homem e ser mulher como dois pólos opostos: um da racionalidade e inteligência e o outro da delicadeza e fragilidade, respectivamente. Contudo, destacam as desvantagens da aplicação dessas concepções em seu cotidiano. Como, por exemplo, a sobrecarga de atividades domésticas, o fato de os irmãos não terem as mesmas restrições que elas quanto aos horários de sair e retornar para casa.

Assim, algumas das entrevistadas elucidam uma apropriação mais crítica do ser mulher percebendo seus enfrentamentos cotidianos enquanto alvos de múltiplas opressões, com as quais buscam romper. O estudo demonstrou que elas iniciam seus compromissos

amorosos bem cedo, indo morar com os parceiros na casa da família destes. Três delas relataram sofrer algum tipo de violência doméstica por parte dos companheiros e destacam que não ficaram inertes tendo revidado ou terminado o relacionamento. Logo, as adolescentes vivenciaram processos de violência com aspectos particulares embasados nas desigualdades e discriminações de gênero.

Desse modo, as representações que elas constroem de si e de seu lugar no mundo refletem representações da família, da vizinhança, das instituições ditas socioeducativas, dos grupos a que pertencem ligados ao que elas descobrem sobre si mesmas a cada dia. Em suas trajetórias é perceptível a saudade da infância, da família e dos amigos. Ao passo em que falam do desinteresse pela escola, revelam o desejo de voltar a estudar como a forma valorizada e, de algum modo, viável de ascensão social.

Sobre as motivações aos atos infracionais, identifiquei motivações, contextos e circunstâncias variadas. A influência dos relacionamentos afetivos foi um dos elementos elucidados, o que segue os resultados apresentados em alguns estudos de mulheres, adolescentes e/ou adultas, que cometem delitos por conta das relações com os companheiros ou com grupos chefiados por homens.

Contudo, este elemento sozinho não dá conta da complexidade de vivências das adolescentes para que ocorra seu envolvimento na prática infracional. O consumo de bens materiais, atividades de lazer e artigos como roupas de marca também foram assinalados como motivadores. As adolescentes não estão deslocadas da forma de relações humanas da sociedade capitalista, que enaltece o consumo ostensivo como meio de pertencimento e status. O ato infracional representa um dos recursos, talvez o único, que possibilita a “compra de sua cidadania” e a sensação de pertencimento, fazendo com que a aceitação dos/das adolescentes esteja ligada ao fetiche da mercadoria.

Contudo, essa alternativa não funciona como via para uma vida digna ou de combate ao sistema capitalista. As adolescentes permanecem sendo as principais vítimas, seja pela ação policial ou pela ação dos demais integrantes dos grupos criminosos. Ficam à mercê de “resoluções privadas” sem uma intervenção adequada da instância estatal das resoluções de conflitos. Os resultados deste estudo revelam que as motivações para a prática infracional estão intimamente ligadas com as vulnerabilidades sociais e os riscos aos quais estão expostas as interlocutoras. Dentre estes: segregação espacial (precárias condições de infraestrutura, saneamento), violência doméstica, abuso sexual, discriminação de gênero e racial na escola, exploração pela via do trabalho e nas relações familiares; uso abusivo de drogas; relacionamentos afetivos abusivos; abandono familiar; pobreza e dificuldade para garantir sua

sobrevivência; abandono escolar; conflitos familiares; conflitos comunitários; influência de amigos e de parentes (tios, tias, primos); relações de trabalho opressivas, abusivas e sem garantias.

As análises elaboradas até aqui revelam uma dupla atuação da sociedade sobre esse segmento: em sua trajetória histórica e principalmente nos momentos em que seus direitos são violados as adolescentes são invisibilizadas, vítimas da negligência das principais instituições sociais que deveriam garantir seu desenvolvimento de forma digna; ao mesmo tempo antes, e principalmente após a realização da prática infracional, as adolescentes são alvos de uma visibilidade perversa que as estigmatiza como perigosas e tenta limitá-las a lugares sociais desvalorizados. Essa atuação ocorre de forma mais perversa ainda quando se destina a mulheres – e não o homem a autora. A condenação refina-se e traz o tempero da moralidade.

O atendimento da instituição revela inconsistências em sua execução, apesar das legislações nacionais e internacionais apontarem aspectos a serem adotados sob a perspectiva pedagógica e (re) educativa como diretrizes. O CEABM ainda direciona sua atuação sobre a dimensão da punição e disciplinamento. O castigo na tranca é um exemplo disso. O sistema socioeducativo, assim como a sociedade em que está inserido, reproduz as hierarquizações de gênero e raciais que existem para além de seus muros, nas definições dos cursos, das oficinas, nas relações cotidianas entre instrutores e socioeducandas.

É inegável que as meninas representam pequena parcela do número total de socioeducandas na internação, mas elas existem e demandam da política de atendimento socioeducativo e das unidades maior preparo para lidar com suas particularidades. É necessária ampla discussão sobre direitos humanos de adolescentes autoras de atos infracionais com profissionais que participam dessa política, bem como fortalecimento identitário dessas adolescentes em torno de sua compreensão de ser mulher, jovem e negra, para que possam compreender as opressões que sofrem e saber identificar a rede de proteção que podem acessar.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina: 1800-2000**. – São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2ª ed. 2006.

BECHER, F. Os “menores” e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Paulo, **Anais do XXVI**, v. 1, p. 1-16, jul. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846619_ARQUIVO_FrancielleBecher-SimposioANPUH.pdf. Acesso em 12 nov. 2015.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo, Biblioteca Básica de Serviço Social, v.2. Cortez, 2007.

BENEVIDES, M. G. **Entre ovelha negra e meu guri: família, pobreza e delinquência**. São Paulo: Ed. Annablume, 2008.

BERTIN, E. Sociabilidade negra na São Paulo do século XIX. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v.23, n.1, jan/jun 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7720>. Acesso em: 12 nov. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 23 jun. 2015.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. **RESOLUÇÃO N.º 119, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006**. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/resolucao_119_conanda_sinase.pdf. Acesso em: 02 de abril de 2015.

_____. DECRETO n.º 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)**, de 22 de novembro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm. Acesso em: 03 ago. 2015.

_____. DECRETO-LEI n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em 04 jun. 2015.

_____. Lei Federal n.º 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e Adolescente/ECA**. Brasília: Atlas, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**. Brasília: 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Aceso em: 20 nov. 2015.

_____. LEI nº 12.852, DE 05 DE AGOSTO DE 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília: 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 02 mai. 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo-SINASE**. Brasília-DF: CONANDA, 2006. 100 p. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BEZERRA, Rilda. O ato de matar em trajetórias juvenis – identidades, imagens e retratos de meninas envolvidas na prática de homicídio. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

CALDWELL, Kia Lilly. Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil. Niterói, v. 8, n. 1, p. 53- 69, 2º sem. 2007. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/161> . Acesso em: 12 de Jan 2016.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. – São Paulo: Publifolha, 2014.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos** (pp. 49-58). Rio de Janeiro: Takano Editora.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O ofício da Pesquisa em tempos contemporâneos a ousadia da construção. In: ALVES, Giovanni; SANTOS, João Bosco Feitosa. Métodos e Técnicas de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho (Orgs.) – Bauru: Canal 6, 2014.

CASSAB, C. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. In: Dossiê História e Gênero. Lócus, **Revista de História da Universidade Federal de Juiz de Fora**. v. 17, n. 2, p. 145 – 459, 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Locus.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2015.

CASTRO, M. G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, p. 275-303, 2004.

CEARÁ. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Regimento Interno: Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará. Banco Interamericano de Desenvolvimento; Governo do Estado do Ceará, PROARES II. – Ceará: Governo do Estado do Ceará, 2013.

CHIZZOTTI, A. A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1350495029.pdf . Acesso em 25 Fev 2015.

CISNE, Mirla. *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. Mirla Cisne – 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, Mirla. GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e Políticas Públicas. In: *SER Social*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69/96, jan/jun. 2008.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>. Acesso em: 12 Fev. 2015.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

COUTINHO, Luciana Gageiro. A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. **Pulsional Revista de Psicanálise**, v. 181, n. 3, p. 16-24, 2005. Disponível em: http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/181_02.pdf. Acesso em: 09 jan. 2015.

CUSTÓDIO, A. V. Teoria da proteção integral: pressuposto para compreensão do Direito da Criança e do Adolescente. **Revista do Direito**, v.29, p. 22-43 2008. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/ppg/andrecustodio/?pg=paginas%7CproducaoBibliografica.html>. Acesso em 12 Mar 2015.

DANTAS, Liliane Moreira. AQUINO, Alles Lopes. **Diagnosticando as unidades pesquisadas**. In: OLINDA, Ercília Maria Braga (Org.). *Medida Socioeducativa de internação: Educa?Fortaleza: Edições UFC 2013. pp. 75 – 96*

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. – 1. Ed. – São Paulo: Planeta, 2013.

FRAGA, L.; COSTA, V. O. Impressões sobre a escola e o abandono escolar de adolescentes com quem a lei entra em conflito. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 2, p. 81-100, 2014. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/781>. Acesso em: 03 fev. 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 120p, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 6ª Ed. 2009.

GOMES, D. D. O. **Discriminações de gênero e étnico-raciais: um olhar sob a interface com a política de assistência social na perspectiva das mulheres acompanhadas no CRAS Castelão em Fortaleza-Ceará – 2012**. CD-ROM. 111 f.

GROPPO, L. A. **Juventude: Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2002

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. NOTA TÉCNICA nº 20 - O adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioria penal: esclarecimentos necessários. 2015. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/notatecnica_maioridade_penal Acesso em: 05 jul. 2015.

JACCOUD, L. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

Levantamento Anual de Adolescentes em Cumprimento de medida socioeducativa. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. 2015. 51p. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/SinaseLevantamento2011.pdf>

LIMA, L. D. F. Mulher e Tráfico: a afetividade presente nas ações de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas. Disponível em: http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1021259_30_06_2015_20-03-14_9187.PDF. Acesso: 20 mar. 2016.

LÍRIO, L. C. A construção histórica da adolescência. In: Congresso Internacional das Faculdades EST. (**Anais Eletrônico**) São Leopoldo, v. 1, p. 1675-1688, 2012. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/14>. Acesso em: 06 nov. 2015.

LOURENÇO, E. A. S. Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 294-317, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/109489>. Acesso em: 02 jan. 2016.

MACHADO, I. V.; VERONESE, J. R. P. “MENINAS INVISÍVEIS”: uma discussão sobre diversidade de gênero e proteção integral no sistema socioeducativo brasileiro. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 09-Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. (**Anais Eletrônicos**) Santa Catarina, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278275674_ARQUIVO_MENINASINVISIVEIS-VERSAOFINAL.pdf. Acesso em: 02 fev. 2015.

MADEIRA, M. Z. A. **Relações de gênero e étnico-raciais: um recorte na Polícia Civil**. In: BRASIL, Glauécia Mota. A face feminina da polícia civil: gênero, hierarquia e poder. Fortaleza: EdUECE, 2008.

MADEIRA, M. Z. A. SEXISMO E RACISMO: algumas considerações sobre o perfil identitário e o movimento das mulheres negras. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero. (**Anais Eletrônicos**) Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386651919_ARQUIVO_MariaZelmadeAraujoMadeira.pdf Acesso em: 06 fev. 2015.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa Qualitativa um Instigante Desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MAYER, A. R. A Categoria “Mulata” e a negação de sua própria libertação como negra e como mulher. **Mosaico Social-Revista do Curso de Ciências Sociais da UFSC**. Ano V, n.

05, p. 250-267, 2010. Disponível em: <http://cienciassociais.ufsc.br/files/2015/03/A-categoria-8mulata%E2%80%99-e-a-nega%A3o-de-sua-3pria-liberta-como-negra-e-como-mulher.-eyer-Ana-Rita.-On-line-250-267.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, L. B. **FEBEMCE: entre meninos e histórias. Um resgate da memória da Fundação do Bem-estar do Menor do Ceará.** Fortaleza/CE, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3366>. Acesso em 12 dez. 2015.

PAIVA, V.; SENTO-SÉ; TRAJANO J. (Org.). **Juventude em conflito com a lei.** Rio de Janeiro: Garamond, 280 p, 2007.

PAIXÃO, Marcelo. GOMES, Flávio. Razões afirmativas: pós-emancipação, pensamento social e a construção das assimetrias raciais no Brasil. In: MANDARINO, Ana Cristina de Souza. GOMBERG, Estélio. (Orgs.). – Salvador: EDUFBA, 2010. p. 45-92.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: Notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Estudos Feministas.** Florianópolis, p. 949-964, setembro-dezembro, 2008. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24327811>. Acesso em: 05 jun. 2015.

PAULA, L. Da “questão do menor” à garantia de direitos: discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana. **Civitas-Revista de Ciências Sociais,** Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 27-43, 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewArticle/16937>. Acesso em: 12 jan. 2016.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa,** v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140>. Acesso em: 12 out. 2015.

PINTO, Elisabete Aparecida. Sexualidade, gênero e cor em outros tempos. In: MANDARINO, Ana Cristina de Souza. GOMBERG, Estélio. (Orgs.). **Racismos: olhares plurais.** – Salvador: EDUFBA, p. 223-252, 2010.

RIZZINI, I. A infância perigosa (ou “em perigo de o ser...”) Ideias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX. In: IIº Encontro Franco-Brasileiro de Psicanálise e Direito – Paris: 2005.

RIZZINI, I. et al. A EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: o caso das políticas para crianças e adolescentes em situação de rua. **Cadernos de Pesquisa CIESPI,** Rio de Janeiro, cad. 03, 97p, 2011. Disponível em: http://www.ciespi.org.br/publicacoes/livrosperiodicos_download&filelivro_pdf&id=45. Acesso em: 23 ago. 2015.

RODRIGUES, Maria Lúcia. Cadernos de Serviço Social, Ano IX, No.17, Número Especial Comemorativo dos Cinquenta Anos da Faculdade de Serviço Social, PUCCAMP, Dezembro/2000, p.108-116.

SALES, M. A. **(In) Visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência.** São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, J. B. F.; OSTERNE, M. S. F.; ALMEIDA, R. O. A entrevista como técnica de pesquisa do mundo do trabalho. In: ALVES, Giovanni; SANTOS, João Bosco Feitosa (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Sobre o Mundo do Trabalho.** Bauru: Canal 6, 2014.

SÁ-SILVA, J. R. S.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANE, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. Hist. Cienc. Soc.**, v.1, n.1, p.1-15, 2009. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf. Acesso em 12 nov.2015

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira.** São Paulo: 1ª Ed. Claro Enigma, 2012. 1ª Reimpressão 2014.

SILVA, G. M. Adolescente em conflito com a lei no Brasil: da situação irregular à proteção integral. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 3, n. 5, 2011. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/83>. Acesso em: 15 nov. 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: 1ª Ed. ATLAS, 2011.

VASCONCELOS, Rejane Batista. **A Política de Assistência à criança e ao adolescente desenvolvida pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará.** 2003. 287 f., enc. Dissertação – Universidade Estadual do Ceará. Disponível em: [http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/rejane_batista_vasconcelos\[1\].pdf](http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/rejane_batista_vasconcelos[1].pdf) Acesso em Dezembro de 2015.

ZALUAR, A. Violência e crime. In: Gangues, galera e quadrilhas. O que ler na Ciência Social Brasileira. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 13-107. v.1: Antropologia.

ZANETTI, J.; SACRAMENTO, M. Jovens negras: ressignificando pertencimentos, construindo práticas. **Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil** (Org. Jurema Werneck) – p. 24-37, 2009. Disponível em: http://criola.org.br/wp-content/uploads/2014/10/livro_mulheresnegras.pdf. Acesso em 14 nov. 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social - MASS
Pesquisa: Adolescentes negras em conflito com a lei

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome _____

1.2 Idade _____

1.3. Estado civil

() casada () solteira () separada () divorciada

() viúva () amasiada(união estável)

1.4 Profissão _____

1.5 Ocupação _____

1.5.1 Em caso de trabalhar ou ter trabalhado antes de vir ao CEABM em que trabalhava e em que condições (salariais, carga horaria, etc.)?

1.6 Escolaridade:

1.6.1 fundamental incompleto () 1.6.2 fundamental completo ()

1.6.3 médio incompleto () 1.6.4 médio completo. ()

Como era sua vivência na escola enquanto ainda estudava? O que você gostava e o que não gostava?

Em caso de ter interrompido os estudos, porquê?

1.8 Pertença étnico-racial

1.8.1 Branco () 1.8.2 Preto () 1.8.3 Pardo () 1.8.4 Amarelo ()

1.8.5 indígena () Não declarada ()

2. SITUAÇÃO SOCIOFAMILIAR

2.1. Composição familiar _____

2.2. Fale do seu relacionamento com sua família, com os pais, irmãos, ou outras pessoas que façam parte de sua vida _____

2.3. Sua família é importante na sua vida? Por quê? _____

2.4. Você acha que sua família espera alguma coisa de você? Em caso afirmativo, o quê? Em caso negativo, por quê? _____

2.5. Como eles reagiram com a sua participação na prática do ato infracional e sua vinda para cumprir medida socioeducativa? _____

2.6. No caso de possuir filhos, eles estudam? Caso afirmativo, qual a série? Caso negativo, por quê? _____

2.7. Com quem eles estão enquanto você cumpre a medida socioeducativa? _____

3- RELAÇÕES DE GÊNERO

3.1 O que é ser mulher? _____

3.4.O que é ser homem? _____

3.3 Quais as vantagens de ser homem e mulher? _____

3.4 Quais as desvantagens de ser homem e mulher? _____

3.5. Qual o papel da mulher na sociedade atual? _____

3.6. Qual o papel do homem na sociedade atual? _____

4. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

4.1 Existe diferenças entre brancos, negros e indígenas? Se sim, quais e por quê? Se não, por quê? _____

4.2 Existe racismo no Brasil? Em caso afirmativo, como isso acontece? _____

4.2.1 Em caso negativo, por quê? _____ 4.3 Você se considera racista? Se sim, por quê? _____ 4.3.1. Em caso negativo, por quê? _____

4.4 Você já presenciou algum caso de racismo? Se sim, qual? _____

4.5. O que é ser negra para você?

4.6 Em caso de afirmação de ser preta ou parda, você se considera negra? Se sim, por quê? Se não porquê? _____

5. Adolescência

5.1 O que é ser adolescente para você? _____

5.3. Quais as vantagens e desvantagens de ser adolescente?

5.4. Você se relaciona com pessoas da sua idade, mais novas ou mais velhas? Por quê?

5.5. Das coisas que você faz, do que você mais gosta e quais você menos gosta? Por quê?

5.6. O que você gostaria de fazer e não consegue ou não pode fazer? Por que você não faz estas coisas?

5.7. Como você ganha o seu dinheiro e em que você gasta o seu dinheiro?

5.8. Onde os adolescentes da sua idade e que moram no seu bairro costumam ir? E onde você costuma ir para os momentos de lazer? _____

5.9. Você participa ou já participou de algum agrupamento Juvenil específico? (político, esporte, religioso, arte e cultura, ex. hip-hop, capoeira, igreja, virtual, exemplo lan house, etc.) Se sim qual, e como foi? _____

5.10. Quais medos e preocupações você tem em relação a sua vida no presente? _____

5.11. Quais suas expectativas em relação ao futuro (trabalho, educação, família, lazer)?

5.13. Na sua opinião, existe diferença entre a situação da juventude pobre e a da juventude com melhores condições financeiras?

5.14. Na sua opinião, a situação dos/as jovens negros/as com relação a outros jovens na sociedade são as mesmas? _____

5.15. Na sua opinião existe diferença em ser uma jovem do sexo feminino e em ser um jovem do sexo masculino? Se não por quê? Se sim, quais e porquê? _____

6. VIOLÊNCIA URBANA E ATO INFRACIONAL

- 6.1. O que é violência?
- 6.2. Na nossa sociedade existe violência? Se sim, quais? Se não, por quê?
- 6.3. Existe violência em seu bairro/comunidade? Caso afirmativo, quais? Se não, por quê?
- 6.4. Você já foi vítima de algum tipo de violência? Se sim, qual?
- 6.5. Você já praticou algum ato de violência contra outras pessoas? Se sim quando e como?
- 6.6. Qual ato infracional você praticou? O que levou você a praticá-lo?
- 6.7. Para você por que adolescentes do sexo feminino se envolvem na prática de atos infracionais?
- 6.8. Existe diferença na prática de atos infracionais por adolescentes do sexo feminino e adolescentes do sexo masculino?
- 6.9. Com que idade você começou a envolver-se com a prática de delitos? Quais os delitos que costumava praticar?
- 6.10. Já cumpriu alguma medida socioeducativa antes dessa? Em caso afirmativo, como você avalia esse período?
- 6.11. Onde você mora tem muitas pessoas envolvidas com a prática de atos infracionais? Tem a participação de outras adolescentes do sexo feminino?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar da pesquisa, **JOVENS NEGRAS EM CONFLITO COM A LEI: PARTICULARIDADES DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAL DAS SOCIOEDUCANDAS DO CEABM, EM FORTALEZA/CE**, que tem como objetivo Analisar como a questão de gênero e racial influencia a trajetória de vida e prática de ato infracional das jovens negras socioeducandas do Centro Educacional Aldaci Barbosa, em Fortaleza – Ceará.

Dessa forma pedimos a sua colaboração nesta pesquisa, respondendo a uma entrevista sobre o tema acima proposto que poderá ser gravado se a Senhora concordar. Garantimos que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízo, dano ou transtorno para aqueles que participarem. Todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Vale ressaltar que sua participação é voluntária e a Senhora poderá a qualquer momento deixar de participar desta, sem qualquer prejuízo ou dano. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos e revistas especializadas e ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação.

Todas as participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e, ressaltando novamente, terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente. Contatos com a pesquisadora Daiane Daine de Oliveira Gomes, email: daianedaine@hotmail.com, telefone: 8854-3326.

Este termo está elaborado em duas vias sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo da pesquisadora.

Eu, _____ tendo sido esclarecida a respeito da pesquisa, aceito participar da mesma.

Fortaleza, _____ de _____ de _____.

Participante

Pesquisador (a)

ANEXO

ANEXO A – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
5ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Rua Tabelião Fabião, No. 114 – Olavo Bilac Fone: 3287.25.69

Ofício N° 569/2015

Fortaleza, 10 de abril de 2015

Ao (à) Senhor(a).

Diretor(a) do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota

Senhor(a) Diretor(a),

Cumprimentando Vossa Senhoria, autorizo a jovem DAIANE DAINÉ DE OLIVEIRA GOMES, acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará - UECE, a ingressar, acompanhada de instrutor e com os devidos e legais cuidados, nas dependências desse Centro Educacional, a fim de que referida jovem possa proceder à pesquisa exposta em ofício cuja cópia segue junta, bem ainda, a entrevistar as jovens que encontram-se em cumprimento de medida socioeducativa.

Atenciosamente,

MANUEL CLÍSTENES DE FAÇANHA E GONÇALVES
Juiz de Direito Titular da 5ª Vara da Infância e
da Juventude de Fortaleza/CE